

PRODUTO 1

MOBILIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO PARA A REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE ARAUCÁRIA



REVISÃO DO
PLANO DIRETOR
ARAUCÁRIA / PR



URBTEC™
Planejamento Engenharia Consultoria

PRODUTO 1

MOBILIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO PARA REVISÃO DO PDA

TR Item 2.2.1 Cronograma Físico

TR Item 2.2.2 Metodologia de Trabalho

TR Item 2.2.3 Planejamento e gestão urbana do município



URBTECTM
Planejamento Engenharia Consultoria



REVISÃO DO
PLANO DIRETOR
ARAUCÁRIA / PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

HISSAM HUSSEIN DEHAINI

PREFEITO MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

HILDA LUKALSKI SEIMA

VICE-PREFEITA MUNICIPAL

YASMIM HISSAM DEHAINI

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

LUIZ GUSTAVO BOTOGOSKI

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

CRISTIANE INEZ DEHAINI

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANTONIO JOÃO FRANCESCHI NETO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

EDUARDO TAVARES DE LIRA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

HENRIQUE RODOLFO THEOBALD

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

JOÃO CARLIN FERREIRA PADILHA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

LAURO LUCIANO STALL

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS

RYAM HISSAM DEHAINI

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS

GENILDO PEREIRA CARVALHO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO

VITOR EMANUEL DA SILVA CANTADOR

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

FABIANO MELO DOS SANTOS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTE

SAMUEL ALMEIDA DA SILVA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

CARLOS ALBERTO DE ANDRADE

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

JOSÉ ROBERTO FORTES COUCEIRO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

JOSUÉ RIBEIRO DE LIMA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRABALHO E EMPREGO

REGINALDO LUIZ DOS SANTOS CORDEIRO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE URBANISMO

SIMON GUSTAVO CALDAS DE QUADROS

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

JOSÉ MAURO RODRIGUES

CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO

EQUIPE DE COORDENAÇÃO DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR - EC

LAURI ANDERSON LENZ

NATÁLIA MEALHA CABRITA

SAMUEL ALMEIDA DA SILVA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

COMISSÃO ESPECIAL PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR - CERPD

ROBERSON FIGUEIREDO DA SILVA | TITULAR

ANAUILA LUCIA TIMOTEO | TITULAR

LAURI ANDERSON LENZ | SUPLENTE

NATÁLIA MEALHA CABRITA | SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

REGINALDO LUIZ DOS SANTOS CORDEIRO | TITULAR

NAOMY ENDO MOREIRA PAES | SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO

VITOR EMANUEL DA SILVA CANTADOR | TITULAR

BRUNO TONEL OTSUKA | SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

LUIZ GUSTAVO BOTOGOSKI | TITULAR

GUSTAVO NUNES SILVESTRIN | SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

GUILHERME KOHIYAMA DE MATOS SILVA | TITULAR

FABIANO MELO DOS SANTOS | SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES

EDUARDO RODRIGUEZ MELLO | TITULAR

DÉBORA FRANCIELI DA SILVA | SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

CARLOS ALBERTO DE SOUZA CARVALHO | TITULAR

LEONARDO FERREIRA | SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RHUAN FELIPE SOARES | TITULAR
JOANA SCHEFFER CASTILHO ZIMMERMANN | SUPLENTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

HENRIQUE RODOLFO THEOBALD | TITULAR
LUIZ CARLOS CARVALHO | SUPLENTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARLOS ALBERTO ANDRADE | TITULAR
IVANIL MOREIRA DA LUZ | SUPLENTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

JOÃO CARLIN FERREIRA PADILHA | TITULAR
PAULO ROBERTO RODRIGUES DE CAMARGO | SUPLENTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

LUIZ CARLOS CRUZ MOREIRA | TITULAR
ELIEZER CORDEIRO | SUPLENTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

GENILDO PEREIRA CARVALHO | TITULAR
MONAH ZEIN | SUPLENTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

JOSÉ ROBERTO FORTES COUCEIRO | TITULAR
LAÉRCIO DE AGUIAR JOAQUIM | SUPLENTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

JOSÉ ROBERTO MARTINS | TITULAR
WANDERLEY DA SILVA | SUPLENTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E EMPREGO:

SIMON GUSTAVO CALDAS DE QUADROS | TITULAR
PATRICIA KACZMARECK MARÇAL | SUPLENTE
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

JOSÉ FERREIRA SOARES NETO | TITULAR
MARCELO DE SOUZA PINTO | SUPLENTE
COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE ARAUCÁRIA - COHAB ARAUCÁRIA

CONSELHO MUNICIPAL DO PLANO DIRETOR | 2017-2019

MARIA EUNICE RODRIGUES SIQUEIRA | TITULAR

SOCIEDADE CIVIL - ASSOCIAÇÕES DE BAIRROS E DELEGADOS DAS REGIONAIS URBANAS

JUSCELINO KATURAGI DE MELO | TITULAR

SAMIR TRAYA | TITULAR

JOSÉ DE SOUZA SUPLENTE: ELCIO DROZD | SUPLENTE

SOCIEDADE CIVIL - ASSOCIAÇÕES DE CLASSE

TITULAR: FANNY SOLANGE BUSATO BATISTA | TITULAR

SUPLENTE: LUCAS ODPPIS ZITAL DA SILVA | SUPLENTE

SOCIEDADE CIVIL - ASSOCIAÇÕES DE CLASSE, SETOR DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

REGINALDO DIAS DAMACENA | TITULAR

GUSTAVO TANAKA ZELAGA | SUPLENTE

SOCIEDADE CIVIL - ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

RUBIA FABIANA BAJA | TITULAR

PEDRO EMANOEL SFENDRYCH | SUPLENTE

SOCIEDADE CIVIL - CONSELHOS MUNICIPAIS

MARIO ALMEIDA COSTA | TITULAR

SOCIEDADE CIVIL - DELEGADOS DAS REGIONAIS RURAIS

ROSICLER CORSO

RAQUEL INÊS ZONIN COSER

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

LAURI ANDERSON LENZ

EWERTON FRANCISCO STOCCO

ÓRGÃO GESTOR DO PLANO DIRETOR

SAMUEL ALMEIDA DA SILVA

NAYRON HUBEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

GUSTAVO NUNES SILVESTRIN

ELIANE PADILHA DE LIMA BALBINOTT

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

HENRIQUE RODOLFO THEOBALD

LUIZ CARLOS CARVALHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ELIEZER CORDEIRO

CARLOS CRUZ MOREIRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

VITOR EMANUEL DA SILVA CANTADOR

BRUNO TONEL OTSUKA

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

ANDRÉ RADIN

ALEXSANDRA TOMÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

LUIZ ANTONIO GOUVEA

DAVI BORGES BARBOSA

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS

EQUIPE TÉCNICA URBTEC™

IZABEL NEVES DA SILVA CUNHA BORGES | MSC. ARQUITETA URBANISTA

COORDENADORA GERAL

GUSTAVO TANIGUCHI | MSC. ENG. CIVIL

COORDENADOR ADJUNTO

TAMI SZUCHMAN | DRA. ARQUITETA URBANISTA

COORDENADORA TÉCNICA ADJUNTA

MANOELA FAJGENBAUM FEIGES | MSC. ARQUITETA URBANISTA

COORDENADORA OPERACIONAL

ALTAIR ROSA | DR. ENG. AMBIENTAL

AUGUSTO PEREIRA | DR. GEÓGRAFO

CLAUDIO MARCELO R. IAREMA | DR. ADVOGADO

EVELIN DE LARA PALLÚ | ESP. ENG. AMBIENTAL

FABIANA MARCON BATTU HERBST | ESP. GEÓLOGA

JUSSARA MARIA DA SILVA | DRA. ARQUITETA URBANISTA

LISSANDRA CRISTINA FIELTZ | ESP. PSICÓLOGA

LUCIANE LEIRIA TANIGUCHI | DRA. ADVOGADA

MARIANO DE MATOS MACEDO | DR. ECONOMISTA

MARI LIGIA CARVALHO LEÃO | ESP. ADMINISTRADORA

NAOMI DE PAULA SCHEER | ESP. ARQUITETA URBANISTA

RÚBIA STEIN DO NASCIMENTO | MSC. ASSISTENTE SOCIAL

TIAGO JOSÉ ALEIXO | ARQUITETO URBANISTA

VICENTE BERARDI NETO | ENG. CIVIL

EQUIPE TÉCNICA

ANA PAULA PAVELSKI DE MELLO

CAROLINA WALDOW MISKALO

GUILHERME DE MACEDO ARJONA

GUSTAVO COSTA FERNANDES

TALITA SUELEN ASSUNÇÃO

ESTAGIÁRIOS DE ARQUITETURA E URBANISMO

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	17
2 CARACTERIZAÇÃO DA INSERÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA.....	18
3 EQUIPE TÉCNICA.....	23
4 METODOLOGIA DE TRABALHO	53
4.1 Divulgação de resultados	53
4.2 Audiências Públicas	56
4.3 Oficinas de “Leitura Comunitária”	59
4.4 Oficinas de “Leitura Técnica”	62
4.5 Descrição das Fases	62
5 CRONOGRAMA FÍSICO E FLUXOGRAMA DAS ATIVIDADES	101
6 PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA DE ARAUCÁRIA.....	109
6.1 Tema I: Objetivos, diretrizes e proposições do Plano Diretor de Araucária	122
6.2 Tema II: Implementação do Plano de Ação e Investimentos.....	136
6.3 Tema III: Regulamentação da Legislação Urbanística Vigente.....	142
6.4 Tema IV: Implementação dos instrumentos do Estatuto da Cidade	151
6.5 Tema V: Atividades de licenciamento e fiscalização do parcelamento do solo para fins urbanos, edificações e obras e localização e funcionamento das atividades econômicas, e ainda do cumprimento de demais posturas municipais	159
6.6 Tema VI: Sistema de planejamento e gestão do PDA vigente	164
6.7 Tema VII: Desempenho do Conselho Municipal do Plano Diretor – CMPD	168
6.8 Tema VIII: Provisão de infraestrutura e equipamentos e prestação de serviços públicos.....	174
6.9 Conclusão	181

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: População estimada Araucária (2000-2017)	19
Figura 2: Áreas urbana e rural de Araucária.....	20
Figura 3: Faixas de Desenvolvimento Humano.....	22
Figura 4: Cartilha “Revisão do Plano Diretor de Araucária”	54
Figura 5: Chamadas propostas para as Audiências Públicas - <i>Banner</i>	55
Figura 6: Chamadas propostas para as Audiências Públicas - <i>Flyer</i>	55
Figura 7: Exemplo de Lista de Presença	57
Figura 8: Exemplo de resultados obtidos	66
Figura 9: Exemplo de matriz CDP.....	84
Figura 10: Exemplo de Matriz CDP e definição dos objetivos.....	85
Figura 11: Esquema de consolidação dos Produtos – 2ª Fase	87
Figura 12: Metodologia de cenários	91
Figura 13: Etapas do processo de Revisão do Plano Diretor de Araucária	108
Figura 14: Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM do Brasil	110
Figura 15: Comparação do Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM	111
Figura 16: Fluxograma de avaliação.....	115
Figura 17: Competências por Secretarias/Setores.....	117
Figura 18: Resultado de participação por setores.....	118
Figura 19: Secretaria Municipal de Planejamento – CONHECIMENTO: POLÍTICAS SETORIAIS	119
Figura 20: Secretaria Municipal de Planejamento – EFETIVIDADE: POLÍTICAS SETORIAIS	120
Figura 21: Secretaria Municipal de Planejamento – TRABALHO CONJUNTO: POLÍTICAS SETORIAIS	121
Figura 22: Questões Abertas – Nuvens de TAGs.....	122
Figura 23: Conhecimento tema I	123
Figura 24: Efetividade das políticas setoriais.....	124
Figura 25: Trabalho em equipe – Políticas setoriais.....	125

Figura 26: Nuvem de <i>tags</i> relacionada ao TEMA I	126
Figura 27: Conhecimento Tema II.....	137
Figura 28: Efetividade do plano de ação estratégica	138
Figura 29: Efetividade do plano de ação direta	139
Figura 30: Trabalho em equipe – políticas setoriais.....	140
Figura 31: Nuvem de <i>tags</i> relacionada ao Tema II.....	142
Figura 32: Conhecimento – Regulamentação da legislação urbanística vigente.....	144
Figura 33: Aplicabilidade da legislação urbanística vigente.....	145
Figura 34: Efetividade das ferramentas de gestão para a regulamentação da legislação urbanística vigente	146
Figura 35: Eficiência da legislação urbanística vigente.....	147
Figura 36: Trabalho em equipe	148
Figura 37: Nuvem de <i>tags</i> relacionada ao Tema III.....	150
Figura 38: Conhecimento dos instrumentos do Estatuto da Cidade	152
Figura 39: Conhecimento (regulamentação) instrumentos do Estatuto da Cidade – geral secretarias	153
Figura 40: Aplicação instrumentos do Estatuto da Cidade – geral secretarias	154
Figura 41: Nuvem de <i>tags</i> relacionada ao Tema IV.....	158
Figura 42: Conhecimento – Atividades de licenciamento e fiscalização do zoneamento urbano	160
Figura 43: Efetividade	161
Figura 44: Trabalho em equipe	162
Figura 45: Nuvem de <i>tags</i> relacionada ao Tema V	164
Figura 46: Conhecimento – Planejamento e gestão municipal.....	165
Figura 47: Efetividade	166
Figura 48: Nuvem de <i>tags</i> relacionada ao Tema VI.....	168
Figura 49: Conhecimento – Desempenho do CMPD	169
Figura 50: Efetividade do conselho municipal do plano diretor	170
Figura 51: Efetividade por participação – Representantes da sociedade civil	171
Figura 52: Efetividade por participação – Representantes do poder executivo	172

Figura 53: Nuvem de <i>tags</i> relacionada ao Tema VII.....	173
Figura 54: Conhecimento - Provisão de infraestrutura	175
Figura 55: Conhecimento do nível de implementação - Provisão de infraestrutura ...	176
Figura 56: Conhecimento - Provisão de equipamentos	177
Figura 57: Conhecimento do nível de implementação - Provisão de equipamentos ..	178
Figura 58: Conhecimento - Prestação de serviços públicos.....	179
Figura 59: Conhecimento do nível de implementação - Prestação de serviços públicos	180
Figura 60: Nuvem de <i>tags</i> relacionada ao Tema VIII.....	181

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Escala de avaliação	65
Quadro 2: Instrumentos Urbanísticos.....	88
Quadro 3: Estrutura do Plano de Ação e Investimentos	95
Quadro 4: Resoluções do Conselho Municipal do Plano Diretor	156

SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACP	Área de Concentração de População
AIS	Áreas de Interesse Social
ART	Anotação de Responsabilidade Técnica
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CAU/BR	Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil
CAU/PR	Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná
CDP	Condicionantes, Deficiências e Potencialidades
CIAR	Centro Industrial de Araucária
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
CMPD	Conselho Municipal do Plano Diretor
COHAB	Companhia de Habitação
COMEC	Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONCIDADES	Conselho Nacional das Cidades
CREA/PR	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná
CREA/PR	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná
CVCO-P	Certificado de Vistoria de Conclusão de Obra Parcial
EC	Equipe de Coordenação
EIV	Estudo de Impacto de Vizinhança
ETM	Equipe Técnica Municipal
GA	Grupo de Acompanhamento
GIIG	Gestão Integrada de Informações Governamentais
IAGP	Instrumento de Autoavaliação da Gestão Pública
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice do Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IEGM	Índice de Efetividade da Gestão Municipal
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPTU	Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
IRB	Instituto Rui Barbosa
ISS	Imposto Sobre Serviços
ISSQN	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias Anual
MBA	Mestre em Administração de Empresas
MEC	Ministério da Educação
NUC	Núcleo Urbano Central
PAI	Plano de Ação e Investimentos
PDA	Plano Diretor de Araucária
PDI	Plano de Desenvolvimento Integrado
PDM	Plano Diretor Municipal
PDUR	Plano de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná
PIB	Produto Interno Bruto
PLANMOB	Plano Municipal de Mobilidade
PLHIS	Plano Local de Habitação de Interesse Social
PMA	Prefeitura Municipal de Araucária
PPA	Plano Plurianual
PUC/PR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
REPAR	Refinaria Presidente Getúlio Vargas
RMC	Região Metropolitana de Curitiba
RRT	Registro de Responsabilidade Técnica
SMMA	Secretária Municipal de Meio Ambiente
SMOP	Secretária Municipal de Obras Públicas e Transportes
SMUR	Secretária Municipal de Urbanismo
SS-2	Setor de Serviços 2
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TI	Tecnologia de Informação
TR	Termo de Referência
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

USP	Universidade de São Paulo
ZEIS	Zona Especiais de Interesse Social
ZR	Zona Residencial

1 APRESENTAÇÃO

Este documento tem como objetivo descrever as atividades desenvolvidas na “1ª Fase - Mobilização e estruturação para revisão do Plano Diretor de Araucária (PDA)”.

O cronograma físico (item 2.2.1 do Termo de Referência - TR) contém todas as datas para realização das atividades e dos eventos previstos a serem aprovados pelo Poder Público Municipal. Já a metodologia de trabalho (item 2.2.2 do TR) busca não apenas detalhar as atividades e os eventos, mas também, apresentar justificativas dos métodos e técnicas a serem empregados na revisão do PDA.

Na sequência, será apresentada uma análise do planejamento e gestão urbana do município (TR item 2.2.3).

A síntese de todas as atividades e eventos realizados durante todas as fases de elaboração da Revisão do Plano Diretor de Araucária serão apresentadas em um volume único em separado dos produtos técnicos - “Relatório de Atividades”.

2 CARACTERIZAÇÃO DA INSERÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA

O território da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) é bastante heterogêneo, configurando uma aglomeração metropolitana na porção central e uma outra pequena aglomeração urbana ao sul. Essa aglomeração central é analisada sob vários recortes e denominações, destacando-se o utilizado pelo IBGE (2008), ACP – Área de Concentração de População, e o NUC - Núcleo Urbano Central, utilizado pela COMEC. Ambos os recortes são compostos por 14 municípios: Almirante Tamandaré, **Araucária**, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul e São José dos Pinhais. Estes municípios são os que estabelecem relações das mais efetivas, dos mais diversos aspectos, com o núcleo (Curitiba).

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba (PDI, 2006) a tendência de expansão do aglomerado urbano metropolitano para a região sudoeste é reforçada pelas restrições de uso e ocupação do solo nas demais áreas da RMC. Entre outros fatores, esse vetor de expansão é consolidado pela intensa atividade industrial de Araucária.

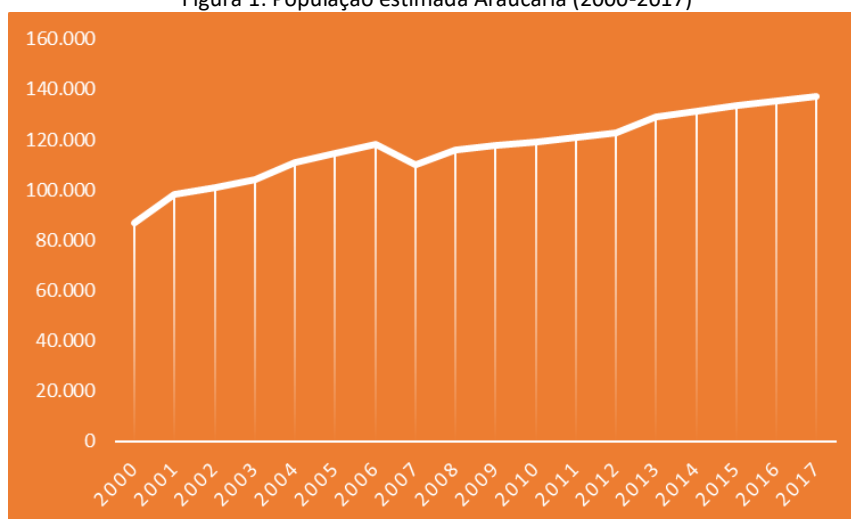
Além do cuidado com a integração metropolitana, é necessário analisar a relação ambiental, principalmente nas áreas de divisa entre Araucária, Curitiba, Campo Largo e Fazenda Rio Grande, caracterizadas por áreas de preservação ambiental.

Pelo seu desenvolvimento ter início próximo ao Rio Iguaçu, atual região central e diante das condicionantes naturais hidrográficas e topográficas presentes ao sul e a leste, o município de Araucária evoluiu de forma limítrofe à capital paranaense, o que acarretou um maior adensamento da porção nordeste do município. Outro fator de promoção da ocupação da área urbana foi a instalação da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (REPAR) no ano de 1972 que, somada à criação do CIAR - Centro Industrial de Araucária em 1973, promoveu um crescimento acentuado e uma consequente inversão

do quadro populacional, econômico e social do município, passando a ter uma economia pautada prioritariamente na indústria e, em menor grau, nos serviços.

De acordo com o IBGE, dentre os 399 municípios paranaenses, Araucária é o 13º mais populoso, com uma população estimada de 137.452 habitantes para o ano de 2017. Na Figura 1, é possível observar a evolução da população entre os anos 2000 e 2017. Nesse período, houve um aumento de 59% no número de habitantes.

Figura 1: População estimada Araucária (2000-2017)

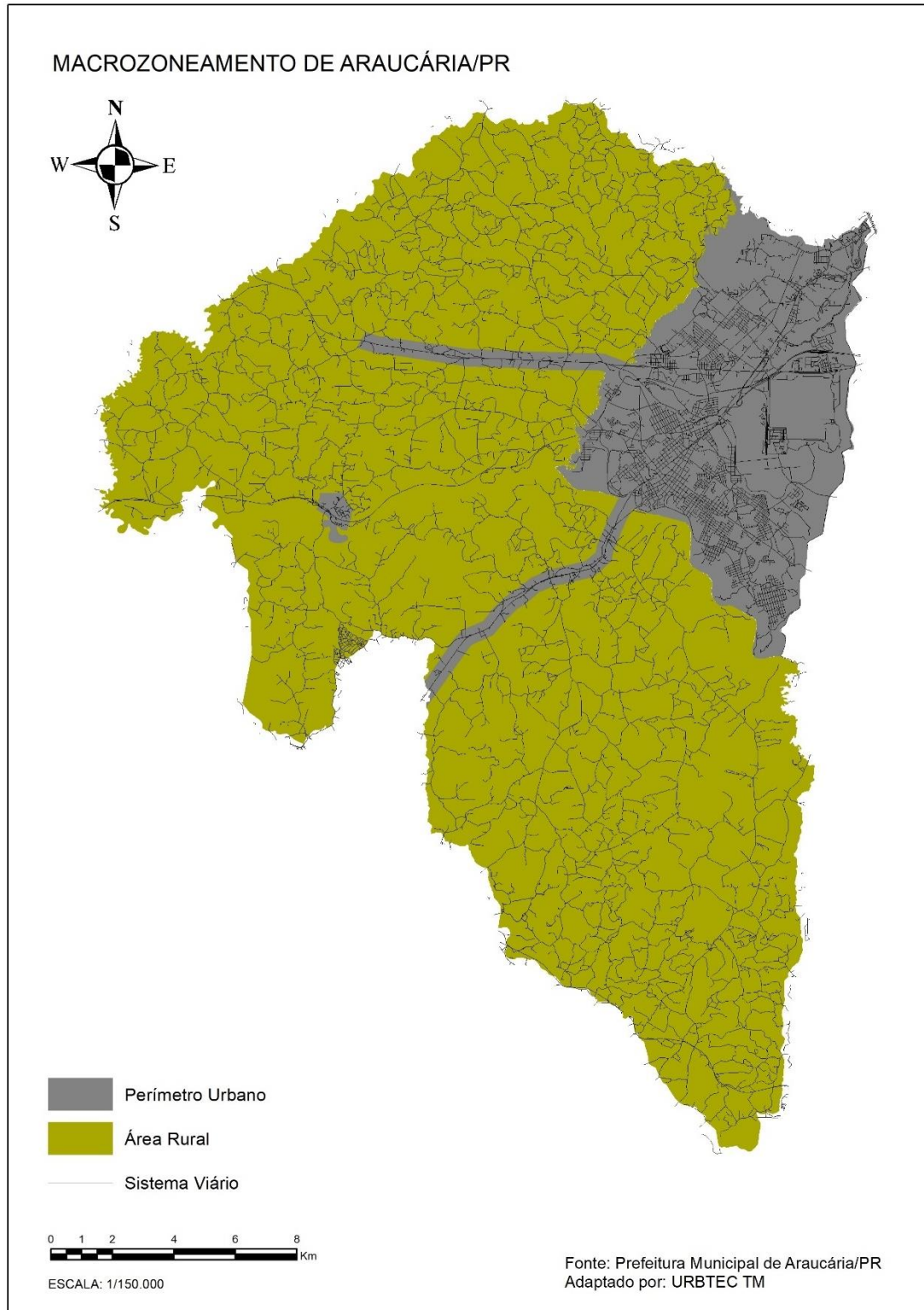


Fonte: IBGE, adaptado por URBTEC™ (2018)

O município apresenta um território extenso com área total de 469.240 km² (IBGE, 2016), para o qual, conforme o anexo II da Lei Complementar nº 5/2006 que instituiu o Plano Diretor de Araucária, foram consideradas quatro macrozonas, como as seguintes: Macrozona Industrial e de Serviços, Macrozona Residencial, Macrozona de Interesse Ambiental e Macrozona de Uso Rural.

Como pode ser observado na Figura 2, grande parte do território do município é de uso rural (cerca de 81,8% do total), porém apenas 7,5% dos domicílios estão localizados nessa região, o que corresponde a 2.676 unidades. Em contrapartida, a área urbana concentra 32.832 domicílios, representando 92,5% do total de unidades do município (IBGE, 2010).

Figura 2: Áreas urbana e rural de Araucária



Fonte: Prefeitura Municipal de Araucária, adaptado por URBTEC™ (2018)

Os municípios limítrofes a Araucária são Balsa Nova, Contenda, Campo Largo, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Mandirituba e Quitandinha, sendo sua conexão estabelecida principalmente pela BR-476 (também conhecida como Rodovia do Xisto) e a PR-423, favorecendo o transporte de cargas e mercadorias. Ambas as vias também são importantes ligações que dão acesso ao interior do Paraná.

Com relação aos aspectos socioeconômicos, o município de Araucária apresentou um PIB (Produto Interno Bruto) de R\$ 13,9 bilhões e um PIB per capita de R\$104.567,63 para o ano de 2015. Segundo o IBGE, o salário médio dos trabalhadores formais era de 4,2 salários mínimos, sendo que 35% da população era ocupada.

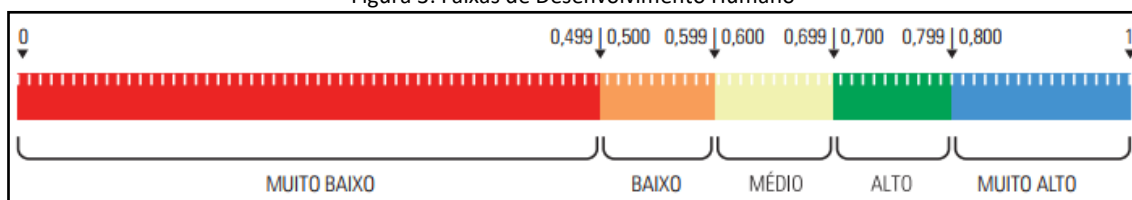
Constitui-se como um dos principais polos industriais existentes na região Sul do Brasil, sendo que dentre os segmentos das empresas e indústrias atuantes na cidade, pode-se destacar, conforme informado no produto 2 do Plano de Saneamento¹, a agroindústria, madeira, papel, argila e plástico, além da petroquímica, segmento de importância regional e até mesmo nacional. Apesar de ser predominantemente industrial, o município apresenta uma rica hidrografia, uma vez que é cortado por importantes rios como, por exemplo, o Passaúna (onde se encontra a Represa do Passaúna), Barigui, Iguaçu e Cachoeira.

No que diz respeito à educação, conforme dados do MEC/INEP, o município apresentou 35.022 matrículas no ensino regular para o ano de 2017, sendo maior para o ensino fundamental, totalizando 21.229 matrículas (60,6% do total). No ensino superior, foram 4.586 matrículas no município para modalidade presencial e à distância, e 665 concluintes para 2016.

¹ Plano Municipal de Saneamento Básico do município de Araucária, 2015 - Produto 2: DIAGNÓSTICOS DOS SISTEMAS - Título 5: CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA - subtítulo 5.3: MOVIMENTAÇÃO ECONÔMICA - pg. 43: "Atualmente Araucária se destaca como um dos principais polos industriais da Região Sul do Brasil, com indústrias e empresas de diversos segmentos, como madeira, papel, plástico e argila, além da petroquímica e da agroindústria." Material disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Araucária.

Com relação ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), o município de Araucária apresentou um índice de 0,740 para o ano de 2010, considerado alto (Figura 3). O IDH é um indicador para avaliar o desenvolvimento e a qualidade de vida do município. O índice varia entre 0 (muito baixo) e 1 (muito alto): quanto mais próximo de 1, maior será o desenvolvimento humano do município.

Figura 3: Faixas de Desenvolvimento Humano



Fonte: Atlas Brasil.

Nesse sentido, o Plano Diretor deverá ter por referência a análise de todas as características do município, a serem abordadas na 2ª Fase – Análise Temática Integrada. Essas características devem embasar diretrizes e propostas que possam potencializar os aspectos positivos de Araucária e, ao mesmo tempo, minimizar os pontos negativos. Esses assuntos serão verificados na 3ª Fase: Diretrizes e propostas para uma cidade sustentável. Na sequência deverá ser elaborado um Plano de Ação e Investimentos (PAI) e definida a institucionalização do PDA (abordados na 4ª Fase).

3 EQUIPE TÉCNICA

A seguir é listada a equipe técnica da empresa URBTEC™, consultora responsável pela Revisão do Plano Diretor Municipal da Cidade de Araucária/PR.

Coordenadora Geral: Arquiteta e Urbanista - Izabel Neves da Silva Cunha Borges

Arquiteta e Urbanista formada pela Universidade Federal de Brasília (1979), possui Mestrado em Planejamento Urbano pela *University of Virginia* (1982) e Especialização em Transportes pela Universidade Federal de Brasília (1990). Tem ampla experiência na execução e coordenação de Projetos de Planejamento Urbano, Regional e Metropolitano, Sistemas de Transporte Metropolitano e Regional, obtenção de financiamentos para Projetos de Infraestrutura, Planos Diretores Municipais, Regionais e Metropolitanos, Projetos de Transporte Multimodal, Planos de Desenvolvimento Social e Econômico, Planos Integrados de Desenvolvimento Regional e Metropolitano.

A seguir é apresentado o RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) da Coordenadora Geral responsável pela revisão do Plano Diretor de Araucária no CAU/BR (Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil).


CAU/BR

 Conselho de Arquitetura
 e Urbanismo do Brasil

Registro de Responsabilidade Técnica - RRT

RRT SIMPLES
Nº 0000006750885
 INICIAL
 EQUIPE - RRT PRINCIPAL

Documento válido somente se acompanhado do comprovante de pagamento
Lei Nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010:

Art. 47. O RRT será efetuado pelo profissional ou pela pessoa jurídica responsável, por intermédio de seu profissional habilitado legalmente no CAU. Art. 48. Não será efetuado RRT sem o prévio recolhimento da Taxa de RRT pela pessoa física do profissional ou pela pessoa jurídica responsável. Art. 50. A falta do RRT sujeitará o profissional ou a empresa responsável, sem prejuízo da responsabilização pessoal pela violação ética e da obrigatoriedade da paralisação do trabalho até a regularização da situação, à multa de 300% (trezentos por cento) sobre o valor da Taxa de RRT não paga corrigida, a partir da autuação, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução dos recursos, acrescido este montante de 1% (um por cento) no mês de efetivação do pagamento. * O documento definitivo (RRT) sem a necessidade de apresentação do comprovante de pagamento, poderá ser obtido após a identificação do pagamento pela compensação bancária.

1. RESPONSÁVEL TÉCNICO

Nome: IZABEL NEVES DA SILVA CUNHA BORGES

Registro Nacional: A4982-4

Título do Profissional: Arquiteto e Urbanista

2. DADOS DO CONTRATO

Contratante: URBTEC TM - ENGENHARIA, PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA

CNPJ: 02.689.532/0001-03

Contrato: sem número

Valor Contrato/Honorários: R\$ 0,00

Tipo de Contratante: Pessoa jurídica de direito privado

Celebrado em: 30/06/2017

Data de Início: 08/02/2018

Previsão de término: 08/02/2019

Declaro que na(s) atividade(s) registrada(s) neste RRT foram atendidas as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT, na legislação específica e no Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

3. DADOS DA OBRA/SERVIÇO

RUA PEDRO DRUSZCZ

Nº: 111

Complemento:

Bairro: CENTRO

UF: PR CEP: 83702080 Cidade: ARAUCÁRIA

Coordenadas Geográficas: Latitude: 0

Longitude: 0

4. ATIVIDADE TÉCNICA

Atividade: 4.4.5 - Planos diretores

Quantidade: 137.452,00

Unidade: hab

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa deste RRT

5. DESCRIÇÃO

COORDENAÇÃO GERAL DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA CIDADE DE ARAUCÁRIA, NOS TERMOS ESTABELECIDOS NO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 005/ 2017 PROCESSO Nº 0957/2017. Insp.: 4269 PLANO ELABORADO DE FORMA PARTICIPATIVA, DE ACORDO COM O ESTATUTO DA CIDADE E PLANO DE 05/02/2018 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO PDJ DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA. Informações a serem impressas no verso da ART: SERVIÇOS DESENVOLVIDOS: 1ª FASE MOBILIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO PARA REVISÃO DO PDA 2.2.1. CRONOGRAMA FÍSICO 2.2.2. METODOLOGIA DE TRABALHO 2.2.3. PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA DO MUNICÍPIO 2ª FASE ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA PARTE 1 DIAGNÓSTICO DA REALIDADE ATUAL DO MUNICÍPIO A PARTIR DE DADOS DISPONÍVEIS EM CADASTROS, IMAGENS, FOTOS AÉREAS, LEVANTAMENTOS DE CAMPO, PLANOS SETORIAIS, (QUANDO EXISTENTES) E LEGISLAÇÃO VIGENTE (LEIS, DECRETOS, PORTARIAS, ETC): 2.2.4 INSERÇÃO E CARACTERÍSTICAS REGIONAIS DO MUNICÍPIO 2.2.5. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA 2.2.6. MAPEAMENTO E ANÁLISE DE ÁREAS APTAS, APTAS COM RESTRIÇÃO E INAPTAS AO USO E OCUPAÇÃO ANTRÓPICAS 2.2.7. MAPEAMENTO E ANÁLISE DO USO E OCUPAÇÃO ATUAL DO SOLO 2.2.8. AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE DE ATENDIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS PARTE 2 CONSTRUIR ANÁLISES INTEGRADAS E MAPAS SÍNTESE, A PARTIR DA RELAÇÃO ENTRE OS DADOS E CARACTERÍSTICAS LEVANTADOS NA PARTE 1 2.2.9. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO ATUAL VERSUS AS CAPACIDADES DE SUPORTE AMBIENTAL E DE INFRAESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS

A autenticidade deste RRT pode ser verificada em: <http://siccau.cau.br.gov.br/app/view/sight/externo?form=Servicos>, com a chave: CxZ12w Impresso em: 14/03/2018 às 10:58:15 por: , ip: 189.6.19.231

**CAU/BR**Conselho de Arquitetura
e Urbanismo do Brasil

Registro de Responsabilidade Técnica - RRT

RRT SIMPLES
Nº 0000006750885

INICIAL

EQUIPE - RRT PRINCIPAL



2.2.10. EXPANSÃO URBANA VERSUS AS CAPACIDADES DE SUPORTE AMBIENTAL E DE INFRAESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS 2.2.11. CONDIÇÕES GERAIS DE MORADIA E FUNDIÁRIAS 2.2.12. CONDIÇÕES GERAIS DE ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE, COM ÊNFASE NA ÁREA URBANA. 2.2.13. CAPACIDADE DE INVESTIMENTO DO MUNICÍPIO 2.2.14. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS EXISTENTES 2.2.15. SÍNTESE DA ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA 2.2.16. OBJETIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL 3ª FASE DIRETRIZES E PROPOSTAS PARA UMA CIDADE SUSTENTÁVEL 2.2.17. DEFINIÇÃO DE DIRETRIZES DE (RE)ORDENAMENTO TERRITORIAL 2.2.18. PROPOSTAS PARA GARANTIR OS DIREITOS À CIDADE SUSTENTÁVEL 2.2.19. DEFINIÇÃO DE INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS 4ª FASE PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PDA 2.2.20. PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTO PAI 2.2.21. INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PDA 2.2.22. SISTEMA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO PDA 2.2.23. ELABORAÇÃO DE PROPOSTAS DE ADEQUAÇÃO DE LEGISLAÇÃO PARA: I) ESTRUTURA ORGANIZACIONAL; II) REGIMENTO INTERNO DA PREFEITURA MUNICIPAL; III) PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS; IV) REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DO PLANO DIRETOR OU OUTRO QUE VENHA A SUBSTITUI-LO; V) CÓDIGO TRIBUTÁRIO; E, VI) OUTRAS LEIS PERTINENTES. 2.3. ESTRATÉGIA DE AÇÃO - DESENVOLVIMENTO DAS AS ATIVIDADES E ELABORAÇÃO DOS PRODUTOS RESPEITANDO: I) A PARTICIPAÇÃO DA EQUIPE DE COORDENAÇÃO - EC, EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL ETM, CONSELHO MUNICIPAL DO PLANO DIRETOR CMPD (OU OUTRO QUE VENHA A SUBSTITUI-LO), GRUPO DE ACOMPANHAMENTO - GA, REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO, POPULAÇÃO E ASSOCIAÇÕES REPRESENTATIVAS DOS VÁRIOS SEGMENTOS DA COMUNIDADE; CONSISTINDO EM: - REUNIÕES TÉCNICAS DE ACOMPANHAMENTO E CAPACITAÇÃO - OFICINAS TÉCNICAS E COMUNITÁRIAS - AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - REUNIÕES DE COORDENAÇÃO - REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE ARAUCÁRIA PACTUAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE ARAUCÁRIA.

6. VALOR

Total Pago: R\$ 0,00

Atenção: Este Item 6 será preenchido automaticamente pelo SICCAU após a identificação do pagamento pela compensação bancária. Para comprovação deste documento é necessária a apresentação do respectivo comprovante de pagamento

7. ASSINATURAS

Declaro serem verdadeiras as informações acima.

Local de Mês Ano

URBTEC™ - ENGENHARIA, PLANEJAMENTO E
CONSULTORIA LTDA
CNPJ: 02.689.532/0001-03

IZABEL NEVES DA SILVA CUNHA BORGES
CPF: 153.907.211-87

A autenticidade deste RRT pode ser verificada em: <http://siccau.cau.br.gov.br/app/view/sight/externo?form=Servicos>,
com a chave: CxZ12w Impresso em: 14/03/2018 às 10:58:15 por: , ip: 189.6.19.231

www.cau.br.gov.br

Página 2/2

Coordenador Adjunto: Engenheiro Civil - Gustavo Taniguchi

Possui graduação em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Paraná - UFPR (1996) e Mestrado em Gestão Urbana pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC/PR (2007). Trabalha na área de Planejamento Urbano e Regional, com ênfase em Projetos de Transportes Urbanos, Mobilidade e Sistemas de Passageiros, atuando principalmente nos seguintes temas: planejamento urbano, planejamento metropolitano, planos de mobilidade e urbanização.

A seguir é apresentada a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) do Coordenador Adjunto responsável pela revisão do Plano Diretor de Araucária no CREA/PR (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná).



CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná
Anotação de Responsabilidade Técnica Lei Fed 6496/77
Valorize sua Profissão: Mantenha os Projetos na Obra
2ª VIA - ÓRGÃOS PÚBLICOS



ART Nº 20180535939
Obra ou Serviço Técnico
ART Principal

Esta ART somente terá validade se for apresentada em conjunto com o comprovante de quitação bancária.

Profissional Contratado: GUSTAVO TANIGUCHI (CPF: 875.311.519-87) Nº Carteira: PR-30920/D - Nº Visto Crea: -

Título Formação Prof.: ENGENHEIRO CIVIL

Empresa contratada: URBTEC TM - ENGENHARIA, PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA Nº Registro: 15734

Contratante: MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA

CPF/CNPJ: 76.105.535/0001-99

Endereço: R PEDRO DRUSZCZ 111 CENTRO

CEP: 83702080 ARAUCÁRIA PR Fone: (41) 3614-1400

Local da Obra/Serviço: R PEDRO DRUSZCZ 111

CENTRO - ARAUCÁRIA PR

Quadra:

CEP: 83702080

Lote:

Tipo de Contrato	4	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	Dimensão	1 UNID
Ativ. Técnica	23	COORDENAÇÃO DE OBRA OU SERVIÇO TÉCNICO		
Área de Comp.	1100	SERVIÇOS TÉCNICO-PROFISSIONAIS NA MODALIDADE CIVIL		
Tipo Obra/Serv	166	ASSISTÊNCIA / ASSESSORIA / CONSULTORIA		
Serviços contratados	130	OUTROS		
	166	ASSISTÊNCIA/ASSESSORIA/CONSULTORIA		

Dados Compl.

0

Data Início

08/02/2018

Data Conclusão

08/02/2019

Vlr Taxa R\$ 218,54

Base de cálculo: TABELA VALOR DE CONTRATO

Outras Informações sobre a natureza dos serviços contratados, dimensões, ARTs vinculadas, ARTs substituídas, contratantes, etc
COORDENAÇÃO GERAL EXECUTIVA DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA PARA REVISÃO DO PLANO
DIRETOR MUNICIPAL DA CIDADE DE ARAUCÁRIA, NOS TERMOS ESTABELECIDOS NO EDITAL DE CONCORRÊNCIA
PÚBLICA Nº 005/2017 - PROCESSO Nº 0957/2017.

PLANO ELABORADO DE FORMA PARTICIPATIVA, DE ACORDO COM O ESTATUTO DA CIDADE E PLANO DE
DESENVOLVIMENTO INTEGRADO - PDI DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

Insp.: 4269
05/02/2018
CreaWeb 1.08

Assinatura do Contratante

Assinatura do Profissional

2ª VIA - ÓRGÃOS PÚBLICOS Destina-se à apresentação nos órgãos de administração pública, cartórios e outros.
Central de Informações do CREA-PR 0800 041 0067

A autenticação deste documento poderá ser consultada através do site www.crea-pr.org.br

A Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) foi instituída pela Lei Federal 6496/77, e sua aplicação está regulamentada pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA) através da Resolução 1025/09.

Coordenação Técnica Adjunta: Arquiteta e Urbanista - Tami Szuchman

Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC/PR (1993), mestrado e doutorado em Gestão Urbana pela PUC/PR (2007), responsável técnica da empresa URBTECTM e Professora titular do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Positivo. Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento local e regional e parques urbanos.

A seguir é apresentado o RRT da Coordenadora Técnica Adjunta responsável pela revisão do Plano Diretor de Araucária no CAU/BR.

**CAU/BR**Conselho de Arquitetura
e Urbanismo do Brasil

Registro de Responsabilidade Técnica - RRT

RRT SIMPLES**Nº 000006739363**

INICIAL

EQUIPE - RRT PRINCIPAL

**1. RESPONSÁVEL TÉCNICO**

Nome: TAMI SZUCHMAN

Registro Nacional: A20601-6

Título do Profissional: Arquiteto e Urbanista

2. DADOS DO CONTRATO

Contratante: Prefeitura Municipal de Araucária

Documento de identificação: 76105535000199

Contrato: EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 005/ 2017 PROCESSO Nº 0957/2017

Tipo de Contratante: Órgão Público

Celebrado em: 06/02/2018

Data de Início: 12/03/2018

Previsão de término: 06/02/2019

Declaro que na(s) atividade(s) registrada(s) neste RRT foram atendidas as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT, na legislação específica e no Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

3. DADOS DA OBRA/SERVIÇO

RUA PEDRO DRUSCZ

Nº: 111

Complemento:

Bairro: CENTRO

UF: PR CEP: 83702080 Cidade: ARAUCÁRIA

Coordenadas Geográficas: Latitude: 0

Longitude: 0

4. ATIVIDADE TÉCNICA

Atividade: 4.4.5 - Planos diretores

Quantidade: 1,00

Unidade: un

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa deste RRT

5. DESCRIÇÃO

COORDENAÇÃO TÉCNICA ADJUNTA DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA CIDADE DE ARAUCÁRIA, COM ÁREA DE 469,240 KM² (IBGE) E 137.452 HABITANTES (POPULAÇÃO ESTIMADA 2017/IBGE), NOS TERMOS ESTABELECIDOS NO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 005/ 2017 PROCESSO Nº 0957/2017. PLANO ELABORADO DE FORMA PARTICIPATIVA, DE ACORDO COM O ESTATUTO DA CIDADE E PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO PDI DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA. SERVIÇOS DESENVOLVIDOS: 1ª FASE MOBILIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO PARA REVISÃO DO PDA 2.2.1. CRONOGRAMA FÍSICO 2.2.2. METODOLOGIA DE TRABALHO 2.2.3. PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA DO MUNICÍPIO 2ª FASE ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA PARTE 1 DIAGNÓSTICO DA REALIDADE ATUAL DO MUNICÍPIO A PARTIR DE DADOS DISPONÍVEIS EM CADASTROS, IMAGENS, FOTOS AÉREAS, LEVANTAMENTOS DE CAMPO, PLANOS SETORIAIS, (QUANDO EXISTENTES) E LEGISLAÇÃO VIGENTE (LEIS, DECRETOS, PORTARIAS, ETC); 2.2.4 INSERÇÃO E CARACTERÍSTICAS REGIONAIS DO MUNICÍPIO 2.2.5. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA 2.2.6. MAPEAMENTO E ANÁLISE DE ÁREAS APTAS, APTAS COM RESTRIÇÃO E INAPTAS AO USO E OCUPAÇÃO ANTRÓPICOS 2.2.7. MAPEAMENTO E ANÁLISE DO USO E OCUPAÇÃO ATUAL DO SOLO 2.2.8. AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE DE ATENDIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS PARTE 2 CONSTRUIR ANÁLISES INTEGRADAS E MAPAS SÍNTESE, A PARTIR DA RELAÇÃO ENTRE OS DADOS E CARACTERÍSTICAS LEVANTADOS NA PARTE 1 2.2.9. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO ATUAL VERSUS AS CAPACIDADES DE SUPORTE AMBIENTAL E DE INFRAESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS 2.2.10. EXPANSÃO URBANA VERSUS AS CAPACIDADES DE SUPORTE AMBIENTAL E DE INFRAESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS 2.2.11. CONDIÇÕES GERAIS DE MORADIA E FUNDIÁRIAS 2.2.12. CONDIÇÕES GERAIS DE ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE, COM ÊNFASE NA ÁREA URBANA. 2.2.13. CAPACIDADE DE INVESTIMENTO DO MUNICÍPIO 2.2.14. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS EXISTENTES 2.2.15. SÍNTESE DA ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA 2.2.16. OBJETIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL 3ª FASE DIRETRIZES E PROPOSTAS PARA UMA CIDADE SUSTENTÁVEL 2.2.17. DEFINIÇÃO DE DIRETRIZES DE (RE)ORDENAMENTO TERRITORIAL 2.2.18. PROPOSTAS PARA GARANTIR OS DIREITOS À CIDADE SUSTENTÁVEL 2.2.19. DEFINIÇÃO DE

A autenticidade deste RRT pode ser verificada em: <http://siccau.cau.br/app/view/sight/externo?form=Servicos>, com a chave: 92zACd Impresso em: 13/03/2018 às 19:20:07 por: , ip: 189.101.74.84

www.cau.br.gov.br

Página 1/2



CAU/BR

Conselho de Arquitetura
e Urbanismo do Brasil

Registro de Responsabilidade Técnica - RRT

RRT SIMPLES

Nº 0000006739363

INICIAL

EQUIPE - RRT PRINCIPAL



INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS 4ª FASE PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PDA 2.2.20. PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTO PAI 2.2.21. INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PDA 2.2.22. SISTEMA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO PDA 2.2.23. ELABORAÇÃO DE PROPOSTAS DE ADEQUAÇÃO DE LEGISLAÇÃO PARA: I) ESTRUTURA ORGANIZACIONAL; II) REGIMENTO INTERNO DA PREFEITURA MUNICIPAL; III) PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS; IV) REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DO PLANO DIRETOR OU OUTRO QUE VENHA A SUBSTITUI-LO; V) CÓDIGO TRIBUTÁRIO; E, VI) OUTRAS LEIS PERTINENTES. 2.3. ESTRATÉGIA DE AÇÃO - DESENVOLVIMENTO DAS AS ATIVIDADES E ELABORAÇÃO DOS PRODUTOS RESPEITANDO: I) A PARTICIPAÇÃO DA EQUIPE DE COORDENAÇÃO - EC, EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL ETM, CONSELHO MUNICIPAL DO PLANO DIRETOR CMPD (OU OUTRO QUE VENHA A SUBSTITUI-LO), GRUPO DE ACOMPANHAMENTO - GA, REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO, POPULAÇÃO E ASSOCIAÇÕES REPRESENTATIVAS DOS VÁRIOS SEGMENTOS DA COMUNIDADE; CONSISTINDO EM - REUNIÕES TÉCNICAS DE ACOMPANHAMENTO E CAPACITAÇÃO - OFICINAS TÉCNICAS E COMUNITÁRIAS - AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - REUNIÕES DE COORDENAÇÃO - REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE ARAUCÁRIA PACTUAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE ARAUCÁRIA

6. VALOR

Valor do RRT: R\$ 91,50

Pago em: 12/03/2018

Total Pago: R\$ 91,50

7. ASSINATURAS

Declaro serem verdadeiras as informações acima.

Caraíba 13 de Março de 2018
Local Dia Mês Ano

Prefeitura Municipal de Araucária
Documento de identificação: 76105535000199

Samuel Almeida da Silva
Secretário Municipal
de Planejamento

Tami Szuchman
TAMI SZUCHMAN
CPF: 872.476.669-00

A autenticidade deste RRT pode ser verificada em: <http://siccau.cau.br/app/view/sight/externo?form=Servicos>,
com a chave: 92zACd Impresso em: 13/03/2018 às 19:20:07 por: , ip: 189.101.74.84

www.cau.br.gov.br

Página 2/2

Coordenadora Operacional: Arquiteta e Urbanista - Manoela Fajgenbaum Feiges

Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC/PR (2011), mestrado em Assentamentos Humanos pela Katholieke Universiteit Leuven, Bélgica (2015), reconhecido no Brasil como Gestão do Território pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG (2018) e em processo de obtenção do título de especialista em Mobilidade Urbana e Trânsito, pela Faculdade Faveni. Possui experiência em Arquitetura e Urbanismo, nos âmbitos nacional e internacional, atuando principalmente nos seguintes temas: desenho urbano e planejamento urbano, municipal e regional.

A seguir é apresentado o RRT da Coordenadora Operacional pela revisão do Plano Diretor de Araucária no CAU/BR.

**CAU/BR**Conselho de Arquitetura
e Urbanismo do Brasil

Registro de Responsabilidade Técnica - RRT

RRT SIMPLES
Nº 0000007884485
INICIAL
EQUIPE - RRT PRINCIPAL**1. RESPONSÁVEL TÉCNICO**

Nome: MANOELA FAJGENBAUM FEIGES

Registro Nacional: A67397-8

Título do Profissional: Arquiteto e Urbanista

2. DADOS DO CONTRATO

Contratante: URBTEC TM Engenharia Planejamento e Consultoria Ltda

CNPJ: 02.689.532/0001-03

Contrato:

Valor Contrato/Honorários: R\$ 0,00

Tipo de Contratante: Pessoa jurídica de direito privado

Celebrado em: 23/02/2018

Data de Início: 23/02/2018

Previsão de término: 10/04/2019

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa deste RRT

3. DADOS DA OBRA/SERVIÇO

Endereço: RUA PEDRO DRUSCZ

Nº: 111

Complemento:

Bairro: CENTRO

UF: PR CEP: 83702080 Cidade: ARAUCÁRIA

Coordenadas Geográficas: Latitude: 0

Longitude: 0

4. ATIVIDADE TÉCNICA

Grupo de Atividade: 4 - MEIO AMBIENTE E PLANEJAMENTO REGIONAL E URBANO

Subgrupo de Atividade: 4.4 - PLANEJAMENTO URBANO

Atividade: 4.4.5 - Planos diretores

Quantidade: 469,24

Unidade: km²

Declaro que na(s) atividade(s) registrada(s) neste RRT foram atendidas as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT, na legislação específica e no Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

5. DESCRIÇÃO

COORDENAÇÃO OPERACIONAL DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA CIDADE DE ARAUCÁRIA, NOS TERMOS ESTABELECIDOS NO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 005/2017 PROCESSO Nº 0957/2017. PLANO ELABORADO DE FORMA PARTICIPATIVA, D E ACORDO COM O ESTATUTO DA CIDADE E PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO PDI DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA SERVIÇOS DESENVOLVIDOS: 1ª FASE MOBILIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO PARA REVISÃO DO PDA 2.2.1. CRONOGRAMA FÍSICO 2.2.2. METODOLOGIA DE TRABALHO 2.2.3. PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA DO MUNICÍPIO 2ª FASE ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA PARTE 1 DIAGNÓSTICO DA REALIDADE ATUAL DO MUNICÍPIO A PARTIR DE DADOS DISPONÍVEIS EM CADASTROS, IMAGENS, FOTOS AÉREAS, LEVANTAMENTOS DE CAMPO, PLANOS SETORIAIS, (QUANDO EXISTENTES) E LEGISLAÇÃO VIGENTE (LEIS, DECRETOS, PORTARIAS, ETC): 2.2.4. INSERÇÃO E CARACTERÍSTICAS REGIONAIS DO MUNICÍPIO 2.2.5. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA 2.2.6. MAPEAMENTO E ANÁLISE DE ÁREAS AP TAS, APTAS COM RESTRIÇÃO E INAPTAS AO USO E OCUPAÇÃO ANTRÓPICOS 2.2.7. MAPEAMENTO E ANÁLISE DO USO E OCUPAÇÃO ATUAL DO SOLO 2.2.8. AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE DE ATENDIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS PARTE 2 CONSTRUIR ANÁLISES INTEGRADAS E MAPAS SÍNTESE, A PARTIR DA RELAÇÃO ENTRE OS DADOS E CARACTERÍSTICAS LEVANTADOS NA PARTE 1 2.2.9. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO ATUAL VERSUS AS CAPACIDADES DE SUPORTE AMBIENTAL E DE INFRAESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS 2.2.10. EXPANSÃO URBANA VERSUS AS CAPACIDADES DE SUPORTE AMBIENTAL E DE INFRAESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS 2.2.11. CONDIÇÕES GERAIS DE MORADIA E FUNDIÁRIAS 2.2.12. CONDIÇÕES GERAIS DE ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE, COM ÊNFASE NA ÁREA URBANA. 2.2.13. CAPACIDADE DE INVESTIMENTO DO MUNICÍPIO 2.2.14. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS EXISTENTES 2.2.15. SÍNTESE DA ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA 2.2.16. OBJETIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL 3ª FASE DIRETRIZES E PROPOSTAS PARA UMA CIDADE SUSTENTÁVEL 2.2.17. DEFINIÇÃO DE DIRETRIZES DE (RE)ORDENAMENTO TERRITORIAL 2.2.18. PROPOSTAS PARA GARANTIR OS

A autenticidade deste RRT pode ser verificada em: <http://siccau.cau.br.gov.br/app/view/sight/externo?form=Servicos>, com a chave: 7Da59Z Impresso em: 08/02/2019 às 14:14:25 por: , ip: 177.220.173.198



CAU/BR

Conselho de Arquitetura
e Urbanismo do Brasil

Registro de Responsabilidade Técnica - RRT

RRT SIMPLES
Nº 0000007884485
 INICIAL
 EQUIPE - RRT PRINCIPAL



DIREITOS À CIDADE SUSTENTÁVEL 2.2.19. DEFINIÇÃO DE INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS 4ª FASE PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PDA 2.2.20. PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTO PAI 2.2.21. INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PDA 2.2.22. SISTEMA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO PDA 2.2.23. ELABORAÇÃO DE PROPOSTAS DE ADEQUAÇÃO DE E LEGISLAÇÃO PARA: I) ESTRUTURA ORGANIZACIONAL; II) REGIMENTO INTERNO DA PREFEITURA MUNICIPAL; III) PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS; IV) REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DO PLANO DIRETOR OU OUTRO QUE VENHA A SUBSTITUÍ-LO; V) CÓDIGO TRIBUTÁRIO; E, VI) OUTRAS LEIS PERTINENTES. 2.3. ESTRATÉGIA DE AÇÃO - D E ENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES E ELABORAÇÃO DOS PRODUTOS RESPEITANDO: I) A PARTICIPAÇÃO DA EQUIPE DE COORDENAÇÃO - EC, EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL - ETM, CONSELHO MUNICIPAL DO PLANO DIRETOR - CMPD (OU OUTRO QUE VENHA A SUBSTITUÍ-LO), GRUPO DE ACOMPANHAMENTO - GA, REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO, POPULAÇÃO E ASSOCIAÇÕES REPRESENTATIVAS DOS VÁRIOS SEGMENTOS DA COMUNIDADE; CONSISTINDO EM - REUNIÕES TÉCNICAS DE ACOMPANHAMENTO E CAPACITAÇÃO - OFICINAS TÉCNICAS E COMUNITÁRIAS - AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - REUNIÕES DE COORDENAÇÃO - REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE ARAUCÁRIA - PACTUAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE ARAUCÁRIA.

6. VALOR

Valor do RRT:	R\$ 94,76	Pago em: 07/02/2019
Total Pago:	R\$ 94,76	

7. ASSINATURAS

Declaro serem verdadeiras as informações acima.

URBTEC 07 de FEVEREIRO de 2019
 Local Dia Mês Ano

URBTEC TM Engenharia Planejamento e
Consultoria Ltda
 CNPJ: 02.689.532/0001-03

Manoela Feijó
 MANOELA FAJGENBAUM FEIGES
 CPF: 063.724.799-07

A autenticidade deste RRT pode ser verificada em: <http://siccau.cau.br.gov.br/app/view/sight/externo?form=Servicos>, com a chave: 7Da59Z. Impresso em: 08/02/2019 às 14:14:25 por: , ip: 177.220.173.198

www.cau.br.gov.br

Página 2/2

Administradora - Mari Ligia Carvalho Leão

Possui Graduação em Administração de Empresas pela Faculdade de Educação Superior do Paraná (1988) e Pós-Graduação em Recursos Humanos pela Universidade Tuiuti do Paraná (1999). Atuou na área de administração nos segmentos públicos e privados.

Advogada - Luciane Leiria Taniguchi

Possui graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC/PR (1997), Especialização em Direito Tributário e Processo Tributário pela PUC/PR (1999) e Pós-Graduação MBA em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas - FGV (2003). Atua na área de direito público, administrativo e tributário.

Advogado - Claudio Marcelo R. Iarema

Possui graduação em Direito pela Universidade Tuiuti do Paraná (2004), Especialização em Processo Civil pelo Instituto Romeu Felipe Bacelar (2008). Atua na área de direito público, administrativo e tributário.

Arquiteta e Urbanista - Jussara Maria da Silva

Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (1983), Mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (2001), Doutorado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (2008) e Pós-Doutorado no Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa (2013-2014). Atualmente é professora titular da Universidade Positivo. Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Planejamento e Projeto do Espaço Urbano, atuando principalmente nos seguintes temas: espaço urbano, planejamento urbano, Estatuto da Cidade, plano diretor municipal.

A seguir é apresentado o RRT da arquiteta urbanista responsável pela revisão do Plano Diretor de Araucária no CAU/BR.



CAU/BR

Conselho de Arquitetura
e Urbanismo do Brasil

Registro de Responsabilidade Técnica - RRT

RRT SIMPLES
Nº 0000006796254
INICIAL
EQUIPE à 0006739363



1. RESPONSÁVEL TÉCNICO

Nome: JUSSARA MARIA SILVA

Registro Nacional: A77212-7

Título do Profissional: Arquiteto e Urbanista

2. DADOS DO CONTRATO

Contratante: URBTEC TM - ENGENHARIA, PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA - EPP

CNPJ: 02.689.532/0001-03

Contrato: : Prefeitura Municipal de Araucária

Valor Contrato/Honorários: R\$ 0,00

Tipo de Contratante: Pessoa jurídica de direito privado

Celebrado em: 06/02/2018

Data de Início: 12/03/2018

Previsão de término: 06/02/2019

Declaro que na(s) atividade(s) registrada(s) neste RRT foram atendidas as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT, na legislação específica e no Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

3. DADOS DA OBRA/SERVIÇO

RUA PEDRO DRUSCZ

Nº: 111

Complemento:

Bairro: CENTRO

UF: PR CEP: 83702080 Cidade: ARAUCÁRIA

Coordenadas Geográficas: Latitude: 0

Longitude: 0

4. ATIVIDADE TÉCNICA

Atividade: 4.4.5 - Planos diretores

Quantidade: 1,00

Unidade: un

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa deste RRT

5. DESCRIÇÃO

SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA CIDADE DE ARAUCÁRIA, COM ÁREA DE 489.240 KM² (IBGE) E 137.452 HABITANTES (POPULAÇÃO ESTIMADA 2017/IBGE), NOS TERMOS ESTABELECIDOS NO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 005/ 2017 PROCESSO Nº 0957/2017. PLANO ELABORADO DE FORMA PARTICIPATIVA, DE ACORDO COM O ESTATUTO DA CIDADE E PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO PDI DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA. SERVIÇOS DESENVOLVIDOS: 1ª FASE MOBILIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO PARA REVISÃO DO PDA 2.2.1. CRONOGRAMA FÍSICO 2.2.2. METODOLOGIA DE TRABALHO 2.2.3. PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA DO MUNICÍPIO 2ª FASE ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA PARTE 1 DIAGNÓSTICO DA REALIDADE ATUAL DO MUNICÍPIO A PARTIR DE DADOS DISPONÍVEIS EM CADASTROS, IMAGENS, FOTOS AÉREAS, LEVANTAMENTOS DE CAMPO, PLANOS SETORIAIS, (QUANDO EXISTENTES) E LEGISLAÇÃO VIGENTE (LEIS, DECRETOS, PORTARIAS, ETC): 2.2.4 INSERÇÃO E CARACTERÍSTICAS REGIONAIS DO MUNICÍPIO 2.2.5. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA 2.2.6. MAPEAMENTO E ANÁLISE DE ÁREAS APTAS, APTAS COM RESTRIÇÃO E INAPTAS AO USO E OCUPAÇÃO ANTRÓPICOS 2.2.7. MAPEAMENTO E ANÁLISE DO USO E OCUPAÇÃO ATUAL DO SOLO 2.2.8. AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE DE ATENDIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS PARTE 2 CONSTRUIR ANÁLISES INTEGRADAS E MAPAS SÍNTESE, A PARTIR DA RELAÇÃO ENTRE OS DADOS E CARACTERÍSTICAS LEVANTADOS NA PARTE 1 2.2.9. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO ATUAL VERSUS AS CAPACIDADES DE SUPORTE AMBIENTAL E DE INFRAESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS 2.2.10. EXPANSÃO URBANA VERSUS AS CAPACIDADES DE SUPORTE AMBIENTAL E DE INFRAESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS 2.2.11. CONDIÇÕES GERAIS DE MORADIA E FUNDIÁRIAS 2.2.12. CONDIÇÕES GERAIS DE ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE, COM ÊNFASE NA ÁREA URBANA. 2.2.13. CAPACIDADE DE INVESTIMENTO DO MUNICÍPIO 2.2.14. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS EXISTENTES 2.2.15. SÍNTESE DA ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA 2.2.16. OBJETIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL 3ª FASE DIRETRIZES E PROPOSTAS PARA UMA CIDADE SUSTENTÁVEL 2.2.17. DEFINIÇÃO DE DIRETRIZES DE (RE)ORDENAMENTO TERRITORIAL 2.2.18. PROPOSTAS PARA GARANTIR OS DIREITOS À CIDADE SUSTENTÁVEL 2.2.19. DEFINIÇÃO DE INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS 4ª FASE PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTO

A autenticidade deste RRT pode ser verificada em: <http://siccau.cau.br.gov.br/app/view/sight/externo?form=Servicos>, com a chave: 62y3xZ Impresso em: 05/04/2018 às 09:31:41 por: , Ip: 168.194.161.153

**CAU/BR**Conselho de Arquitetura
e Urbanismo do Brasil

Registro de Responsabilidade Técnica - RRT

RRT SIMPLES
Nº 0000006796254
 INICIAL
 EQUIPE à 0006739363


E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PDA 2.2.20. PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTO PAI 2.2.21. INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PDA 2.2.22. SISTEMA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO PDA 2.2.23. ELABORAÇÃO DE PROPOSTAS DE ADEQUAÇÃO DE LEGISLAÇÃO PARA: I) ESTRUTURA ORGANIZACIONAL; II) REGIMENTO INTERNO DA PREFEITURA MUNICIPAL; III) PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS; IV) REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DO PLANO DIRETOR OU OUTRO QUE VENHA A SUBSTITUI-LO; V) CÓDIGO TRIBUTÁRIO; E, VI) OUTRAS LEIS PERTINENTES. 2.3. ESTRATÉGIA DE AÇÃO - DESENVOLVIMENTO DAS AS ATIVIDADES E ELABORAÇÃO DOS PRODUTOS RESPEITANDO: I) A PARTICIPAÇÃO DA EQUIPE DE COORDENAÇÃO - EC, EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL ETM, CONSELHO MUNICIPAL DO PLANO DIRETOR CMPD (OU OUTRO QUE VENHA A SUBSTITUI-LO), GRUPO DE ACOMPANHAMENTO - GA, REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO, POPULAÇÃO E ASSOCIAÇÕES REPRESENTATIVAS DOS VÁRIOS SEGMENTOS DA COMUNIDADE; CONSISTINDO EM - REUNIÕES TÉCNICAS DE ACOMPANHAMENTO E CAPACITAÇÃO - OFICINAS TÉCNICAS E COMUNITÁRIAS - AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - REUNIÕES DE COORDENAÇÃO - REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE ARAUCÁRIA PACTUAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE ARAUCÁRIA

6. VALOR
 Valor do RRT: R\$ 91,50
 Total Pago: R\$ 91,50

Pago em: 02/04/2018

7. ASSINATURAS

Declaro serem verdadeiras as informações acima.

 Local: Curitiba, 13 de Março de 2018
 Dia: 13 Mês: Março Ano: 2018

 URBTEC TM - ENGENHARIA, PLANEJAMENTO E
 CONSULTORIA LTDA - EPP
 CNPJ: 02.689.532/0001-03

 JUSSARA MARIA SILVA
 CPF: 505.179.379-72

 A autenticidade deste RRT pode ser verificada em: <http://sicau.cau.br.gov.br/app/view/sight/externo?form=Servicos>,
 com a chave: 62y3xZ Impresso em: 05/04/2018 às 09:31:41 por: , ip: 168.194.161.153

Arquiteta e Urbanista - Naomi de Paula Scheer

Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Paraná - UFPR (2013) e Especialização em Gestão de Projetos pela Fundação Getúlio Vargas - ISAE FGV (2018). Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Planejamento e Projeto do Espaço Urbano, atuando principalmente nos seguintes temas: espaço urbano, planejamento urbano, plano diretor municipal.

A seguir é apresentado o RRT da arquiteta urbanista responsável pela revisão do Plano Diretor de Araucária no CAU/BR.

**CAU/BR**Conselho de Arquitetura
e Urbanismo do Brasil

Registro de Responsabilidade Técnica - RRT

RRT SIMPLES
Nº 0000007975374
RETIFICADOR à 7303791
EQUIPE à 0006739363**1. RESPONSÁVEL TÉCNICO**

Nome: Naomi de Paula Scheer

Registro Nacional: A87023-4

Título do Profissional: Arquiteto e Urbanista

2. DADOS DO CONTRATO

Contratante: URBTEC TM - ENGENHARIA, PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA

CNPJ: 02.689.532/0001-03

Contrato:

Valor Contrato/Honorários: R\$ 0,00

Tipo de Contratante: Pessoa jurídica de direito privado

Celebrado em: 16/03/2018

Data de Início: 19/03/2018

Previsão de término: 09/04/2019

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa deste RRT

3. DADOS DA OBRA/SERVIÇO

Endereço: RUA PEDRO DRUSZCZ

Nº: 111

Complemento:

Bairro: CENTRO

UF: PR CEP: 83702080 Cidade: ARAUCÁRIA

Coordenadas Geográficas: Latitude: -25.594969999999932

Longitude: -49.404529999999966

4. ATIVIDADE TÉCNICA

Grupo de Atividade: 4 - MEIO AMBIENTE E PLANEJAMENTO REGIONAL E URBANO

Subgrupo de Atividade: 4.4 - PLANEJAMENTO URBANO

Atividade: 4.4.5 - Planos diretores

Quantidade: 469,24

Unidade: km²

Declaro que na(s) atividade(s) registrada(s) neste RRT foram atendidas as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT, na legislação específica e no Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

5. DESCRIÇÃO

PARTICIPAÇÃO NA EQUIPE TÉCNICA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA CIDADE DE ARAUCÁRIA (PDA), COM ÁREA DE 469,240 KM² (IBGE) E 137.452 HABITANTES (POPULAÇÃO ESTIMADA 2017/IBGE), NOS TERMOS ESTABELECIDOS NO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 005/2017 - PROCESSO Nº 0957/2017. PLANO ELABORADO DE FORMA PARTICIPATIVA, DE ACORDO COM O ESTATUTO DA CIDADE E PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO (PDI) DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA (RMC). SERVIÇOS DESENVOLVIDOS: 1ª FASE - MOBILIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO PARA REVISÃO DO PDA; CRONOGRAMA FÍSICO; METODOLOGIA DE TRABALHO; PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA DO MUNICÍPIO. 2ª FASE - ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA: PARTE 1 - DIAGNÓSTICO DA REALIDADE ATUAL DO MUNICÍPIO A PARTIR DE DADOS DISPONÍVEIS EM CADASTROS, IMAGENS, FOTOS AÉREAS, LEVANTAMENTOS DE CAMPO, PLANOS SETORIAIS E LEGISLAÇÃO VIGENTE (LEIS, DECRETOS, PORTARIAS, ETC): INSERÇÃO E CARACTERÍSTICAS REGIONAIS DO MUNICÍPIO; CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA; MAPEAMENTO E ANÁLISE DE ÁREAS APTAS, APTAS COM RESTRIÇÃO E INAPTAS AO USO E OCUPAÇÃO ANTRÓPICOS; MAPEAMENTO E ANÁLISE DO USO E OCUPAÇÃO ATUAL DO SOLO; AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE DE ATENDIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS. PARTE 2 - CONSTRUIR ANÁLISES INTEGRADAS E MAPAS SÍNTESE, A PARTIR DA RELAÇÃO ENTRE OS DADOS E CARACTERÍSTICAS LEVANTADOS NA PARTE 1; USO E OCUPAÇÃO DO SOLO ATUAL VERSUS AS CAPACIDADES DE SUPORTE AMBIENTAL E DE INFRAESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS; EXPANSÃO URBANA VERSUS AS CAPACIDADES DE SUPORTE AMBIENTAL E DE INFRAESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS; CONDIÇÕES GERAIS DE MORADIA E FUNDIÁRIAS; CONDIÇÕES GERAIS DE ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE, COM ÊNFASE NA ÁREA URBANA; CAPACIDADE DE INVESTIMENTO DO MUNICÍPIO; ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS EXISTENTES; SÍNTESE DA ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA; OBJETIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL. 3ª FASE - DIRETRIZES E PROPOSTAS PARA UMA CIDADE SUSTENTÁVEL; DEFINIÇÃO DE DIRETRIZES DE (RE)ORDENAMENTO TERRITORIAL; PROPOSTAS PARA GARANTIR OS DIREITOS À CIDADE SUSTENTÁVEL; DEFINIÇÃO DE

A autenticidade deste RRT pode ser verificada em: <http://siicau.cau.br.gov.br/app/view/sight/externo?form=Servicos>, com a chave: 05W5Wc Impresso em: 27/02/2019 às 11:38:19 por: , ip: 138.204.26.133www.cau.br.gov.br

Página 1/2


CAU/BR

 Conselho de Arquitetura
 e Urbanismo do Brasil

Registro de Responsabilidade Técnica - RRT

RRT SIMPLES
Nº 0000007975374

RETIFICADOR à 7303791

EQUIPE à 0006739363



INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS. 4ª FASE - PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PDA; PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTO (PAI); INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PDA; SISTEMA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO PDA; ELABORAÇÃO DE PROPOSTAS DE ADEQUAÇÃO DE LEGISLAÇÃO PARA: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DO PLANO DIRETOR OU OUTRO QUE VENHA A SUBSTITUI-LO; CÓDIGO TRIBUTÁRIO; E, VI) OUTRAS LEIS PERTINENTES. ESTRATÉGIA DE AÇÃO - DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES E ELABORAÇÃO DOS PRODUTOS RESPEITANDO: I) A PARTICIPAÇÃO DA EQUIPE DE COORDENAÇÃO - EC, EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL - ETM, CONSELHO MUNICIPAL DO PLANO DIRETOR CMPD (OU OUTRO QUE VENHA A SUBSTITUI-LO), GRUPO DE ACOMPANHAMENTO - GA, REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO, POPULAÇÃO E ASSOCIAÇÕES REPRESENTATIVAS DOS VÁRIOS SEGMENTOS DA COMUNIDADE; CONSISTINDO EM: REUNIÕES TÉCNICAS DE ACOMPANHAMENTO E CAPACITAÇÃO - OFICINAS TÉCNICAS E COMUNITÁRIAS - AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - REUNIÕES DE COORDENAÇÃO - REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE ARAUCÁRIA PACTUAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE ARAUCÁRIA.

6. VALOR

"O RRT Retificador é isento de taxa conforme o Art. Nº 14 da Resolução nº 91/2014 - CAU/BR."

HISTÓRICO DE RRT POR TIPO DE VÍNCULO

Nº DO RRT	FORMA DE REGISTRO	DATA DE CADASTRO	DATA DE PAGAMENTO
7303791	INICIAL	13/08/2018	13/08/2018
7975374	RETIFICADOR	27/02/2019	ISENTO

7. ASSINATURAS

Declaro serem verdadeiras as informações acima.

URBTEC, 27 de FEVEREIRO de 2019
 Local Dia Mês Ano

URBTEC TM - ENGENHARIA, PLANEJAMENTO E
 CONSULTORIA LTDA
 CNPJ: 02.689.532/0001-03

Naomi de Paula Scheer
 CPF: 079.795.749-90

A autenticidade deste RRT pode ser verificada em: <http://siccau.cau.br.gov.br/app/view/sight/externo?form=Servicos>, com a chave: 05W5Wc Impresso em: 27/02/2019 às 11:38:19 por: , ip: 138.204.26.133

Assistente Social - Rúbia Stein do Nascimento

Possui Graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1982), Especialista em Conservação e Restauração de Obras sobre Papel pela Universidade Federal do Paraná (1999), Especialista em Museologia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2001) e Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Universidade da Região de Joinville (2015). Tem experiência na área de Museologia, atuando principalmente nos seguintes temas: museus, museologia, museografia, interdisciplinaridade, memória, restauração e conservação preventiva. Como conservadora autônoma, desenvolve atividades de Planejamento Museológico Expográfico, Conservação Preventiva de Bens Culturais, Organização, Inventário, Estruturação e Atualização de acervos museológicos, bibliográficos, arquivísticos, históricos, documentais e religiosos. Também tem experiência na área de organização de participação da população em Planos Diretores.

Economista - Mariano de Matos Macedo

Possui Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (1975) e Doutorado em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (1988). No IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), exerceu o cargo de Diretor de Políticas Sociais (1996 - 1999). No IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), exerceu os cargos de Diretor Presidente (1991-1994) e de Coordenador Técnico (1984 - 1986). Foi Coordenador da Área de Estudos Socioeconômicos da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC (1982 - 1983). Docente da UFPR desde 1980, atualmente é professor do Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano dessa universidade.

Engenheiro Ambiental - Altair Rosa

Possui Graduação em Engenharia Ambiental pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC/PR (2004), Mestrado em Gestão Urbana pela PUC/PR (2007) e

Doutorado em Engenharia Hidráulica e Saneamento pela Universidade de São Paulo - USP (2016). Atualmente é colaborador em projetos na USP e professor da PUC/PR. Tem experiência em engenharia ambiental, planejamento urbano e planejamento ambiental.

A seguir é apresentada a ART do engenheiro ambiental responsável pela revisão do Plano Diretor de Araucária no CREA/PR (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná).

Engenheira Ambiental - Evelin de Lara Pallú

Possui graduação em Engenharia Ambiental pela Universidade Federal do Paraná (2014) e especialização em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável pelo Centro Universitário Internacional (2016).

A seguir é apresentada a ART da engenheira ambiental responsável pela revisão do Plano Diretor de Araucária no CREA/PR.

06/02/2019

ART_20190549398



CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná
Anotação de Responsabilidade Técnica Lei Fed 6496/77
Valorize sua Profissão: Mantenha os Projetos na Obra
2ª VIA - ÓRGÃOS PÚBLICOS

**ART Nº 20190549398**

Vinculação
ART Vinculada:
20181143155
Aditivo de prazo de execução
ou de vigência de contrato

ART isenta de pagamento conforme Resolução 1067/2015 do Confea, art. 4º parágrafo 1º item II.

Profissional Contratado: EVELIN DE LARA PALLU (CPF:080.891.259-30) Nº Carteira: PR-166506/D - Nº Visto Crea: -
Título Formação Prof.: ENGENHEIRA AMBIENTAL.
Empresa contratada: N° Registro:
Contratante: URBTEC TM ENGENHARIA, PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA CPF/CNPJ: 02.689.532/0001-03
Endereço: AV JOAO GUALBERTO 1721 JÚVEVE
CEP: 80030001 CURITIBA PR Fone: 41 32811900
Local da Obra/Serviço: R PEDRO DRUSCZ 111
CENTRO - ARAUCÁRIA PR
Tipo de Contrato 4 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Ativ. Técnica 14 CONDUÇÃO DE TRABALHO TÉCNICO
Área de Comp. 1200 SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS EM SANEAMENTO E MEIO-AMBIENTE
Tipo Obra/Serv 166 ASSISTÊNCIA / ASSESSORIA / CONSULTORIA
Serviços 130 OUTROS
contratados 166 ASSISTÊNCIA/ASSESSORIA/CONSULTORIA

Quadra: Lote:
CEP: 83702080 Dimensão 1 UNID

Dados Compl. 0
Data Início 08/02/2018
Data Conclusão 09/04/2019

Vir Taxa R\$ 0,00

Base de cálculo: TABELA ISENTA - VINCULAÇÃO POR ADITIVO DE PRAZO

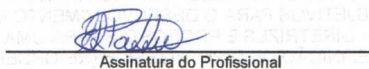
Outras Informações sobre a natureza dos serviços contratados, dimensões, ARTs substituídas, contratantes, etc
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
DA CIDADE DE ARAUCÁRIA, NOS TERMOS ESTABELECIDOS NO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 005/ 2017
- PROCESSO Nº 0957/2017.

PLANO ELABORADO DE FORMA PARTICIPATIVA, DE ACORDO COM O ESTATUTO DA CIDADE E PLANO DE
DESENVOLVIMENTO INTEGRADO - PDI DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

Insp.: 4269
06/02/2019
CreaWeb 1.08



Assinatura do Contratante



Assinatura do Profissional

2ª VIA - ÓRGÃOS PÚBLICOS Destina-se a apresentação nos órgãos de administração pública, cartórios e outros.
Central de Informações do CREA-PR 0800 041 0067

A autenticação deste documento poderá ser consultada através do site www.crea-pr.org.br

A Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) foi instituída pela Lei Federal 6496/77, e sua aplicação está regulamentada pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA) através da Resolução 1025/09.

<http://www.crea-pr.org.br/consultas/imprimeart.asp?OPCAOPGTO=N&V1=ON&V2=ON&V3=ON&NUMART=20190549398&CODREGTO=685...> 2/3

06/02/2019

ART

ART Nº. 20190549398 - Informações a serem impressas no verso da ART

SERVIÇOS DESENVOLVIDOS:**1ª FASE – MOBILIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO PARA REVISÃO DO PDA****2.2.1. CRONOGRAMA FÍSICO****2.2.2. METODOLOGIA DE TRABALHO****2.2.3. PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA DO MUNICÍPIO****2ª FASE – ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA**

PARTE 1 – DIAGNÓSTICO DA REALIDADE ATUAL DO MUNICÍPIO A PARTIR DE DADOS DISPONÍVEIS EM CADASTROS, IMAGENS, FOTOS AÉREAS, LEVANTAMENTOS DE CAMPO, PLANOS SETORIAIS, (QUANDO EXISTENTES) E LEGISLAÇÃO VIGENTE (LEIS, DECRETOS, PORTARIAS, ETC):

2.2.4 INSERÇÃO E CARACTERÍSTICAS REGIONAIS DO MUNICÍPIO**2.2.5. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA****2.2.6. MAPEAMENTO E ANÁLISE DE ÁREAS APTAS, APTAS COM RESTRIÇÃO E INAPTAS AO USO E OCUPAÇÃO ANTRÓPICOS****2.2.7. MAPEAMENTO E ANÁLISE DO USO E OCUPAÇÃO ATUAL DO SOLO****2.2.8. AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE DE ATENDIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS****PARTE 2 – CONSTRUIR ANÁLISES INTEGRADAS E MAPAS SÍNTESE, A PARTIR DA RELAÇÃO ENTRE OS DADOS E CARACTERÍSTICAS LEVANTADOS NA PARTE 1****2.2.9. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO ATUAL VERSUS AS CAPACIDADES DE SUPORTE AMBIENTAL E DE INFRAESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS****2.2.10. EXPANSÃO URBANA VERSUS AS CAPACIDADES DE SUPORTE AMBIENTAL E DE INFRAESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS****2.2.11. CONDIÇÕES GERAIS DE MORADIA E FUNDIÁRIAS****2.2.12. CONDIÇÕES GERAIS DE ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE, COM ÊNFASE NA ÁREA URBANA.****2.2.13. CAPACIDADE DE INVESTIMENTO DO MUNICÍPIO****2.2.14. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS EXISTENTES****2.2.15. SÍNTESE DA ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA****2.2.16. OBJETIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL****3ª FASE – DIRETRIZES E PROPOSTAS PARA UMA CIDADE SUSTENTÁVEL****2.2.17. DEFINIÇÃO DE DIRETRIZES DE (RE)ORDENAMENTO TERRITORIAL****2.2.18. PROPOSTAS PARA GARANTIR OS DIREITOS À CIDADE SUSTENTÁVEL****2.2.19. DEFINIÇÃO DE INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS****4ª FASE – PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PDA****2.2.20. PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTO – PAI****2.2.21. INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PDA****2.2.22. SISTEMA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO PDA**

2.2.23. ELABORAÇÃO DE PROPOSTAS DE ADEQUAÇÃO DE LEGISLAÇÃO PARA: I) ESTRUTURA ORGANIZACIONAL; II) REGIMENTO INTERNO DA PREFEITURA MUNICIPAL; III) PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS; IV) REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DO PLANO DIRETOR OU OUTRO QUE VENHA A SUBSTITUI-LO; V) CÓDIGO TRIBUTÁRIO; E, VI) OUTRAS LEIS PERTINENTES.

2.3. ESTRATÉGIA DE AÇÃO - DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES E ELABORAÇÃO DOS PRODUTOS RESPEITANDO: I) A PARTICIPAÇÃO DA EQUIPE DE COORDENAÇÃO - EC, EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL – ETM, CONSELHO MUNICIPAL DO PLANO DIRETOR – CMPD (OU OUTRO QUE VENHA A SUBSTITUI-LO), GRUPO DE ACOMPANHAMENTO - GA, REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO, POPULAÇÃO E ASSOCIAÇÕES REPRESENTATIVAS DOS VÁRIOS SEGMENTOS DA

**COMUNIDADE;
CONSISTINDO EM**

- REUNIÕES TÉCNICAS DE ACOMPANHAMENTO E CAPACITAÇÃO

- OFICINAS TÉCNICAS E COMUNITÁRIAS

- AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

- REUNIÕES DE COORDENAÇÃO

- REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE ARAUCÁRIA –

“PACTUAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE ARAUCÁRIA”.

<http://creaweb.crea-pr.org.br/consultas/imprimeart.asp?OPCAOVERSO=INVERSO&NUMART=20190549398&CODREGTO=685707&SESSAO...> 1/1

Engenheiro Civil - Vicente Berardi Neto

Possui Graduação em Engenharia Civil, CREA/PR - 74485/D. A seguir é apresentada a ART do engenheiro civil responsável pela revisão do Plano Diretor de Araucária no CREA/PR.

AK1_2019090303

<http://creaweb.crea-pr.org.br/consultas/imprimeart.asp?OPCAO>

CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná
Anotação de Responsabilidade Técnica Lei Fed 6496/77
Valorize sua Profissão: Mantenha os Projetos na Obra
2ª VIA - ÓRGÃOS PÚBLICOS



ART Nº 20190906565
Vinculação
ART Vinculada:
20180657708
Aditivo de prazo de execução
ou de vigência de contrato

ART isenta de pagamento conforme Resolução 1067/2015 do Confea, art. 4º parágrafo 1º item II.

Profissional Contratado: VICENTE BERARDI NETO (CPF: 018.283.299-67)

Nº Carteira: PR-74485/D - Nº Visto
Crea: -

Título Formação Prof.: ENGENHEIRO CIVIL

Empresa contratada:

Nº Registro:

Contratante: URBTEC TM ENGENHARIA, PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA

CPF/CNPJ: 02.689.532/0001-03

Endereço: AV JOAO GUALBERTO 1721 JUVES

CEP: 80030001 CURITIBA PR Fone: (41) 3281-1099

Local da Obra/Serviço: R PEDRO DRUSCZ 111

CENTRO - ARAUCARIA PR

Quadra:
CEP: 83702080

Lote:

Tipo de Contrato

4 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Ativ. Técnica

23 COORDENAÇÃO DE OBRA OU SERVIÇO TÉCNICO

Área de Comp.

1100SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS NA MODALIDADE CIVIL

Tipo Obra/Serv

166 ASSISTÊNCIA / ASSESSORIA / CONSULTORIA

Serviços

130 OUTROS

contratados

166 ASSISTÊNCIA/ASSESSORIA/CONSULTORIA

Dados Compl. 0

Data Início 08/02/2018

Data Conclusão 09/04/2019

Vir Taxa R\$ 0,00

Base de cálculo: TABELA ISENTA - VINCULAÇÃO POR ADITIVO DE PRAZO

Outras informações sobre a natureza dos serviços contratados, dimensões, ARTs vinculadas, ARTs substituídas, contratantes, etc
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
DA CIDADE DE ARAUCÁRIA, NOS TERMOS ESTABELECIDOS NO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 005/ 2017
- PROCESSO Nº 0957/2017.

PLANO ELABORADO DE FORMA PARTICIPATIVA, DE ACORDO COM O ESTATUTO DA CIDADE E PLANO DE
DESENVOLVIMENTO INTEGRADO - PDI DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

Insp.: 4269

27/02/2019

CreaWeb 1.08

Assinatura do Contratante

Assinatura do Profissional

2ª VIA - ÓRGÃOS PÚBLICOS Destina-se à apresentação nos órgãos de administração pública, cartórios e outros.

Central de Informações do CREA-PR 0800 041 0067

A autenticação deste documento poderá ser consultada através do site www.crea-pr.org.br

A Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) foi instituída pela Lei Federal 6496/77, e sua aplicação está regulamentada pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA) através da Resolução 1025/09.

Geóloga - Fabiana Marcon Bettu Herbst

Possui Graduação em Geologia pela UFPR - Universidade Federal do Paraná (2009), Graduação em Administração pela Universidade do Planalto Catarinense (1999) e Pós-Graduação *Lato Sensu* em Administração com ênfase em Marketing, Comunicação e Negócios (2001). Tem experiência na área de Administração, Geociências, com ênfase em Cartográfica Geológica, Mapeamento Geológico, Geotecnia e Educação em Geociências.

A seguir é apresentada a ART da geóloga responsável pela revisão do Plano Diretor de Araucária no CREA/PR.

07/02/2019

ART_20190568864



CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná
 Anotação de Responsabilidade Técnica Lei Fed 5496/77
 Valoriza sua Profissão: Mantém os Projetos em Ótima
 2ª VIA - ORGÃOS PÚBLICOS



ART Nº 20190568864
 Vinculação
 ART Vinculada:
 20181610559
 Ativo de prazo de execução
 ou de vigência de contrato

ART isenta de pagamento conforme Resolução 1067/2015 do Confea, art. 4º parágrafo 1º item II.

Profissional Contratado: FABIANA MARCON BETTU HERBST

Nº Carteira: PR-106328/D - Nº Visto Crea: -

(CPF: 004.152.858-09)

Título Formação Prof.: GEOLOGA

Empresa contratada:

Nº Registro:

CPF/CNPJ: 02.689.532/0001-03

Contratante: URBTEC IM ENGENHARIA, PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA

Endereço: AV. JOÃO GUALBERTO 1721 JUVÉVE

CEP: 80030001 CURITIBA PR Fone: 41 3281-1900

Local da Obra/Serviço: R. PEDRO DRUSCZ 111

CENTRO - ARAUCÁRIA PR

Quadra:

Lote:

CEP: 83702080

Dimensão

1 UNID

Tipo de Contrato

4 PRESTACÃO DE SERVIÇOS

Ativ. Técnica

14 CONDUÇÃO DE TRABALHO TÉCNICO

Área de Comp.

5100SERVIÇOS TEC PROFISSIONAIS EM GEOLOGIA

Tipo Obra/Serv

137 OUTRAS OBRAS/SERVIÇOS

Serviços

130 OUTROS

contratados

Dados Compl.

0

Data Início

08/02/2018

Data Conclusão

09/04/2018

Vlr Taxa R\$ 0,00

Base de cálculo: TABELA ISENTA - VINCULAÇÃO POR ADITIVO DE PRAZO

Outras informações sobre a natureza dos serviços contratados, dimensões, ARTs vinculadas, ARTs substituídas, contratantes, etc:

PRESTACÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

DA CIDADE DE ARAUCÁRIA, NOS TERMOS ESTABELECIDOS NO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 005/2017

- PROCESSO Nº 0957/2017.

PLANO ELABORADO DE FORMA PARTICIPATIVA DE ACORDO COM O ESTATUTO DA CIDADE E PLANO DE

DESENVOLVIMENTO INTEGRADO - POI DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

Insp.: 4269

07/02/2019

CreaWeb 1.08

Assinatura do Contratante

Assinatura do Profissional

2ª VIA - ORGÃOS PÚBLICOS: Deixa-se a apresentação nos órgãos de administração pública, cartórios e outros.

Central de Informações do CREA-PR 0800 041 0057

A autenticação deste documento poderá ser consultada através do site www.crea-pr.org.br

A Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) foi instituída pela Lei Federal 5496/77, e sua aplicação está regulamentada pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA) através da Resolução 1025/09.

<http://creaweb.crea-pr.org.br/consultas/imprimeart.asp?OPCAOPGTO=N&V1=ON&V2=ON&V3=ON&NUMART=20190568864&CODREGTO=57...> 2/3

Geógrafo - Augusto dos Santos Pereira

Doutor pelo programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná - UFPR (2018), linha de pesquisa de produção e transformação do espaço urbano-regional, tendo mestrado (2013) e bacharelado em Geografia (2009) pela mesma instituição. Atua na área de ordenamento territorial. Professor de disciplinas de Geografia Urbana e Planejamento Urbano em nível de graduação e pós-graduação. Autor do livro "*Desafios Contemporâneos para a Geografia do Brasil*".



CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná
 Anotação de Responsabilidade Técnica Lei Fed 6496/77
Valorize sua Profissão: Mantenha os Projetos na Obra
2ª VIA - ÓRGÃOS PÚBLICOS



ART Nº 2019
 Vinculação
 ART Vinculada:
 20180535939
 Subempreitada

Esta ART somente terá validade se for apresentada em conjunto com o comprovante de quitação b:

Profissional Contratado: AUGUSTO DOS SANTOS PEREIRA
 (CPF:321.231.358-79)

Nº Carteira: PR-120430/D - Nº Visto Crea: -

Título Formação Prof.: GEOGRAFO.

Empresa contratada:

Nº Registro:

Contratante: URBTEC TM - ENGENHARIA, PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA - EPP
 Endereço: AV JOAO GUALBERTO 1721 12 ANDAR- CJ 121-125 JUVEVE

CPF/CNPJ: 02.689.53;

CEP: 80030001 CURITIBA PR Fone:

Local da Obra/Serviço: R PEDRO DRUSZCZ 111

Quadra:

CENTRO - ARAUCARIA PR

CEP: 83702080

Tipo de Contrato	3	SUBEMPREGIADA	Dimensão
Ativ. Técnica	2	ESTUDO, PLANEJAMENTO, PROJETO, ESPECIFICAÇÕES	
Área de Comp.		6400SERVIÇOS TÉC PROFISSIONAIS EM GEOGRAFIA	
Tipo Obra/Serv		339 ESTUDO/PLANEJ DE BASES DE NÚCLEOS URBANOS E RURAIS	
Serviços	050	EXECUÇÃO	
contratados	130	OUTROS	

Dados Compl.

Data Início
 Data Conclusão

Vir Taxa R\$ 226,50

Base de cálculo: TABELA VALOR DE CONTRATO

Outras Informações sobre a natureza dos serviços contratados, dimensões, ARTs vinculadas, ARTs substituídas, contratantes, e COORDENAÇÃO GERAL ADJUNTA DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA CIDADE DE ARAUCÁRIA, NOS TERMOS ESTABELECIDOS NO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 005/ 2017 – PROCESSO Nº 0957/2017.
 PLANO ELABORADO DE FORMA PARTICIPATIVA, DE ACORDO COM O ESTATUTO DA CIDADE E PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO – PDI DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

In
 1°
 C

Assinatura do Contratante

Assinatura do Profissional

2ª VIA - ÓRGÃOS PÚBLICOS Destina-se à apresentação nos órgãos de administração pública, cartórios e outros.
 Central de Informações do CREA-PR 0800 041 0067

A autenticação deste documento poderá ser consultada através do site www.crea-pr.org.br

A Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) foi instituída pela Lei Federal 6496/77, e sua aplicação está regulamentada pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA) através da Resolução 1025/09.

Facilitadora - Psicóloga - Lissandra Cristina Fielz

Possui Graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná - UFPR (1997), Pós-Graduação em Administração de Pessoas pela UFPR (1999), Especialização em Grupos pela Sociedade Brasileira de Dinâmica dos Grupos (2013) e Curso Prático de Psicologia Clínica e Vivência em Comunidades Terapêuticas (2016). Tem experiência em atendimento clínico psicoterápico de orientação psicanalítica as mais diferentes queixas, em Plano de Saúde do Exército Brasileiro e atendimentos particulares. Atuou na área de Recursos Humanos como psicóloga organizacional em empresas de diversos segmentos. Também atuou na prestação de serviço autônomo como consultora de desenvolvimento de equipes, ministrando treinamentos e realizando processos individuais como *coaching* de carreira. Foi coordenadora em processos de recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento de pessoas e equipes, mudança e clima organizacional, negociação e atendimento a diversos níveis hierárquicos das empresas. Tem experiência com coordenação de processos e treinamentos e aplicações vivenciais de programas de desenvolvimento. Coordenou equipes e Programas de Estágio. Tem vivência com coordenação de implementações de processos, migrações e mudanças organizacionais.

Representante Local - Arquiteto e Urbanista: Tiago José Aleixo

Possui Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Positivo (2016). A seguir é apresentado o RRT do representante local responsável pela revisão do Plano Diretor de Araucária no CAU/BR.


CAU/BR

 Conselho de Arquitetura
 e Urbanismo do Brasil

Registro de Responsabilidade Técnica - RRT

RRT SIMPLES
Nº 0000006763108
 INICIAL
 EQUIPE à 0006739363


1. RESPONSÁVEL TÉCNICO

Nome: TIAGO JOSÉ ALEIXO

Registro Nacional: A133587-1

Título do Profissional: Arquiteto e Urbanista

2. DADOS DO CONTRATO

Contratante: URBTEC TM - ENGENHARIA, PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA

CNPJ: 02.689.532/0001-03

Contrato:

Valor Contrato/Honorários: R\$ 0,00

Tipo de Contratante: Pessoa jurídica de direito privado

Celebrado em: 16/03/2018

Data de Início: 19/03/2018

Previsão de término: 06/02/2019

Declaro que na(s) atividade(s) registrada(s) neste RRT foram atendidas as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT, na legislação específica e no Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

3. DADOS DA OBRA/SERVIÇO

RUA PEDRO DRUSCZ

Nº: 111

Complemento:

Bairro: CENTRO

UF: PR CEP: 83702080 Cidade: ARAUCÁRIA

Coordenadas Geográficas: Latitude: 0

Longitude: 0

4. ATIVIDADE TÉCNICA

Atividade: 4.4.5 - Planos diretores

Quantidade: 1,00

Unidade: un

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa deste RRT

5. DESCRIÇÃO

PARTICIPAÇÃO NA EQUIPE TÉCNICA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA CIDADE DE ARAUCÁRIA, COM ÁREA DE 469.240 KM² (IBGE) E 137.452 HABITANTES (POPULAÇÃO ESTIMADA 2017/IBGE), NOS TERMOS ESTABELECIDOS NO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 005/ 2017 PROCESSO Nº 0957/2017. PLANO ELABORADO DE FORMA PARTICIPATIVA, DE ACORDO COM O ESTATUTO DA CIDADE E PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO PDI DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA. SERVIÇOS DESENVOLVIDOS: 1ª FASE MOBILIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO PARA REVISÃO DO PDA 2.2.1. CRONOGRAMA FÍSICO 2.2.2. METODOLOGIA DE TRABALHO 2.2.3. PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA DO MUNICÍPIO 2ª FASE ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA PARTE 1 DIAGNÓSTICO DA REALIDADE ATUAL DO MUNICÍPIO A PARTIR DE DADOS DISPONÍVEIS EM CADASTROS, IMAGENS, FOTOS AÉREAS, LEVANTAMENTOS DE CAMPO, PLANOS SETORIAIS, (QUANDO EXISTENTES) E LEGISLAÇÃO VIGENTE (LEIS, DECRETOS, PORTARIAS, ETC): 2.2.4 INSERÇÃO E CARACTERÍSTICAS REGIONAIS DO MUNICÍPIO 2.2.5. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA 2.2.6. MAPEAMENTO E ANÁLISE DE ÁREAS APTAS, APTAS COM RESTRIÇÃO E INAPTAS AO USO E OCUPAÇÃO ANTRÓPICOS 2.2.7. MAPEAMENTO E ANÁLISE DO USO E OCUPAÇÃO ATUAL DO SOLO 2.2.8. AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE DE ATENDIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS PARTE 2 CONSTRUIR ANÁLISES INTEGRADAS E MAPAS SÍNTESE, A PARTIR DA RELAÇÃO ENTRE OS DADOS E CARACTERÍSTICAS LEVANTADOS NA PARTE 1 2.2.9. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO ATUAL VERSUS AS CAPACIDADES DE SUPORTE AMBIENTAL E DE INFRAESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS 2.2.10. EXPANSÃO URBANA VERSUS AS CAPACIDADES DE SUPORTE AMBIENTAL E DE INFRAESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS 2.2.11. CONDIÇÕES GERAIS DE MORADIA E FUNDIÁRIAS 2.2.12. CONDIÇÕES GERAIS DE ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE, COM ÊNFASE NA ÁREA URBANA. 2.2.13. CAPACIDADE DE INVESTIMENTO DO MUNICÍPIO 2.2.14. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS EXISTENTES 2.2.15. SÍNTESE DA ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA 2.2.16. OBJETIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL 3ª FASE DIRETRIZES E PROPOSTAS PARA UMA CIDADE SUSTENTÁVEL 2.2.17. DEFINIÇÃO DE DIRETRIZES DE (RE)ORDENAMENTO TERRITORIAL 2.2.18. PROPOSTAS PARA GARANTIR OS DIREITOS À CIDADE SUSTENTÁVEL 2.2.19. DEFINIÇÃO DE INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS 4ª FASE PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTO

 A autenticidade deste RRT pode ser verificada em: <http://siccau.caubr.gov.br/app/view/sight/externo?form=Servicos>, com a chave: 5dBZ0b Impresso em: 19/03/2018 às 21:00:39 por: , ip: 177.92.33.73

**CAU/BR**Conselho de Arquitetura
e Urbanismo do Brasil

Registro de Responsabilidade Técnica - RRT

RRT SIMPLES
Nº 0000006763108
 INICIAL
 EQUIPE à 0006739363


E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PDA 2.2.20. PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTO PAI 2.2.21. INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PDA 2.2.22. SISTEMA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO PDA 2.2.23. ELABORAÇÃO DE PROPOSTAS DE ADEQUAÇÃO DE LEGISLAÇÃO PARA: I) ESTRUTURA ORGANIZACIONAL; II) REGIMENTO INTERNO DA PREFEITURA MUNICIPAL; III) PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS; IV) REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DO PLANO DIRETOR OU OUTRO QUE VENHA A SUBSTITUI-LO; V) CÓDIGO TRIBUTÁRIO; E, VI) OUTRAS LEIS PERTINENTES. 2.3. ESTRATÉGIA DE AÇÃO - DESENVOLVIMENTO DAS AS ATIVIDADES E ELABORAÇÃO DOS PRODUTOS RESPEITANDO: I) A PARTICIPAÇÃO DA EQUIPE DE COORDENAÇÃO - EC, EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL ETM, CONSELHO MUNICIPAL DO PLANO DIRETOR CMPD (OU OUTRO QUE VENHA A SUBSTITUI-LO), GRUPO DE ACOMPANHAMENTO - GA, REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO, POPULAÇÃO E ASSOCIAÇÕES REPRESENTATIVAS DOS VÁRIOS SEGMENTOS DA COMUNIDADE; CONSISTINDO EM - REUNIÕES TÉCNICAS DE ACOMPANHAMENTO E CAPACITAÇÃO - OFICINAS TÉCNICAS E COMUNITÁRIAS - AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - REUNIÕES DE COORDENAÇÃO - REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE ARAUCÁRIA PACTUAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE ARAUCÁRIA

6. VALOR
 Valor do RRT: R\$ 91,50
 Total Pago: R\$ 91,50

Pago em: 16/03/2018

7. ASSINATURAS

Declaro serem verdadeiras as informações acima.

 Local: Curitiba, 13 de Março de 2018
 Dia Mês Ano

 URBTEC TM - ENGENHARIA, PLANEJAMENTO E
 CONSULTORIA LTDA
 CNPJ: 02.689.532/0001-03

 TIAGO JOSÉ ALEIXO
 CPF: 088.203.619-06

 A autenticidade deste RRT pode ser verificada em: <http://siccau.cau.br.gov.br/app/view/sight/externo?form=Servicos>,
 com a chave: 5dBZ0b Impresso em: 19/03/2018 às 21:00:39 por: , ip: 177.92.33.73

4 METODOLOGIA DE TRABALHO

Os cidadãos enfrentam os desafios cotidianos da cidade tornando-se, portanto, os colaboradores que mais adequadamente podem relatar situações que, muitas vezes, não são abordadas na literatura. Dessa forma, contribuem significativamente na indicação de soluções para os problemas existentes no município. A participação popular é premissa fundamental no processo de Revisão do Plano Diretor de Araucária - PDA, bem como deve ser nas suas fases de implementação e fiscalização. A partir deste entendimento, o processo proposto possui foco na Gestão Democrática e na consulta aos cidadãos como uma das principais fontes para o diagnóstico e formatação de um Plano Diretor adequado à realidade do município. Visando este objetivo, serão aplicadas ao longo do processo de Revisão do PDA, uma série de metodologias colaborativas, conforme descritas a seguir.

4.1 Divulgação de resultados

Com o objetivo de estimular a Gestão Democrática, a empresa URBTECTM, em todas as etapas do processo de revisão do PDA, pode propor a elaboração de informativos para divulgação de eventos (como oficinas, audiências públicas, entre outros materiais, quando necessários), juntamente com a Prefeitura Municipal de Araucária. Este material, após devida aprovação pela Equipe de Coordenação (EC), será disponibilizado no site da Prefeitura Municipal de Araucária, devendo ser constantemente atualizado.

A URBTECTM também elaborará uma proposta de cartilha, em conjunto com a Prefeitura Municipal de Araucária, com o objetivo de informar a população sobre a importância de um Plano Diretor para o município. Este material será desenvolvido em formato e linguagem que facilitem a compreensão do Plano Diretor por toda a população, apresentando, além dos conteúdos centrais do Plano, argumentos sobre a importância da participação popular no seu processo de elaboração, como exemplificado na Figura 4. Serão desenvolvidos, também, modelos de *banners* para

auxiliar, sempre que necessário, na divulgação dos principais assuntos abordados pelo Plano.

Figura 4: Cartilha “Revisão do Plano Diretor de Araucária”

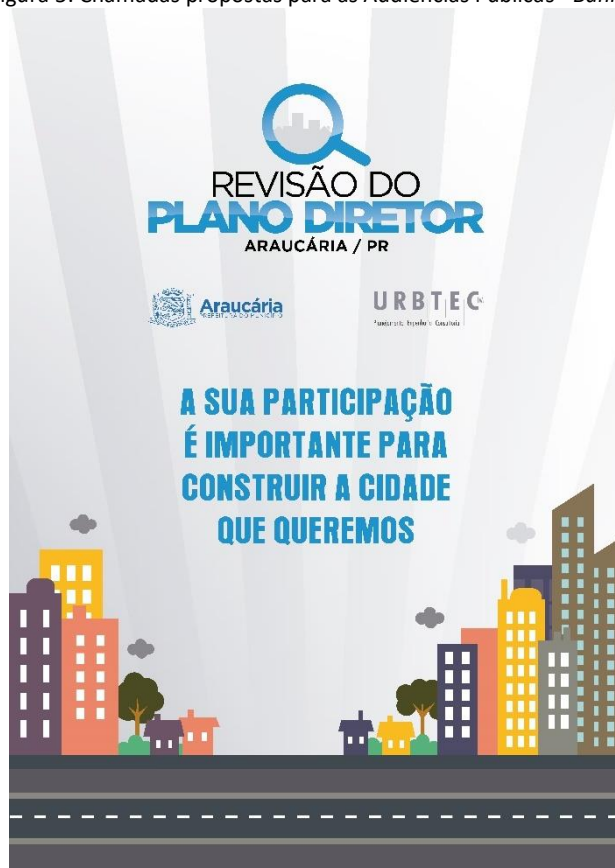


Fonte: URBTEC™ em parceria com Prefeitura Municipal de Araucária (2018)

A divulgação e convocação das Audiências Públicas se darão por diferentes canais de comunicação, como publicação de editais de convocação ou convites que serão distribuídos e publicados no site da Prefeitura Municipal, por exemplo. Além disso, todos os produtos e materiais elaborados ao longo do processo de revisão do PDA deverão estar acessíveis para toda a população.

A Prefeitura Municipal de Araucária deverá ser responsável por publicar, no órgão oficial de imprensa, os editais de convocação para a realização dos eventos com pelo menos quinze dias de antecedência. Cada edital será o instrumento de convocação para a respectiva Audiência Pública e terá como propósito informar a população sobre data, local e horário do evento, de forma clara e objetiva. Para tanto, a URBTEC™ poderá elaborar uma chamada para cada um dos quatro eventos, conforme a Figura 5 e Figura 6.

Figura 5: Chamadas propostas para as Audiências Públicas - *Banner*



Fonte: URBTEC™ em parceria com Prefeitura Municipal de Araucária (2018)

Figura 6: Chamadas propostas para as Audiências Públicas - *Flyer*



Fonte: URBTEC™ em parceria com Prefeitura Municipal de Araucária (2018)

4.2 Audiências Públicas

A audiência pública é um instrumento regulado por lei e garantido pela Constituição Federal de 1988. Tem como objetivo promover o diálogo democrático entre a população e os órgãos responsáveis pela elaboração de leis e propostas para diversos segmentos. Todos os cidadãos têm o direito de participar das reuniões, trocar informações e exercer sua cidadania. Esse tipo de discussão serve, não só como instrumento para a coleta de dados e informações relevantes, mas também auxilia na busca por alternativas e soluções para as demandas da sociedade local. Para a realização da audiência pública, é necessário encaminhar o regulamento ao presidente da Comissão Técnica e a aprovação no Plenário. A audiência pública é obrigatória quando for solicitada por cinquenta ou mais cidadãos, por uma entidade civil ou pelo Ministério Público.

Durante a Revisão do Plano Diretor de Araucária, estão previstas quatro Audiências Públicas, uma para cada fase de desenvolvimento previstas. A URBTEC™ será responsável pela apresentação técnica relativa aos objetivos de cada audiência, que deverá contar, especialmente, com o facilitador integrante da empresa que auxiliará nas mediações dos debates. Os participantes desses eventos serão: EC (Equipe de Coordenação), ETM (Equipe Técnica Municipal), representantes do poder executivo, GA – Grupo de Acompanhamento (a ser formado na primeira Audiência), representantes do poder legislativo, representante do Ministério Público, população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade de Araucária.

Para o planejamento e a viabilização da audiência deverão ser considerados os seguintes itens: objetivos, local de realização, data e programação do evento, regulamento, formulários e instrumentos de divulgação e apresentação, equipamentos e serviços de apoio, composição e funções da equipe técnica envolvida. Esses itens serão objeto de discussão das reuniões técnicas preparatórias.

O registro das audiências ocorrerá por meio de imagens, gravação de vídeo e de Ata de Reunião. Além disso, uma lista de presença será disponibilizada em cada audiência e em outros eventos, quando necessário. Para ilustrar, a Figura 7 apresenta

um exemplo de lista de presença, sendo facultada a inserção ou não do e-mail e telefone.

Figura 7: Exemplo de Lista de Presença

LISTA DE PRESENÇA			
Audiência Pública sobre a Revisão do Plano Diretor de Araucária – Data/Local			
Nome	Órgão/Profissão	E-mail	Telefone

Fonte: URBTEC™ (2017)

4.2.1 REGULAMENTO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE ARAUCÁRIA

Propõem-se a seguir um regulamento de Audiência Pública a ser considerado nos quatro eventos previstos durante a Revisão do Plano Diretor de Araucária.

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. A realização das Audiências Públicas, em cumprimento à exigência da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto das Cidades) e da Lei Complementar Municipal nº 05, de 6 de outubro de 2006, que dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Araucária, tem como objetivo geral dar continuidade a Revisão do Plano Diretor de Araucária.

Art. 2º. As Audiências Públicas terão como objetivo específico dar conhecimento e colher subsídios sobre a minuta do anteprojeto de lei para a Revisão do Plano Diretor de Araucária.

Art. 3º. Os editais de convocação para as Audiências Públicas, deverão ser publicados, no mínimo, no órgão oficial de imprensa e no site da Prefeitura de Araucária, com 15 dias de antecedência da sua realização.

Parágrafo único. Fica facultado ao executivo municipal, efetivar a divulgação e convocação para as Audiências Públicas, por outros meios idôneos como convites, publicação em murais, divulgação em meios de comunicação etc.

Art. 4º. As Audiências Públicas acontecerão, preferencialmente, no período noturno, em diversas localidades, devendo os editais detalhar de forma expressa os seguintes itens:

I. início da Audiência;

II. objetivo;

III. local.

Art. 5º. As Audiências Públicas são abertas a todos os interessados, que poderão, mediante inscrição na forma prevista neste regulamento, apresentar sugestões e participar dos debates.

Parágrafo único. Os participantes das Audiências Públicas registrarão, obrigatoriamente, seu nome e documento em lista de presença, que ficará disponível durante toda a sessão em local acessível. As inscrições para manifestação serão em formulário próprio, disponível durante a Audiência, onde os participantes registrarão o nome e o seu endereço eletrônico.

Art. 6º. As Audiências Públicas serão realizadas com exposições orais, na sequência e forma disciplinada neste regulamento e registradas em ata.

CAPÍTULO II

DA CONDUÇÃO DOS TRABALHOS

Art. 7º. As Audiências Públicas serão abertas e coordenadas pelo presidente e um mediador, que será escolhido pela Presidente, no início da Audiência.

Art. 8º. As Audiências iniciarão às xxx horas, terão a duração de xxx min e serão secretariadas pela xxx.

Parágrafo único. Aos presentes serão distribuídos folhetos explicativos sobre os procedimentos da respectiva audiência.

Art. 9º. O Presidente apresentará os procedimentos pertinentes e passará a palavra ao responsável pela apresentação da Fase em questão.

Art. 10. Ao término da apresentação o Presidente concederá um intervalo de 15 (quinze) minutos, para a secretaria da Audiência colher as perguntas e considerações que deverão ser feitas por escrito, com clareza e objetividade, por meio de formulário próprio.

Art. 11. Após o intervalo, o mediador iniciará a fase do debate, procedendo a identificação e a constatação da presença de cada solicitante. Só então efetuará a leitura da respectiva pergunta, indicando a quem a mesma se destina.

Parágrafo único. Respondida a questão, será possibilitada a réplica de até 2 (dois) minutos.

Art. 12. O tempo conferido às respostas para as perguntas escritas será de até 60 (sessenta) minutos, cabendo à Presidente, caso necessário, prorrogá-lo por mais 30 (trinta) minutos.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. O xxx disporá de até 5 (cinco) dias úteis para lavrar a ata da respectiva Audiência Pública e encaminhá-la ao Presidente, permanecendo uma cópia da mesma à disposição dos interessados, por meio de sítio eletrônico.

4.3 Oficinas de “Leitura Comunitária”

A Constituição Brasileira, ao estabelecer os princípios e as normas que regem nossa organização social, estipula como condição essencial para o desenvolvimento/crescimento da Nação, a participação dos cidadãos nos assuntos de interesse coletivo. Essa participação passou a ser compreendida como um direito e uma responsabilidade a partir dos anos 1990, quando a ideia de multidimensionalidade do desenvolvimento sustentável é acrescentada às discussões e reflexões para elaboração dos Planos Diretores das Cidades.

Torna-se, então, essencial que a sensibilização seja uma fase a ser cumprida com esmero, pois não existe expectativa de uma gama significativa de atores envolvidos se as pessoas não se sentirem orientadas a refletir sobre o tema e se engajar na alteração da realidade presente.

Portanto, sensibilizar vai além de apenas transmitir uma ideia. Leva as pessoas à reflexão, faz com que sintam a necessidade de mudanças. Nessa perspectiva, o objetivo das Oficinas “Leitura Comunitária” é sensibilizar e mobilizar os atores sociais, assim como articular parceiros e organizações, incentivando-os a participar do processo de revisão do PDA. Com isso, a sociedade sente-se incluída e torna possível a construção/revisão do PDA de forma participativa e colaborativa.

Os resultados dessas Oficinas possibilitarão a definição das referências que nortearão todo o processo, em suas fases sequenciais. A seguir, é apresentada a metodologia a ser aplicada nas Oficinas “Leitura Comunitária”. De acordo com a receptividade das técnicas empregadas durante as oficinas, as metodologias poderão ser ajustadas de forma a permitir uma melhor participação popular.

4.3.1 EXERCÍCIO PARA OFICINA COMUNITÁRIA

A metodologia a ser aplicada nas Oficinas de “Leitura Comunitária” tem como objetivo principal sensibilizar e capacitar a população de modo a estimular sua participação ao longo do processo de revisão do Plano Diretor de Araucária, bem como identificar a percepção atual da comunidade sobre a cidade e sua Regional.

a) CAPACITAÇÃO:

É realizada uma abertura das atividades com explanação, levantamento e alinhamento de expectativas dos participantes, favorecendo a familiarização ao conceito de Plano Diretor, das etapas envolvidas na sua elaboração, da forma de participação da sociedade em cada etapa (seguindo a Cartilha "Revisão do Plano Diretor de Araucária") e das quatro temáticas a serem abordadas com o grupo: Desenvolvimento Socioeconômico; Patrimônio Ambiental e Histórico Cultural; Mobilidade e Transporte; Infraestrutura e Habitação.

Este exercício é conduzido de forma a promover o compartilhamento de entendimentos do grupo acerca das ideias para o alcance dos objetivos supracitados. Espera-se que seja um momento inicial da atividade para que os participantes sintam-se confortáveis, à vontade e comprometidos em contribuir com ideias e informações e, assim, o objetivo final possa ser cumprido.

b) IDENTIFICAÇÃO I:

Exercício em grupos, incentivando a criatividade e promovendo o *brainstorm*, favorecendo a participação de todos de forma igualitária, com ideias que possam

integrar uma proposta ao Plano Diretor de Araucária. Neste exercício devem ser abordados os seguintes temas: Desenvolvimento Socioeconômico, Patrimônio Ambiental, Histórico-Cultural, Mobilidade e Transporte, Estruturação Urbana e Habitação.

c) IDENTIFICAÇÃO II:

Exercício onde será utilizado o mapa da cidade, através do qual os participantes devem sinalizar problemas, recursos existentes, oportunidades e potencialidades de sua regional. Cada grupo deve relacionar três itens que aquela regional pode oferecer como potencialidade à cidade e 3 itens como focos de atenção existentes que exijam prioridades. Num segundo momento, as equipes devem entrar num consenso para apresentar aos facilitadores um documento final único, resultante da discussão e eleição dos principais pontos da regional abordada.

d) INVERSÃO DE PAPÉIS:

Serão distribuídas Fichas Perfil dos Personagens - criados a partir da interação dos Atores Sociais com informações básicas, possibilitando visões nos 4 (quatro) temas abordados anteriormente. Cada participante deve assumir a personalidade dos personagens que lhe foi designada, para enriquecer a discussão dessas temáticas. Personagens prévios (a serem definidos conforme análise prévia): Padre, Comerciante, Guia Turístico, Professor, Trabalhador Informal, Dono de Hotel, Turista, Morador, Empresário/Construtor, Técnico, Promotor, Presidente Associação de Moradores, Político, etc. A partir das falas e posicionamento dos personagens em seus papéis pré-definidos, será elaborado pelo grupo, com a ajuda dos facilitadores, um Quadro de Anotações - produto do exercício realizado, apresentando as diferentes interpretações conforme o perfil e a problemática estabelecida.

e) FECHAMENTO:

Por fim, o facilitador deverá situar o grupo, deixando clara a destinação do material produzido, agradecer a participação e encerrar a atividade.

4.4 Oficinas de “Leitura Técnica”

Para um melhor entendimento sobre o contexto do município de Araucária, a URBTEC™ irá realizar oficinas com técnicos e interessados cujo dia a dia está diretamente relacionado com o planejamento urbano. Nesse caso, os eventos serão realizados com os principais órgãos municipais e deverão contar com membros da EC, ETM, representantes do Poder Executivo, Legislativo (comissões temáticas) e Ministério Público, membros do CMPD (Conselho Municipal do Plano Diretor) e GA.

As Oficinas de “Leitura Técnica” contarão com um representante técnico, responsável por conduzir as discussões e intermediá-las para que todos possam participar. Dessa forma, deverá ser feita, inicialmente, uma apresentação dos principais temas a serem discutidos no evento e, na sequência, serão debatidos entre os participantes. Se necessário, serão aplicados questionários específicos aos temas em questão de modo a estimular o debate e a coleta de informações/sugestões.

Os resultados das Oficinas de “Leitura Técnica” e “Leitura Comunitária” serão fontes importantes para o desenvolvimento do Plano Diretor e também complementares.

4.5 Descrição das Fases

A metodologia de trabalho elaborada pela empresa consultora, URBTEC™, apresentada na sequência, atende ao que foi especificado no Termo de Referência (Anexo I do Edital de Concorrência Pública Nº 005/2017) para revisão do Plano Diretor de Araucária.

É importante ressaltar que os trabalhos a serem desenvolvidos para revisão do PDA pela empresa consultora serão realizados em conjunto com a Prefeitura Municipal de Araucária, de modo que o poder público possa cumprir seu papel, não somente como agente fiscalizador, mas também idealizador do PDA. Desta forma, para garantir a

participação da Prefeitura Municipal e da população no PDA, deverão participar das etapas e eventos: EC - Equipe de Coordenação, ETM - Equipe Técnica Municipal, CMPD - Conselho Municipal do Plano Diretor e GA - Grupo de Acompanhamento. Também, deverão participar dos eventos representantes dos poderes executivo e legislativo, representantes do Ministério Público, pessoas e associações representativas dos vários segmentos da sociedade, entre outros.

Caso seja necessário, poderá ser realizada Reunião de Coordenação Extraordinária ao longo da Revisão do PDA, conforme demanda dos trabalhos ou solicitação da Prefeitura Municipal de Araucária, desde que não impacte no cronograma de execução.

4.5.1 1ª FASE: MOBILIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE ARAUCÁRIA

4.5.1.1 Objetivos

Esta fase tem como objetivo avaliar a capacidade institucional da administração municipal para desempenhar as funções pertinentes às áreas de planejamento e gestão urbana no que se refere aos seguintes aspectos: I) objetivos, diretrizes e proposições do PDA vigente; II) implementação do Plano de Ação e Investimentos – PAI; III) regulamentação da legislação urbanística vigente; IV) implementação dos instrumentos do Estatuto da Cidade; V) atividades de licenciamento e fiscalização do parcelamento do solo para fins urbanos, edificações e obras e localização e funcionamento das atividades econômicas, e ainda do cumprimento de demais posturas municipais; VI) provisão de infraestrutura e equipamentos e prestação de serviços públicos; VII) sistema de planejamento e gestão do PDA vigente; e, VIII) desempenho do Conselho Municipal do Plano Diretor - CMPD.

4.5.1.2 Atividades

Para que o objetivo da fase seja alcançado de forma exitosa, serão desenvolvidas as seguintes atividades:

I. REUNIÃO TÉCNICA DE CAPACITAÇÃO 1

A primeira reunião técnica de capacitação, sob responsabilidade da equipe consultora, apresentará para debate com os membros da equipe da EC, ETM e CMPD a metodologia a ser aplicada ao longo do processo de revisão. Esse evento será um momento de troca de conhecimento entre os envolvidos de modo a compatibilizar a metodologia proposta com a realidade do município de Araucária. Também será apresentado o cronograma físico, bem como os métodos e técnicas a serem empregados para a realização da Oficina “Leitura Técnica” e para a “1ª Audiência Pública”.

II. REUNIÃO TÉCNICA PREPARATÓRIA 1

A Reunião Técnica Preparatória 1 é complementar à Reunião Técnica de Capacitação, uma vez que serão definidos os instrumentos necessários para avaliar o desempenho do planejamento e a gestão urbana, bem como para a realização da Oficina “Leitura Técnica” e para a “1ª Audiência Pública”.

III. APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIO TÉCNICO

Objetivando uma adequada avaliação da capacidade institucional da administração municipal para desempenhar as funções pertinentes às áreas de planejamento e gestão urbana, será utilizada uma metodologia que consiste na aplicação de questionários *on line*, desenvolvidos pela URBTEC™, a serem respondidos pelo corpo técnico dos setores municipais afins, cujo resultado pretende identificar possíveis falhas ou desconexões que possam estar impossibilitando ou dificultando o máximo rendimento e aproveitamento da estrutura existente.

Serão elaboradas perguntas qualitativas para cada um dos temas a serem avaliados, de forma a apreender a compreensão e envolvimento dos técnicos e suas

respectivas estruturas organizacionais e, portanto, da possibilidade de efetividade do planejamento e gestão locais.

Os resultados serão ilustrados pela formulação de um perfil que permita perceber, para cada um dos temas a serem abordados, os aspectos positivos e negativos da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Araucária.

Os questionários deverão ser enviados via e-mail para todos os departamentos da PMA, inclusive entidades vinculadas. As respostas permitirão a construção gráfica da percepção dos próprios técnicos municipais. Para tanto, será utilizada uma “escala de julgamento crítico”, composta de cinco níveis de avaliação do tema em análise, variando da situação NÃO EXISTENTE (atribuindo valor “1”) até situação EXCELENTE (atribuindo valor “5”), como pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1: Escala de avaliação

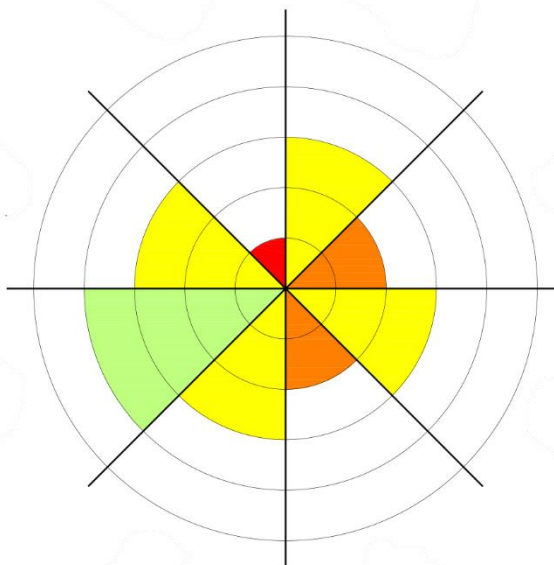
1	2	3	4	5
NÃO EXISTENTE	RUIM	MEDIO	BOM	EXCELENTE

Fonte: URBTEC™ (2018)

A situação “não existente” representa um nível que exige mudança urgente, a fim de garantir a viabilidade básica do aspecto em questão. A situação “excelente”, na outra extremidade do espectro, significa um nível que prevê algo bom para a viabilidade positiva das ações em questão. Já a situação “médio”, o nível central na escala (valor “3”), significa a satisfação das condições mínimas necessárias aos processos em questão.

Desta forma, os resultados obtidos, a partir da aplicação dessa metodologia, com a colaboração dos técnicos locais, serão sintetizados em gráficos para cada um dos temas abordados, possibilitando uma melhor percepção dos aspectos positivos e negativos da capacidade institucional atual da administração municipal.

Figura 8: Exemplo de resultados obtidos



Fonte: URBTEC™ (2018)

IV. OFICINA “LEITURA TÉCNICA” - “AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA DO MUNICÍPIO”

A Oficina “Leitura Técnica” deverá analisar dados e informações levantados ao longo da primeira fase, com o objetivo de avaliar o desempenho do planejamento e da gestão urbana de Araucária sob o ponto de vista dos técnicos e *experts* do município, complementado e validando as informações levantadas pela consultora.

V. 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA - “CONVOCAÇÃO DA POPULAÇÃO, ASSOCIAÇÕES REPRESENTATIVAS DOS VÁRIOS SEGMENTOS DA COMUNIDADE, CMPD/GA E PODER LEGISLATIVO PARA PARTICIPAÇÃO DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE ARAUCÁRIA”

A primeira Audiência Pública do PDA apresentará uma Síntese da Mobilização e Estruturação para Revisão do PDA, especificado adiante, para os participantes, possibilitando que estes exerçam o direito de manifestar seu ponto de vista sobre os métodos e técnicas previstos para a realização dos trabalhos. Para tanto, é de fundamental relevância que todos os participantes entendam os motivos e a importância do Plano Diretor para o município de Araucária. Nesse sentido, a cartilha, elaborada pela URBTEC™, juntamente com a Prefeitura Municipal de Araucária, tem

como finalidade servir de instrumento de informação e propagação de questões relevantes a serem contempladas no processo de elaboração do PDA.

Na primeira Audiência Pública, também ocorre a formação do GA – Grupo de Acompanhamento, a ser:

[...]inicialmente integrado pelos membros do CMPD, representantes do poder público federal, estadual, concessionárias de serviços públicos, câmara de vereadores e das associações representativas dos vários segmentos da comunidade, atuantes no território do município, e não participantes do CMPD (TERMO DE REFERÊNCIA).

VI. REUNIÃO TÉCNICA DE CAPACITAÇÃO 2

Após a formação do GA na primeira Audiência Pública, a URBTECTM deverá capacitá-los para que o conhecimento entre os envolvidos seja nivelado. Nesse evento serão detalhadas as atividades a serem desenvolvidas e os produtos elaborados na primeira fase.

VII. REUNIÃO TÉCNICA DE CONSOLIDAÇÃO 1

Os resultados da primeira audiência pública deverão ser debatidos entre a equipe consultora e os membros da EC e ETM, de modo a serem ou não considerados no “Produto 1 – Mobilização e Estruturação para Revisão do PDA”.

VIII. REUNIÃO DE COORDENAÇÃO 1

Para encerramento das atividades da primeira Fase, a reunião de coordenação, a contar com os membros da EC e da URBTECTM, avaliará o andamento de todas as atividades/eventos realizados ao longo dessa etapa. Com base nos desafios vivenciados pela equipe consultora e todos os outros envolvidos no processo de revisão do PDA, todos os resultados (positivos e negativos) deverão ser levantados e, assim, ajustados (quando necessário), sendo possível até mesmo a proposição de novos procedimentos a serem adotados para as fases seguintes.

4.5.1.3 Produtos

Antes da realização da Primeira Audiência Pública, uma Síntese da “1ª Fase – Mobilização e estruturação para revisão do PDA” será entregue pela URBTECTM com, pelo menos, quinze dias de antecedência da realização dessa audiência para que todos os participantes tenham acesso ao material produzido nessa 1ª Fase, tornando o evento transparente e participativo. Após os ajustes necessários, considerados na Reunião Técnica de Consolidação 1, o Produto 1 será apresentado ao final da 1ª Fase, marcando o encerramento das atividades.

É importante ressaltar que o Produto 1 irá abordar todos os assuntos levantados na 1ª Fase: a) cronograma físico; b) metodologia de trabalho; c) planejamento e gestão urbana do município; d) relatório das atividades, contendo o registro da reunião técnica na assinatura do contrato de prestação de serviço, das duas reuniões técnicas de capacitação, da reunião técnica preparatória, da oficina “Leitura Técnica”, da Primeira Audiência Pública, das reuniões de consolidação e de coordenação. Também deverá apresentar cópia do RRT/CAU ou ART/CREA dos profissionais integrantes da equipe da URBTECTM.

4.5.2 2ª FASE: ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA

4.5.2.1 Objetivo

O objetivo geral desta fase é realizar a Análise Temática Integrada para a revisão do PDA, caracterizada pelo levantamento e análise de dados e informações sobre a realidade atual do município. Para diagnosticar a realidade atual do município e construir as análises integradas, nas escalas regional, municipal e urbana, foi necessária a divisão dessa Fase em três partes, e essas partes, por sua vez, divididas em tópicos, conforme o Termo de Referência.

Parte1: O Município será analisado em cinco tópicos:

- Inserção e características regionais do Município;

- Caracterização Socioeconômica;
- Áreas aptas, aptas com restrição e inaptas ao uso e ocupação antrópicos;
- Uso e ocupação atual do solo; e
- Capacidade de atendimento e distribuição das infraestruturas, equipamentos e serviços públicos

a) Inserção e características regionais do Município.

Neste tema deverá ser destacada a posição geográfica estratégica do município na Região Metropolitana de Curitiba, tanto no aspecto econômico quanto de localização.

Quanto ao aspecto econômico, Araucária é um importante polo industrial para o Paraná, contendo empresas dos mais diversos portes e segmentos, que influenciam tanto a economia local, quanto a regional.

Outro aspecto importante a ser observado é com relação as vias de acesso do município: BR-476 (Rodovia do Xisto) e a PR-423, pois são importantes para o transporte/escoamento de cargas e mercadorias, conectando a cidade com o interior do Paraná, como Contenda, Lapa, São Mateus do Sul, entre outros municípios.

Por ser limítrofe à capital paranaense e por ter um caráter industrial, Araucária apresenta fortes relações com Curitiba (econômica, social, entre outros aspectos), o que culminou num processo de conurbação entre as cidades. Muitos cidadãos que vivem em Curitiba trabalham em Araucária. O oposto também ocorre.

Além dos aspectos regionais do município de Araucária, de modo a identificar sua participação na economia regional e sua influência na rede urbana brasileira, deverão ser identificadas, localizadas e caracterizadas as condições de infraestrutura de acesso existentes no município e os diferentes modais de transporte utilizados.

Faz-se necessário também a análise dos Planos Diretores dos municípios limítrofes para identificar as interfaces normativas destes municípios com Araucária. Também será analisada a interface com os Planos Regionais existentes, em especial, a Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná (PDUR, 2017),

com o Estatuto da Metrópole, Estatuto das Cidades, legislações pertinentes, entre outros documentos relevantes.

b) Caracterização Socioeconômica

Na caracterização socioeconômica, as variáveis observadas possibilitarão a verificação dos quesitos/características que podem ser orientados, por meio de políticas públicas, para mitigar a heterogeneidade socioeconômica existente no município.

Alterações que ocorram na economia influenciam diretamente a população local e vice-versa, cujas características precisam ser estudadas de maneira integrada, tanto em sua forma quantitativa, quanto qualitativa. Com base nos dados do Censo Demográfico do IBGE e outros cadastros existentes, é possível realizar uma série de análises relacionadas com os aspectos demográficos, sociais e econômicos.

O Termo de Referência detalha os principais aspectos a serem levantados nessa fase, como: “I) população total, urbana e rural; II) distribuição, densidade e crescimento populacional; III) renda; IV) pobreza; V) migração; VI) pirâmide etária; VII) índice de desenvolvimento humano; VIII) população economicamente ativa”.

Nos aspectos sociais, o Plano Diretor deve abordar as condições de saúde, educação, assistência social, segurança pública e moradia existentes no município. Informações sobre esses temas precisam ser levantados junto às secretarias específicas da Prefeitura Municipal. Além disso, estudos, planos e legislação vigente, mapas e outras fontes poderão ser utilizados para verificar a oferta e a demanda desses serviços.

Também serão caracterizadas a dinâmica econômica, o perfil produtivo, as atividades predominantes e os indicadores de renda e emprego do município.

c) Áreas aptas, aptas com restrição e inaptas ao uso e ocupação antrópicos

A capacidade de suporte ambiental de um determinado local representa o “nível” de utilização de recursos que um determinado sistema/ecossistema consegue suportar, ou seja, o quanto de recurso (renovável ou não-renovável) pode fornecer. A

capacidade de suporte é ultrapassada quando o consumo é mais rápido do que sua capacidade de reposição (tempo para se regenerar naturalmente).

Para identificar as capacidades de suporte ambiental de Araucária relacionadas aos usos e ocupações antrópicas, deverá ser elaborada uma análise de áreas aptas, aptas com restrição e inaptas ao uso e ocupação antrópicos. Terá como objetivo entender o contexto ambiental do município em função de sua dinâmica populacional, o que, nas próximas etapas, poderá garantir a sustentabilidade e conservação do meio ambiente local em função dos usos e ocupações antrópicas.

Desse modo, será necessário analisar o mapeamento do território considerando condicionantes naturais locais, como, por exemplo: hidrografia, geomorfologia, geologia, geotécnica, cobertura vegetal, entre outros. Esses dados serão interpolados para que se obtenha um resultado mais consistente e consequente delimitação das áreas sujeitas a riscos ambientais e riscos para a ocupação antrópica. Deverá ser levantado os possíveis focos de contaminação do solo e os pontos de poluição existentes.

Deverão ser descritas as áreas suscetíveis a processos de escorregamentos, erosões, inundações, corridas de massa, tombamento de blocos, solapamentos, expansão e contração do solo.

Ressalta-se que, via de regra, o processo de ocupação do solo na maioria das cidades brasileiras não obedece critérios técnicos de planejamento. Nesse sentido, o resultado dos estudos pretende preencher essa lacuna e servir de base para tomada de decisão de agentes públicos na expansão da ocupação territorial do município, visando preservar os recursos naturais, áreas ambientais e a segurança da coletividade.

Dessa forma, ter uma base cartográfica confiável e precisa é ponto crucial para um bom resultado. Essas bases e outras informações devem ser levantadas junto à Prefeitura Municipal de Araucária, bem como em outros órgãos/instituições.

d) Uso e ocupação atual do solo

O Plano Diretor deve levantar informações básicas visando a garantia das funções sociais da cidade e do bem-estar dos seus habitantes, promovendo

adequadamente o ordenamento territorial, conforme o estabelecido no artigo 2º do Estatuto da Cidade.

Nesse sentido, um ponto muito importante a ser considerado no Plano Diretor é o estudo sobre o uso e ocupação do solo de Araucária, pois irá determinar o que pode ou não ser construído no município, assim como definir os parâmetros para ocupação de um terreno urbano com base em índices urbanísticos. Esses parâmetros são determinados entre a relação do tamanho do terreno e o número de pessoas, as atividades predominantes em determinadas áreas (comércio, moradia, serviços, indústrias), dentre outros.

Visando a elaboração de propostas nas próximas etapas, é importante entender o uso e ocupação atual do território de Araucária. Para isso, será analisado o mapeamento desse uso e ocupação, especialmente nas áreas urbanas e nas áreas de expansão urbana. Essas informações serão fundamentais para as próximas análises a serem realizadas nas partes 2 e 3 dessa 2ª Fase.

e) Capacidade de atendimento e distribuição das infraestruturas, equipamentos e serviços públicos

Avaliar a capacidade, atual e futura, de atendimento e distribuição das infraestruturas, equipamentos e serviços públicos ofertados aos habitantes de Araucária é essencial para orientar futuros investimentos e, principalmente, para verificar as condições da qualidade de vida dos habitantes de Araucária.

O objetivo dessa análise é fornecer subsídios para identificação das deficiências e limitações que possam prejudicar a operacionalização de políticas públicas, inclusive sua distribuição territorial e incidência no município, de modo a garantir os direitos básicos com eficiência e qualidade para todos os cidadãos, o que inclui a infraestrutura urbana, serviços públicos, saneamento ambiental e lazer.

A infraestrutura urbana corresponde aos equipamentos e serviços que dão suporte ao desenvolvimento das cidades, ou seja, é composta por sistemas que auxiliam no funcionamento das cidades, como: rede viária, drenagem pluvial, abastecimento de

água, esgotamento sanitário, energia, comunicações, entre outros, devem estar em pleno funcionamento para atender toda a demanda existente e futura.

Os serviços públicos, como pavimentação, limpeza pública, iluminação, coleta de resíduos sólidos, dentre outros, são prestados pelo poder público para a sociedade, buscando satisfazer as necessidades da população de modo a garantir o bem-estar coletivo.

Desta forma, faz-se necessária uma análise cuidadosa das estruturas de atendimento à população de Araucária, considerando a distribuição de equipamentos públicos, relacionando sua localização, densidade da área atendida, função e outros dados disponíveis.

É importante ressaltar que todos os cidadãos devem ter acesso, de maneira igualitária, a todos os serviços básicos descritos anteriormente. É um direito que deve ser garantido nas políticas públicas, inclusive no Plano Diretor. Desta forma, tais questões devem ser analisadas na revisão do Plano Diretor de Araucária.

Parte 2 : O Município será analisado em três tópicos:

- Uso e ocupação do solo atual versus as capacidades de suporte ambiental e de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos;
- Expansão urbana versus as capacidades de suporte ambiental e de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos;
- Condições gerais de moradia e fundiárias

a) Uso e ocupação do solo atual *versus* as capacidades de suporte ambiental e de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos

Para dar continuidade aos resultados obtidos na Parte 1, será possível cruzar dados e informações entre o uso e a ocupação do solo atual com a capacidade de suporte ambiental e com infraestruturas, equipamentos e serviços existentes, o que permitirá avaliar a qualidade de vida da população de Araucária. Desse modo, por meio das análises a serem elaboradas pela empresa URBTEC™, será verificado se os usos e

ocupações do solo instituídos pelo Plano Diretor vigente estão de acordo com a capacidade de utilização dos recursos naturais e com os direitos básicos da população.

Além das análises espaciais, a legislação vigente será estudada, de modo a considerar se os direitos dos cidadãos de Araucária estão sendo atendidos. Caso contrário, deverão ser criadas diretrizes/propostas para corrigir esses *déficits*, tanto em qualidade quanto em incidência.

b) Expansão urbana *versus* as capacidades de suporte ambiental e de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos

A crescente demanda por áreas de expansão urbana, para diferentes usos, dentre eles o assentamento de população migrante, ou uso industrial, por exemplo, aliada à falta de planejamento, resulta em um crescimento urbano desordenado, via de regra, sobre áreas que não possuem capacidade de suporte.

Este processo desordenado acarreta na implantação de loteamentos em áreas desprovidas de infraestrutura, ocasiona problemas de drenagem causados pelo excesso de impermeabilização do solo e aumenta a degradação ambiental decorrente da concentração populacional.

Desta forma, é de suma importância a avaliação da capacidade de adequação de áreas não urbanizadas em áreas de expansão urbana, sendo necessário, para tanto, considerar as capacidades de suporte ambiental, as barreiras físicas (naturais e antrópicas) existentes em Araucária, bem como a viabilidade de investimentos para ampliação dos serviços básicos indispensáveis para garantir a moradia digna.

Esta análise terá como suporte um estudo de saturação da densidade do zoneamento existente, considerando áreas internas ou externas ao perímetro urbano atual. Cabe ressaltar que o estudo em questão será considerado na terceira fase.

c) Condições gerais de moradia e fundiárias

O artigo 6º da Constituição Federal de 1988 estabeleceu os direitos sociais, (apresentados na íntegra a seguir), entre os quais, pode-se destacar o direito à moradia. O Poder Público tem o dever de garantir condições dignas de moradia e, para isto, deve-

se avaliar a situação atual de regularização fundiária e suas condições de moradia em relação aos aspectos socioeconômicos da população. Esse assunto será avaliado conforme os dados e informações existentes no Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS de Araucária (2011).

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988).

Parte 3: O Município será analisado em três tópicos:

O objetivo desta etapa é avaliar as condições de acessibilidade do município, a capacidade de investimento e a estrutura e funcionamento dos conselhos. Para atender a esses objetivos, foram considerados três tópicos:

- Condições gerais de acessibilidade e mobilidade com ênfase na área urbana;
- Capacidade de investimento do município;
- Estrutura e funcionamento dos conselhos municipais existentes.

a) ndições gerais de acessibilidade e mobilidade, com ênfase na área urbana

O Plano Diretor deverá propor diretrizes e instrumentos que garantam o deslocamento adequado e seguro de pessoas e cargas no território de Araucária (áreas urbana e rural), onde todos os cidadãos, independentemente de suas restrições de locomoção, possam se movimentar livremente – não existindo barreiras nos espaços públicos. Para avaliar as condições gerais de acessibilidade e mobilidade, com ênfase na área urbana, deverão ser analisados os seguintes itens: sistema viário básico; o sistema de transporte coletivo; o deslocamento individual não motorizado (exemplo: ciclismo e pedestrianismo); e o deslocamento motorizado individual, coletivo, de cargas e serviços.

É importante ressaltar que, no Plano Diretor, as informações devem ser básicas e gerais para avaliar os aspectos da acessibilidade e da mobilidade urbana. Cabe ao Plano Municipal de Mobilidade (PlaMob) abordar de maneira detalhada o tema sendo que o mesmo deve estar de acordo com o Plano Diretor vigente. Como o Plano de Mobilidade Urbana foi desenvolvido recentemente, cabe à revisão do Plano Diretor

adequar e indicar as mudanças e diretrizes que se fizerem necessárias à sua regularização e compatibilização.

Desta forma, para analisar a adequação atual e futura das condições gerais de acessibilidade e mobilidade do município de Araucária, será importante avaliar os resultados obtidos no PlaMob, em processo de aprovação. Esse material é fundamental para entender a dinâmica existente no município. Além do PlaMob, outros materiais poderão ser utilizados na avaliação como, por exemplo, legislação vigente, base cartográfica e Oficinas de Leitura Técnica e Comunitária realizadas na 2ª Fase.

b) Capacidade de investimento do município

O estudo da capacidade de investimento do município tem como objetivo avaliar as condições financeiras existentes e futuras para implantar o PDA. Essa etapa também é fundamental para a elaboração do Plano de Ação e Investimentos - PAI do PDA, a ser descrito a seguir. Nesse sentido, deverão ser analisados o orçamento municipal de Araucária, o Plano Plurianual, dentre outros.

c) Estrutura e funcionamento dos conselhos municipais existentes

Na Revisão do Plano Diretor de Araucária, a URBTECTM analisará a estrutura existente dos conselhos municipais, considerando a sua natureza, atribuições, composição, funcionamento e oportunidade de unificação. Essas informações serão levantadas com base nos Decretos Municipais, no Diário Oficial de Araucária e outras fontes disponíveis.

4.5.2.2 Referentes a parte 1:

ATIVIDADES

I. REUNIÃO TÉCNICA DE CAPACITAÇÃO 3

A Reunião técnica de capacitação apresentará os métodos e técnicas a serem adotadas na “Análise Temática Integrada” momento no qual serão debatidos os assuntos abordados na Parte 1 da Segunda Fase, detalhadas ao longo desse documento.

II. REUNIÃO TÉCNICA PREPARATÓRIA 2

A URBTEC™ (responsável pelo evento) deverá organizar e complementar dados e informações para a realização da Segunda Fase, em especial, com enfoque na Fase 1, o que possibilitará a percepção da suficiência ou não dos mesmos para as análises temáticas integradas. Apresentará também a metodologia necessária para a realização das atividades/eventos a serem realizados nessa Parte 1, sendo esta oficina preparatória o momento apropriado para a colaboração dos demais participantes do processo de revisão do PDA para com a equipe da consultora.

III. DIAGNÓSTICO DA REALIDADE ATUAL DO MUNICÍPIO

A partir dos dados disponíveis no município de Araucária e em outros órgãos, será possível realizar o diagnóstico da realidade atual, verificando a situação atual de Araucária através de informações coletadas em cadastros, imagens, fotos aéreas, levantamentos de campo, planos setoriais, (quando existentes), legislação vigente (leis, decretos, portarias, etc), entre outros materiais. O diagnóstico a ser realizado nessa fase corresponde às ações descritas anteriormente, como as seguintes: Ação 1: Inserção e características regionais do Município; Ação 2: Caracterização Socioeconômica; Ação 3: Áreas aptas, aptas com restrição e inaptas ao uso e ocupação antrópicos; Ação 4: Uso e ocupação atual do solo; e Ação 5: Capacidade de atendimento e distribuição das infraestruturas, equipamentos e serviços públicos.

IV. OFICINA “LEITURA TÉCNICA” – “ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA”

Ao longo da 2ª fase devem ser realizadas três oficinas “Leitura Técnica”, sendo uma para cada parte. A primeira deverá abordar os assuntos referentes a Parte 1 de forma a possibilitar a caracterização das condições quali-quantitativas de Araucária sob o ponto de vista dos técnicos e *experts* do município, complementado e validando as informações levantadas pela consultora.

V. OFICINAS “LEITURA COMUNITÁRIA” – “ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA”

Dentre as cinco oficinas a serem realizadas nessa 2ª fase, quatro ocorrerão na área urbana e uma na área rural.

Nesses eventos o enfoque será na priorização da população e das associações representativas dos vários segmentos da sociedade sobre os principais problemas/demandas/potencialidades que existem no município de Araucária, ou seja, os envolvidos serão estimulados a expor seus pontos de vista sobre o que vivenciam em seu cotidiano.

Nesse sentido, a URBTECTM aplicará metodologias com o objetivo de incentivar que todos os participantes emitam suas opiniões. Os dois tipos de Oficinas (técnica e comunitária) serão complementares para alcançar o objetivo principal dessa etapa: retrato da realidade atual do município de Araucária, porém sob diferentes perspectivas.

Para tanto, serão considerados os levantamentos realizados pela URBTECTM, bem como as principais análises feitas com esses dados e informações coletados, sendo, portanto, uma leitura baseada na bibliografia e em dados oficiais. A visão dos técnicos proporcionará a identificação de potencialidades/demandas do que o município consegue oferecer, suas limitações institucionais, físicas, econômicas, dentre outras. Por outro lado, a visão da população apresentará os desafios de quem convive com os problemas e que, muitas vezes, passam despercebidas na literatura e pelos próprios técnicos/*experts* no assunto.

Na maior parte das vezes, as oficinas comunitárias irão expor os problemas existentes no município. É habitual a formatação de uma visão “pessimista” como resultado, cabendo aos técnicos da URBTECTM, que irão conduzir as oficinas, tentar levantar tantos os aspectos positivos quantos os negativos, diagnosticar fielmente o que existe na região sem, necessariamente, procurar um consenso entre os envolvidos.

Cabe ressaltar que, tanto as Oficinas “Leitura Técnica”, quanto as Oficinas “Leitura Comunitária”, são partes de um processo fundamental de gestão participativa a ser assegurado na Revisão do Plano Diretor de Araucária.

VI. REUNIÃO DE COORDENAÇÃO 2

Nessa primeira parte, será realizada uma reunião de coordenação, de modo a avaliar o andamento das atividades e eventos feitos até o momento, conforme

cronograma. Caso seja necessário, ajustes poderão ser feitos nas próximas atividades, de modo a otimizar o processo.

PRODUTOS DA PARTE 1

Uma Síntese do “Análise Temática Integrada: Parte 1” será apresentada ao final da Parte 1, de modo a encerrar as atividades e servir como base para a realização da 2ª Audiência Pública.

4.5.2.3 Referentes a parte 2:

ATIVIDADES

I. REUNIÃO TÉCNICA DE CAPACITAÇÃO 4 (PARTES 2 E 3)

Na 4ª Reunião Técnica de Capacitação a URBTEC™ apresentará os métodos e técnicas a serem utilizados na “Análise Temática Integrada” momento no qual serão debatidos os assuntos abordados nas partes 2 e 3 da Segunda Fase, detalhadas ao longo desse documento.

II. REUNIÃO TÉCNICA PREPARATÓRIA 3 (PARTES 2 E 3)

Para elaboração das partes 2 e 3 da 2ª fase, a URBTEC™ deverá organizar dados e informações de forma a possibilitar a percepção da suficiência ou não dos mesmos para as análises integradas. Apresentará também a metodologia para a realização das atividades das duas últimas partes, das oficinas (leituras técnica e comunitária) e da 2ª Audiência Pública, sendo esta oficina preparatória o momento apropriado para a colaboração dos demais participantes do processo de revisão do PDA para com a equipe da consultora.

III. ANÁLISES INTEGRADAS E MAPAS SÍNTESES

Com base no levantamento de dados e informações analisadas na Parte 1, será possível realizar análises integradas e mapas síntese da situação atual do município de Araucária. No mínimo, os seguintes parâmetros deverão ser analisados nessa segunda parte: Uso e ocupação do solo atual *versus* as capacidades de suporte ambiental e de

infraestruturas, equipamentos e serviços públicos; Expansão urbana *versus* as capacidades de suporte ambiental e de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos; Condições gerais de moradia e fundiárias. Esses parâmetros correspondem as ações descritas, anteriormente, no Objetivo 2.

IV. OFICINA “LEITURA TÉCNICA” – “ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA”

A Oficina “Leitura Técnica” deverá abordar os assuntos analisados na Parte 2, cujo objetivo será avaliar a caracterização das condições quali-quantitativas de Araucária sob o ponto de vista dos técnicos e *experts* do município, complementado e validando as informações levantadas pela consultora.

V. REUNIÃO DE COORDENAÇÃO 3

A segunda reunião de coordenação avaliará o andamento das atividades e eventos realizados na segunda parte. Caso seja necessário, ajustes poderão ser feitos nas próximas atividades, de modo a otimizar o processo, especialmente da última parte.

PRODUTOS DA PARTE 2

Uma Síntese da “Análise Temática Integrada: Parte 2” será entregue pela URBTECTM ao final dessa 2ª Parte, de modo a encerrar as atividades e servir como base para a realização da 2ª Audiência Pública. Cabe ressaltar que o Produto 2 (incluindo os resultados das Partes 1, 2 e 3) será encaminhado para o município, pela empresa consultora, após os ajustes solicitados na reunião técnica de consolidação 2, realizada ao final da Parte 3.

4.5.2.4 Referentes a parte 3

ATIVIDADES

A seguir, são descritas as atividades e os eventos da terceira e última parte da 2ª Fase. Diferente das anteriores, nesse evento ocorrerá a “Segunda Audiência Pública”, bem como uma reunião técnica de consolidação.

I. CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE, CAPACIDADE DE INVESTIMENTO E ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS

Nesse item, deverão ser avaliadas as condições gerais de acessibilidade e mobilidade de Araucária, com ênfase na área urbana, o que corresponde a primeira ação do objetivo 3. Na sequência, será analisada a capacidade de investimento, bem como a estrutura e funcionamento dos conselhos (ações 2 e 3 do objetivo 3).

II. SÍNTESE DA ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA

Após as análises efetivadas anteriormente nas Partes 1, 2 e 3, será necessário realizar uma síntese dessas informações, com o objetivo de sistematizar os resultados e obter uma visão mais abrangente e integrada da situação atual do município de Araucária, tanto os pontos positivos quanto negativos. Esses resultados serão importantes para auxiliar na definição dos objetivos, diretrizes e propostas para tornar Araucária uma cidade sustentável, a ser realizado na 3ª Fase. Para essa sistematização dos resultados obtidos, será aplicada a metodologia de análise conhecida como CDP – Condicionantes, Deficiências e Potencialidades.

Essa metodologia é usualmente recomendada para os processos que envolvem planejamento urbano e regional. Ela foi desenvolvida na Alemanha e aplicada em diversos países, tornando-se uma ferramenta padrão dos organismos das Nações Unidas para a aferição e construção dos cenários de planejamento. No que se refere ao Plano Diretor de Araucária, a construção da Matriz CDP fundamentará a 2ª Fase.

A construção da Análise Temática Integrada se dará a partir da aplicação da matriz CDP, cujo objetivo é explicitar as tendências frente às condicionantes, deficiências e potencialidades observadas no município de Araucária. Do ponto de vista prático, a matriz CDP é um modelo sistêmico para a organização e análise dos dados levantados. A visão sistêmica proporcionada por esse método é também extremamente eficaz para a definição de estratégias de ação, com vistas ao alcance dos objetivos e das metas estabelecidas.

Ao se adotar a metodologia CDP, classificam-se os dados levantados em três categorias básicas, apresentadas a seguir:

a) Condicionantes: são os elementos existentes ou projetados que não podem ou não devem ser alterados, devendo ser mantidos ou preservados pelo PDA. O caráter das condicionantes pode ser espacial, funcional, infraestrutural, ambiental, socioeconômico, administrativo ou legal. A fim de melhor exemplificar, as condicionantes são os elementos existentes no ambiente urbano, rural, natural ou construído, planos e decisões existentes. Todos esses elementos têm consequências futuras no desenvolvimento do município, sendo que pelas suas características e implicações devem ser levadas em conta no planejamento e tomadas de decisões;

b) Deficiências: podem ser entendidas como aquelas situações que significam problemas qualitativos e quantitativos no contexto municipal e que devem ser alterados, melhorados ou eliminados. Assim como as condicionantes, as deficiências também podem ser de caráter espacial, funcional, infraestrutural, ambiental, socioeconômico, administrativo ou legal, dando-se especial ênfase na elaboração do PDA àquelas deficiências de âmbito físico, territorial, econômico, legal, social e ambiental. Portanto, as deficiências são elementos ou situações de caráter negativo que significam estrangulamentos na qualidade de vida das pessoas e dificultam o desenvolvimento sustentável do município, destacando as seguintes características:

b.1) técnica: carência ou inadequação de equipamentos ou da infraestrutura existente, sistema viário;

b.2) natural: rios e córregos poluídos, desmatamentos, vales inaproveitáveis; cultural: patrimônios históricos degradados;

b.3) legal: deficiência, inadequação ou não obediência de legislação urbanística, ocupações irregulares;

b.4) financeira: baixo poder aquisitivo;

b.5) social: desamparo às classes menos favorecidas, desemprego, analfabetismo, falta de cursos profissionalizantes;

b.6) administrativa: excesso de burocracia nos procedimentos administrativos, falta de fiscalização, deficiência na execução e no controle das ações administrativas;

b.7) econômica: baixa produtividade nas ações administrativas, elevado custo de manutenção; e

c) Potencialidades: podem ser entendidas como aqueles elementos, recursos ou vantagens que até então não foram aproveitados adequadamente e poderiam ser incorporados positivamente ao sistema municipal, sanando suas deficiências ou desenvolvendo-o no sentido de melhorar seu estágio atual. De forma exemplificativa, os aspectos potenciais existentes no município que devem ser explorados e otimizados, resultando na melhoria da qualidade de vida da população, podem ter as seguintes características:

c.1) técnica: infraestrutura e equipamentos existentes ou com capacidade ociosa;

c.2) natural: áreas adequadas à urbanização, áreas com potencial de implantação de equipamentos de lazer, turístico ou paisagístico;

c.3) cultural: utilização e/ou otimização do uso de prédios históricos, preservação dos prédios históricos ou dos elementos culturais do município;

c.4) legal: terrenos públicos disponíveis;

c.5) financeira: aumento da eficiência fazendária na arrecadação municipal, capacidade de endividamento não utilizada, parcerias;

c.6) social: política social integrada, parcerias, aproveitamento de iniciativas comunitárias;

c.7) administrativa: ações administrativas no sentido de desburocratizar a máquina pública, aumentando sua eficiência com menor custo;

c.8) econômica: localização estratégica, recursos naturais possíveis, polo de abrangência, recursos humanos existentes e potenciais (universidades e escolas técnicas).

A matriz CDP aplicada na elaboração do PDA apresenta basicamente o método de ordenação criteriosa e operacional dos problemas e fatos, resultantes de pesquisas e levantamentos, proporcionando apresentação compreensível, facilmente formatada e compatível com a situação do elemento a ser analisado. A organização dos dados e

informações levantados deve ser elaborada através das tabelas CDP, contendo a análise dos fatores encontrados quanto a sua relevância.

Em poucas palavras, esse método permite analisar um grande volume, proporcionando uma visão sistêmica das informações coletadas, o que diminui os erros de uma simples eliminação de deficiências ou até mesmo de potencialidades. A identificação das Condicionantes, Deficiências e Potencialidades é exibida em forma de tabela, os temas são discriminados em planilhas individualizadas e classificados. A Figura 9 apresenta um exemplo da Matriz CDP.

Figura 9: Exemplo de matriz CDP

Temas abordados
(aspectos econômicos,
aspectos físicos, entre
outros)

Condicionantes (C),
Deficiências (D) e
Potencialidades (P)
para cada tema

	C	D	P
Tema 1			
Tema 2			
Tema 3			
Tema 4			

Fonte: URBTEC™ (2017)

III. OBJETIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

Após a sistematização dos 7 resultados da Análise Temática Integrada, a matriz CDP auxiliará na definição dos objetivos para o desenvolvimento municipal, conforme exemplificado na Figura 10. Os objetivos deverão ser pautados no Estatuto da Cidade no que se refere ao direito à cidade sustentável e à gestão democrática, elementos importantes para garantir o desenvolvimento do Plano Diretor e do município de Araucária.

Figura 10: Exemplo de Matriz CDP e definição dos objetivos

Temas abordados
(aspectos econômicos,
aspectos físicos, entre
outros)

Condicionantes (C),
Deficiências (D) e
Potencialidades (P)
para cada tema

Objetivos a
serem definidos

	C	D	P	OBJETIVOS
Tema 1				
Tema 2				
Tema 3				
Tema 4				

Fonte: URBTEC™ (2017)

IV. OFICINA “LEITURA TÉCNICA” – “ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA”

A terceira oficina “Leitura Técnica” deverá abordar os assuntos analisados na terceira parte, descritos anteriormente, de modo a possibilitar a caracterização das condições quali-quantitativas de Araucária sob o ponto de vista dos técnicos e *experts* do município, complementado e validando as informações levantadas pela consultora.

V. 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA – “ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA”

A URBTEC™, responsável pela Audiência, deverá incentivar a participação de todos os interessados no evento, de modo a apresentar e discutir todos os resultados levantados na “2ª Fase – Análise Temática Integrada”, assim como as informações obtidas nas Oficinas das Leituras Técnicas e Comunitárias. Nesse sentido, todos os participantes terão o direito de expor seus pontos de vistas sobre a 2ª Fase, que caracteriza o município em sua situação atual (Diagnóstico). Deverão participar do evento membro da EC, da ETM, representantes dos poderes executivo e legislativo, representante do Ministério Público, do CMPD, do GA, da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade de Araucária.

VI. REUNIÃO TÉCNICA DE CONSOLIDAÇÃO 2

Com base nas sínteses das partes 1, 2 e 3 e no que foi apresentado na Segunda Audiência Pública, os participantes da 2ª Audiência terão respaldo para expor seus pontos de vistas sobre a Segunda Fase da Revisão do PDA. Essas informações serão

analisadas pela empresa URBTEC™ e pelos membros da EC e a ETM, cujo objetivo será analisar se cada proposta/sugestão/reclamação irá ou não ser inserida nos respectivos Produtos.

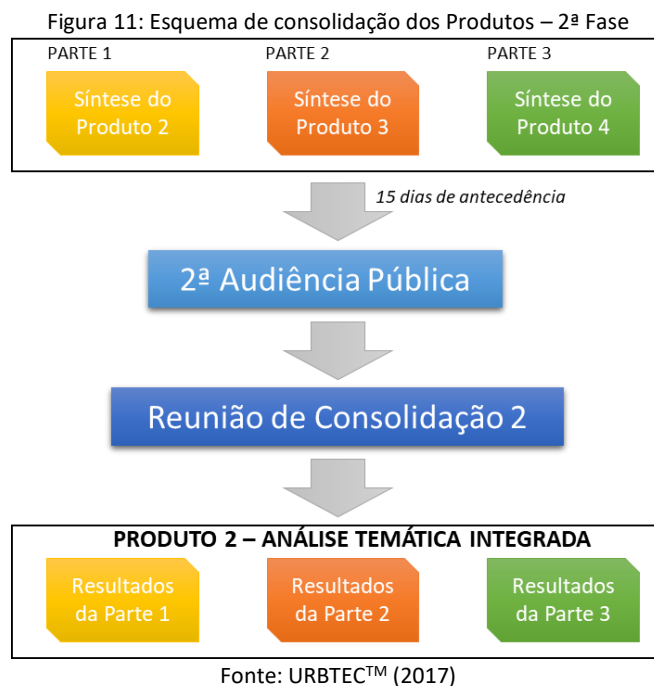
VII. REUNIÃO DE COORDENAÇÃO 4

A terceira reunião de coordenação avaliará o andamento das atividades e eventos realizados na última parte. Caso seja necessário, ajustes poderão ser feitos nas atividades/eventos das próximas fases, de modo a otimizar o processo de revisão do PDA.

PRODUTOS DA PARTE 3

As análises temáticas integradas realizadas na Parte 3, conforme descritas anteriormente, serão compiladas em um documento intitulado como “Síntese da Análise Temática Integrada: Parte 3”, que servirá como instrumento de divulgação dos resultados para que todos tenham acesso antes da 2ª Audiência Pública. O material será disponibilizado com pelo menos quinze dias de antecedência ao evento, garantindo, assim, a transparência no processo de Revisão do PDA.

Ao final de todos os eventos e atividades programados, o Produto 2 – “Análise Temática Integrada” será entregue pela empresa URBTEC™ para a Prefeitura Municipal de Araucária, na sua versão consolidada, marcando desta forma o encerramento da 2ª Fase. Conforme esquema apresentado na Figura 11, o Produto 2 corresponde aos resultados obtidos e nas análises realizadas nas partes 1, 2 e 3.



4.5.3 3ª FASE: DIRETRIZES E PROPOSTAS PARA UMA CIDADE SUSTENTÁVEL

4.5.3.1 Objetivos

O objetivo principal dessa 3ª Fase é elaborar diretrizes e propostas para uma cidade sustentável. Para cumprir esse objetivo devem ser consideradas três ações, descritas a seguir:

Ação 1: (Re)ordenamento territorial

O Macrozoneamento é um instrumento necessário para ordenar o uso e a ocupação do solo na cidade, devendo orientar a gestão e o desenvolvimento do território em função do uso dos recursos naturais disponíveis e de sua capacidade em “suportar” os impactos causados pela ocupação humana no meio ambiente. O macrozoneamento tem por objetivo definir as diretrizes espaciais propostas no Plano Diretor, em concordância com as estratégias de política urbana.

O macrozoneamento municipal deverá considerar o território de Araucária como um todo, ou seja, tanto a área urbana, quanto rural, e as principais características

(socioeconômicas, ambientais, entre outros) de cada região. Deverá potencializar os aspectos positivos do município e minimizar os negativos.

Desta forma, diretrizes deverão ser definidas para o (re)ordenamento do território de Araucária, considerando os macrozoneamentos municipal e urbano, os perímetros urbanos e as áreas de expansão urbana, além de diretrizes para uso e ocupação do solo. O (re)ordenamento territorial deverá considerar o desenvolvimento das atividades econômicas, o sistema viário e o parcelamento do solo urbano.

Ação 2: Propostas para garantir os direitos à cidade sustentável

Com relação à garantia dos direitos à cidade sustentável, propostas deverão ser definidas, pela empresa URBTECTM em conjunto com a Prefeitura Municipal, para solucionar os problemas levantados na 2ª Fase da Análise Temática Integrada e para cumprir os objetivos e diretrizes definidos. Conforme citado anteriormente, os direitos sociais estão assegurados na Constituição Federal de 1988, mais especificamente, no seu artigo 6º, e devem ser considerados na Revisão do Plano Diretor de Araucária.

Ação 3: Instrumentos urbanísticos

Os instrumentos urbanísticos abordados no Estatuto das Cidades (Lei Federal nº 10.257/2001) e que podem ser considerados no Plano Diretor estão descritos no Quadro 2, a seguir. No caso do município de Araucária, os instrumentos urbanísticos a serem considerados na revisão do Plano Diretor serão aqueles pertinentes à realidade da cidade, estipuladas com base nas análises realizadas nas fases anteriores.

Quadro 2: Instrumentos Urbanísticos

INSTRUMENTO URBANÍSTICO	DESCRIÇÃO
Parcelamento, edificação ou utilização compulsórios	Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios pode ser definido como o instrumento que permite ao Poder Executivo Municipal exigir que o proprietário de imóvel urbano parcele sua propriedade, edifique áreas não edificadas ou subutilizadas, ou destine um uso, quando houver edificação vazia no imóvel.
IPTU (imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana) progressivo no tempo	O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU progressivo no tempo é um mecanismo que tem como função o controle do uso do solo urbano. O Poder Executivo Municipal poderá aumentar o valor do IPTU de um imóvel progressivamente, caso o proprietário não dê a utilização prevista no Plano Diretor

Desapropriação com pagamento em títulos	No caso do proprietário não ter cumprido com a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização do terreno e passados cinco anos da cobrança do IPTU Progressivo no tempo, o Município poderá desapropriar o imóvel, com pagamento de títulos da dívida pública.
Usucapião especial de imóvel urbano	“Aquele que possuir como sua área ou edificação urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural”. (artigo 9º do Estatuto das Cidades)
Direito de superfície	“O proprietário urbano poderá conceder a outrem o direito de superfície do seu terreno, por tempo determinado ou indeterminado, mediante escritura pública registrada no cartório de registro de imóveis”. (artigo 21 do Estatuto das Cidades)
Direito de preempção	O Direito de Preempção garante ao Poder Executivo Municipal a preferência para adquirir (por meio de compra) um imóvel quando as áreas forem destinadas para regularização fundiária; execução de programas e projetos habitacionais de interesse social; constituição de reserva fundiária; implantação de equipamentos urbanos e comunitários; criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes; criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental; proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico.
Outorga onerosa do direito de construir	A outorga onerosa do direito de construir é a autorização dada pelo Município para que o proprietário possa construir acima do limite permitido (acima do coeficiente de aproveitamento básico).
Operações urbanas consorciadas	As operações urbanas consorciadas são intervenções pontuais realizadas entre o Poder Executivo Municipal e a iniciativa privada com o objetivo de proporcionar transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental.
Transferência do direito de construir	A transferência do direito de construir permite ao proprietário do lote alterar sua capacidade de construção para outro terreno ou vendê-la para outro proprietário.
Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV)	Para obtenção de licenças ou autorizações para construção, ampliação ou funcionamento de determinados empreendimentos e atividades privados ou públicos, deverá ser elaborado um estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV). Esses empreendimentos e atividades serão determinados pelo Poder Público Municipal. O EIV deverá considerar, no mínimo: adensamento populacional; equipamentos urbanos e comunitários; uso e ocupação do solo; valorização imobiliária; geração de tráfego e demanda por transporte público; ventilação e iluminação; paisagem urbana e patrimônio natural e cultural.

Fonte: Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto das Cidades), adaptado por URBTEC™

4.5.3.2 Atividades

I. REUNIÃO TÉCNICA DE CAPACITAÇÃO 5

A reunião de capacitação 5 deverá apresentar todos os métodos e técnicas necessários para a realização dessa “3ª Fase – Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável”, o que consiste em definir: diretrizes de (re)ordenamento territorial; propostas para garantir os direitos à cidade sustentável; instrumentos urbanísticos. Também deverão ser expostos métodos e técnicas para realização da Oficina de “Leitura Técnica”, Oficinas “Leitura Comunitária” e a 3ª Audiência Pública.

II. REUNIÃO TÉCNICA PREPARATÓRIA 4

Após apresentar os métodos a serem aplicados na 3ª Fase na reunião técnica de capacitação, a empresa consultora deverá organizar e completar os dados e informações necessários para as atividades dessa 3ª Fase, o que inclui as Oficinas e a Audiência Pública, sendo esta oficina preparatória o momento apropriado para a colaboração dos demais participantes do processo de revisão do PDA para com a equipe da consultora.

III. CENÁRIOS

Nesta terceira fase, diferentes cenários deverão ser elaborados para Araucária com o objetivo de projetar os possíveis caminhos que o município poderá se desenvolver. A metodologia a ser utilizada para elaboração dos cenários adotará indicadores compatíveis com a Análise Temática Integrada realizada na etapa anterior.

Propõe-se a elaboração de quatro cenários: atual, tendencial, desejado e prospectivo. O cenário atual considera a presente situação do município com base na Análise Temática Integrada, especialmente os resultados das Oficinas de Leitura Técnica e Comunitária realizadas na 2ª Fase.

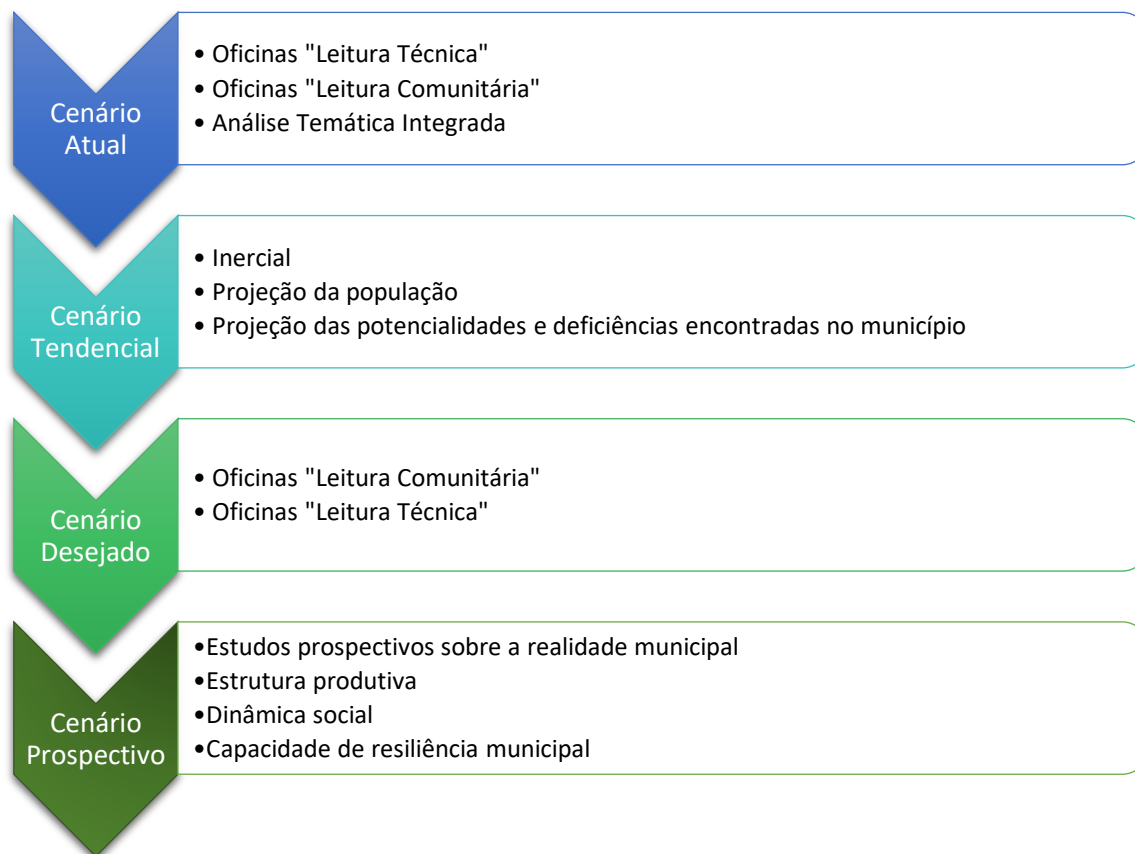
Com base na projeção da população, será possível apresentar a tendência de desenvolvimento do município caso ações significativas não sejam realizadas para alterar o cenário atual, o que caracteriza o cenário tendencial – “inercial”.

O cenário desejado representa a “cidade ideal” para se viver segundo o ponto de vista da população e, até mesmo, dos próprios técnicos e experts do município. Esse cenário levará em consideração as informações obtidas nas Oficinas de Leitura Comunitária e Técnica, além do cenário atual que representa a Análise Temática Integrada realizada.

O outro cenário, o prospectivo, atenderá as transformações que ocorrerão no município de Araucária e outras ações a serem previstas no Plano. Esse cenário apresentará as propostas/diretrizes para o futuro de município, isso significa criar instrumentos que poderão trazer uma melhor qualidade de vida para a população e promover o desenvolvimento sustentável.

Em síntese, a Figura 12 representa a conexão entre os cenários propostos e sua metodologia de avaliação.

Figura 12: Metodologia de cenários



Fonte: URBTEC™ (2017)

Destaca-se que, os cenários irão considerar os potenciais da economia local, o desenvolvimento sustentável do território e da região como um todo, inclusive os impactos que serão causados devido à implantação de grandes empreendimentos industriais no estado e dos diferentes efeitos climáticos naturais, de conservação da biodiversidade e dos fluxos de recursos, capital e população, entre outros grandes eventos. As potencialidades e as fragilidades do município deverão ser investigadas nessa fase, de modo a definir as estratégias a serem adotadas no Plano Diretor de Araucária.

IV. OFICINA “LEITURA TÉCNICA” – “DIRETRIZES E PROPOSTAS PARA UMA CIDADE SUSTENTÁVEL”

A Oficina “Leitura Técnica” tem como objetivo definir diretrizes e propostas para garantir uma cidade sustentável, por meio de (re)ordenamento territorial, instrumentos urbanísticos e propostas de modo a assegurar que Araucária seja uma “cidade sustentável”. Essa análise será feita sob o ponto de vista dos técnicos e *experts* do município, complementado e validando as informações levantadas pela consultora nessa 3ª Fase.

V. OFICINAS “LEITURA COMUNITÁRIA” – “DIRETRIZES E PROPOSTAS PARA UMA CIDADE SUSTENTÁVEL”

Para estimular a participação popular, cinco Oficinas “Leitura Comunitária” serão realizadas em Araucária, sendo quatro na área urbana e uma na área rural. Deverão ser debatidas as diretrizes e propostas para (re)ordenamento territorial, instrumentos urbanísticos e propostas para garantir os direitos à cidade sustentável. A URBTEC™ será a responsável pelo evento, desse modo deverá contar com o facilitador da equipe. Dessa forma, os participantes serão as associações representativas dos vários segmentos da comunidade e a população.

VI. 3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA – “DIRETRIZES E PROPOSTAS PARA UMA CIDADE SUSTENTÁVEL”

A 3ª Audiência Pública reafirma o compromisso de participação popular em todas as fases do PDA. Nesse evento, deverão participar membros da EC, ETM, representantes poder executivo, CMPD, GA, representantes do poder legislativo, representante do Ministério Público, população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade, assim como, a URBTEC™ que será responsável pela Audiência.

Deverá ser discutida a definição de diretrizes de (re)ordenamento territorial, os instrumentos urbanísticos e as soluções específicas necessárias para garantir os direitos à cidade sustentável. Além do levantamento realizado pela equipe técnica da URBTEC™, devem ser consideradas as Leituras Técnica e Comunitária, realizadas nessa fase. Para isso, a síntese do Produto 3 será entregue com, pelo menos, quinze dias de antecedência a realização da Audiência.

VII. REUNIÃO TÉCNICA DE CONSOLIDAÇÃO 3

Após a terceira Audiência Pública, a reunião técnica de consolidação servirá para ajustar as análises e documentos relacionados à 3ª Fase do PDA. Desse modo, os resultados obtidos na audiência deverão ser analisados entre a EC, ETM e equipe consultora (responsável pela reunião) para serem considerados ou não nas análises e documentos elaborados para a fase em questão.

VIII. REUNIÃO DE COORDENAÇÃO 5

A reunião de coordenação será um instrumento de avaliação do andamento das atividades e eventos desenvolvidos na 3ª Fase. A partir do levantamento dos pontos positivos e negativos, ajustes poderão ser ocorrer na quarta e última fase do PDA.

4.5.3.3 Produtos

Na terceira Fase, será desenvolvido o “Produto 3 – Diretrizes e Propostas para uma cidade sustentável”, que abordará todo o conteúdo descrito anteriormente, desde

a fase de análise até as oficinas de Leitura Técnica e Comunitária e a 3ª Audiência Pública. Também deverá apresentar relatos das reuniões que ocorreram nesse processo. A síntese do Produto 3 será entregue com pelo menos quinze dias de antecedência da 3ª Audiência Pública. Já a versão final do Produto 3 será encaminhado pela URBTECTM ao final de todas as atividades previstas para a 3ª Fase, encerrando-a.

4.5.4 4ª FASE: PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE ARAUCÁRIA

4.5.4.1 Objetivos

O objetivo da 4ª Fase para revisão do PDA é a elaboração do Plano de Ação e Investimentos, bem como a Institucionalização do Plano Diretor. Para atender a esse objetivo, quatro ações serão realizadas.

Ação 1: Plano de Ação e Investimento – PAI

O Plano de Ação e Investimentos é um instrumento para definir as ações e os investimentos prioritários para realizar o PDA, ou seja, garante a implementação do Plano no município. O Termo de Referência determinou uma estrutura para o PAI, conforme abordado no Quadro 3.

Para a formatação do PAI, os seguintes itens deverão ser considerados: nomeação dos responsáveis, dimensão, objetivo, tema-ação, localização, meta (prevista e realizada), custo, prazo, indicador de resultados e fonte de recursos. O PAI deverá ser contemplado num prazo de 5 anos e ser avaliado anualmente, para revisão e atualização dessas informações.

Quadro 3: Estrutura do Plano de Ação e Investimentos

Responsável(is) (órgão/ unidade orçamentária)	Dimensão (função/ subfunção)	Objetivo (programa)	Tema- ação (projeto/ atividade)	Localização (especificar)	Meta (programação física) 1 – Prevista 2 – Realizada	Custo (despesa orçamentária)	Prazo	Indicador de resultado	Fonte de recurso (recursos orçamentários)

Fonte: Termo de Referência

Ação 2: Institucionalização do PDA

Para consolidar o PDA no município de Araucária, a empresa URBTECTM elaborará minutas de anteprojetos dos instrumentos jurídicos, conforme determina o Termo de Referência, citado abaixo:

Elaborar minutas de anteprojeto de revisão dos seguintes instrumentos jurídicos: i) Lei do Plano Diretor de Araucária que disponha, no mínimo, de diretrizes para o (re)ordenamento territorial (macrozoneamentos municipal e urbanos) e propostas para garantir os direitos a cidade sustentável; ii) perímetros urbanos e de áreas de expansão urbana; iii) uso e ocupação do solo urbano; iv) sistema viário; v) parcelamento do solo para fins urbanos; vi) regulamentações específicas para os instrumentos urbanísticos aplicáveis no território municipal; vii) Código de Edificações e Obras; viii) Código de Posturas Municipais; ix) (re)criação do Conselho Municipal do Plano Diretor conforme Resolução nº 13, de 16 de junho de 2004, do Conselho Nacional das Cidades; e, x) Decreto regulamentador dos procedimentos administrativos, fluxograma e formulários, necessários à organização dos trâmites para licenciamento das atividades relacionadas ao uso e ocupação do solo urbano.

Ação 3: Sistema de planejamento e gestão do PDA

Nesse item serão elaboradas propostas para o sistema de planejamento e gestão do PDA. As propostas devem contemplar os seguintes itens, conforme o Termo de Referência:

i) estrutura organizacional e atribuições das unidades administrativas competentes; ii) sistema de informações municipais; iii) perfil técnico da equipe municipal; iv) equipamentos e programas de informática; v) estrutura física, veículos e instrumentos de trabalho; e, vi) sistema de indicadores de monitoramento;

Ação 4: Estrutura organizacional

As propostas voltadas para a estruturação organizacional irão garantir o suporte administrativo necessário para implementação do PDA. Nesse aspecto, serão propostas alterações na legislação, sempre que necessário, para adequar a estrutura organizacional do município, os regimentos internos da Prefeitura Municipal e do Conselho Municipal do Plano Diretor ou outro (em caso de substituição). Além disso, deverá ser revisado o Plano de Cargos, Carreiras e Salários, bem como o Código Tributário e outras leis municipais relevantes.

4.5.4.2 Atividades

I. REUNIÃO TÉCNICA DE CAPACITAÇÃO 6

A 4ª Fase irá contar com duas reuniões técnicas de capacitação, sendo que a primeira irá ocorrer no início para definição dos procedimentos/atividades a serem desenvolvidos até a realização da quarta e última Audiência Pública do PDA. A segunda reunião auxiliará nos trabalhos para realização da Conferência de Revisão do PDA, descrita a seguir. Em ambos os eventos, a equipe responsável será a da empresa URBTEC™ e irá contar com a EC, ETC, CMPD e GA.

Nesse primeiro momento, os métodos e técnicas a serem discutidos correspondem aos aplicados na análise para definição do Plano de Ação e Investimentos, institucionalização do PDA, proposição de um sistema de planejamento e gestão do PDA e ajustes na estrutura organizacional, além da metodologia aplicada nas Oficinas de Leitura Técnica e Comunitária e na 4ª Audiência Pública.

II. REUNIÃO TÉCNICA PREPARATÓRIA 5

A primeira reunião técnica preparatória da 4ª Fase servirá para complementar e organizar dados e informações solicitados para realizar as atividades/eventos previstos até a 4ª Audiência Pública. Outra reunião deverá ocorrer para acertar os dados e informações da Conferência de Revisão do PDA. Esses eventos irão complementar as reuniões técnicas de capacitação, que tratam da metodologia.

III. OFICINA “LEITURA TÉCNICA” – “PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTO E INSTITUCIONALIZAÇÃO - PAI DO PDA”

A Oficina “Leitura Técnica” contará com a participação a EC, a ETM, representantes do poder executivo, membros do CMPD, o GA e representantes do Poder Legislativo (comissões temáticas). Terá como objetivo definir ações e investimentos prioritários para implementar o PDA, de modo a garantir mecanismos que darão continuidade ao plano. Além disso, as minutas de anteprojetos de lei do PDA e das leis urbanísticas deverão ser debatidas entre os técnicos de modo a garantir transparência e reverenciar os experts locais. Desse modo, será analisada e discutida a

proposta do sistema de planejamento e gestão do PDA, assim como, ajustes na estrutura organizacional existente em Araucária.

IV. OFICINA COMUNITÁRIA – “PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTO – PAI E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PDA”

As mesmas atividades discutidas na Oficina “Leitura Técnica” ocorrerão na Oficina Comunitária, no entanto dessa vez a população e as associações representativas dos vários segmentos da sociedade terão espaço para exercer seu direito a manifesto e defesa de seus ideais. Cabe ressaltar que a URBTECTM será responsável pelo evento e contará com a participação do facilitador para auxiliar nos debates e garantir a plena participação dos interessados.

V. 4ª AUDIÊNCIA PÚBLICA – “PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTO - PAI E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PDA”

A última audiência pública abordará todo o conteúdo elaborado na 4ª Fase, entregue com pelo menos quinze dias de antecedência da realização do evento. Em síntese, deverá tratar das ações e investimentos necessários para a implementação do PDA, minutas de anteprojeto de lei e as leis urbanísticas, sistema de planejamento e gestão, assim como os ajustes propostos da estrutura organizacional. Essas análises devem considerar as Leituras Técnica e Comunitária realizadas anteriormente, conforme cronograma.

O evento deverá contar com a participação da EC, ETM, representantes dos poderes executivo e legislativo, CMPD, GA, representante do Ministério Público, população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade do município de Araucária. A empresa URBTECTM será responsável pelo andamento da 4ª Audiência Pública, devendo contar com a presença do facilitador.

VI. REUNIÃO TÉCNICA DE CONSOLIDAÇÃO 4

Após a quarta Audiência Pública, a primeira reunião técnica de consolidação da 4ª Fase auxiliará na compilação da versão Final do Produto 4, uma vez que os resultados do evento deverão ser aprovados ou não para serem inseridos no documento final. O

produto 4 consolidado será entregue junto aos outros produtos, antes da Conferência (Produto 5).

VII. REUNIÃO DE COORDENAÇÃO 6

A primeira reunião de coordenação da 4ª Fase auxiliará no andamento da Conferência de Revisão do PDA, devendo avaliar o andamento das atividades/eventos anteriores e realizar ajustes, quando necessários, para os próximos procedimentos. É de fundamental importância a participação da EC e da equipe consultora nesse evento, de modo a trabalharem juntas para otimizar as atividades previstas do PDA.

VIII. REUNIÃO TÉCNICA DE CAPACITAÇÃO 7

A última reunião técnica de capacitação do processo de revisão do PDA irá debater os métodos e técnicas a serem aplicados na Conferência de Revisão do PDA.

IX. REUNIÃO TÉCNICA PREPARATÓRIA 6

Para complementar a reunião técnica de capacitação, a reunião técnica preparatória irá organizar e complementar os dados e informações necessários para realizar a Conferência de Revisão do PDA.

X. CONFERÊNCIA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE ARAUCÁRIA –“PACTUAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE ARAUCÁRIA”

Após todos os preparativos, será realizada a Conferência de Revisão do Plano Diretor de Araucária. O evento irá apresentar a síntese de todos os quatro produtos elaborados ao longo da revisão do PDA, nas quatro fases, a ser entregue com 15 dias de antecedência, devendo ser pactuado no evento. A responsável será a equipe da URBTEC™, incluindo o facilitador, e os participantes que serão: EC, ETM, representantes do poder executivo, CMPD, GA, representantes do poder legislativo, representante do Ministério Público, população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade.

XI. REUNIÃO TÉCNICA DE CONSOLIDAÇÃO 5

A reunião técnica de consolidação terá como objetivo ajustar todos os documentos feitos para o Plano Diretor de Araucária, em função dos resultados da Conferência de Revisão do PDA.

XII. REUNIÃO DE COORDENAÇÃO 7

O último evento de revisão do PDA será a reunião de coordenação entre a EC e a equipe da URBTEC™. A reunião irá discutir o andamento de todas as atividades e eventos, realizando um *feedback* dos trabalhos, de modo a verificar se os objetivos foram alcançados.

4.5.4.3 Produtos

Na última Fase, serão desenvolvidos os produtos 4 e 5 de modo a encerrar as atividades de Revisão do PDA.

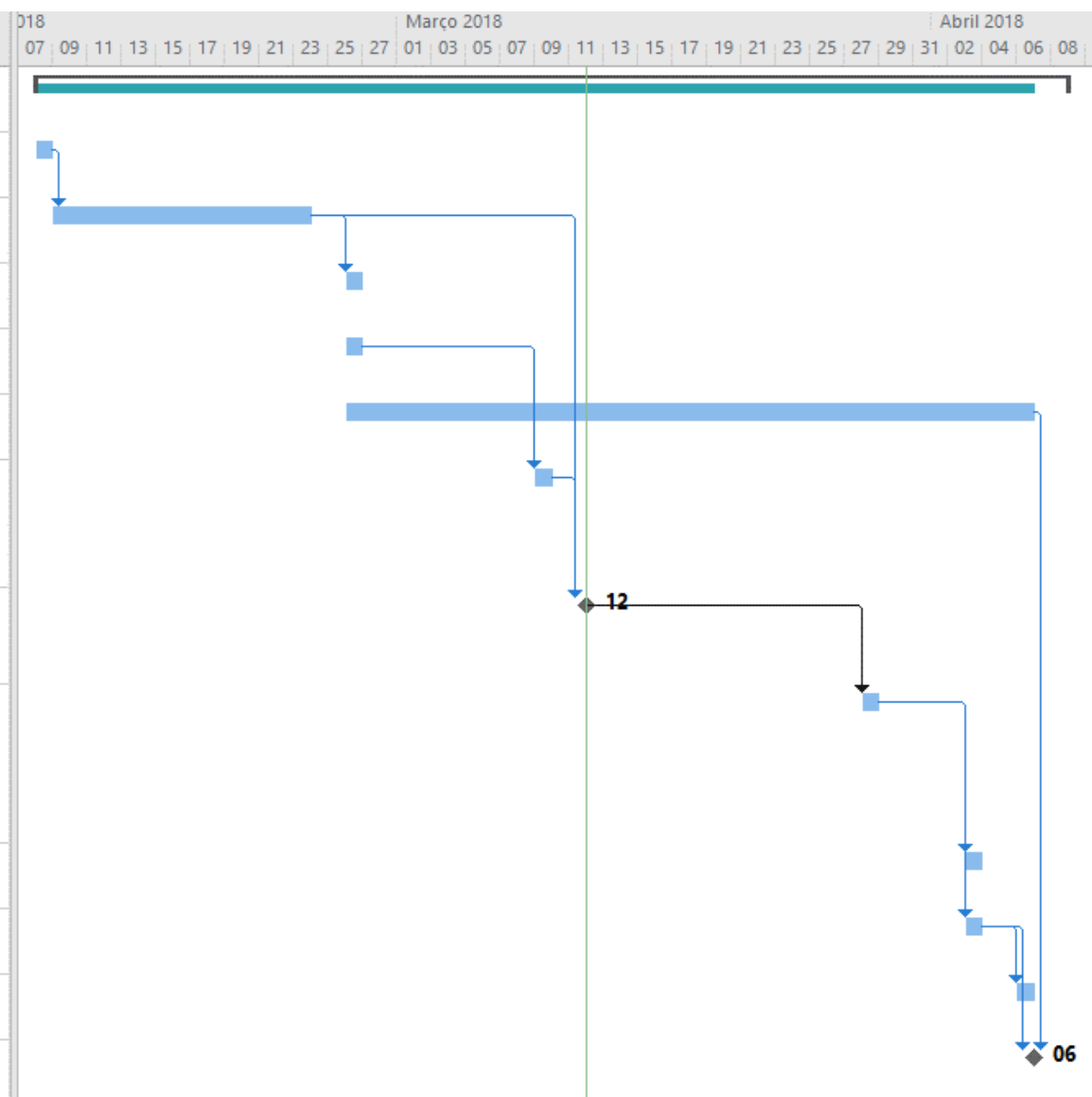
O “Produto 4 – Plano de Ação e Investimentos – PAI e Institucionalização do PDA” abordará todo o conteúdo elaborado na 4ª fase, isto é, o Plano de Ação e Investimentos – PAI, institucionalização do PDA, sistema de planejamento e gestão e estrutura organizacional. Além do relatório das atividades que inclui todas as reuniões e Oficinas realizadas, a 4ª Audiência Pública e a Conferência de Revisão do PDA. No Relatório das Atividades, deverá incluir, para cada evento realizado, a data e local, lista de presença, ata, pauta/programação, horário de início e fim, fotos, material de apoio, material instrucional, entre outros. O Produto 4 será entregue 15 dias antes da Audiência Pública desta fase e sua versão consolidada será encaminhada junto ao Produto 5 – versão preliminar.

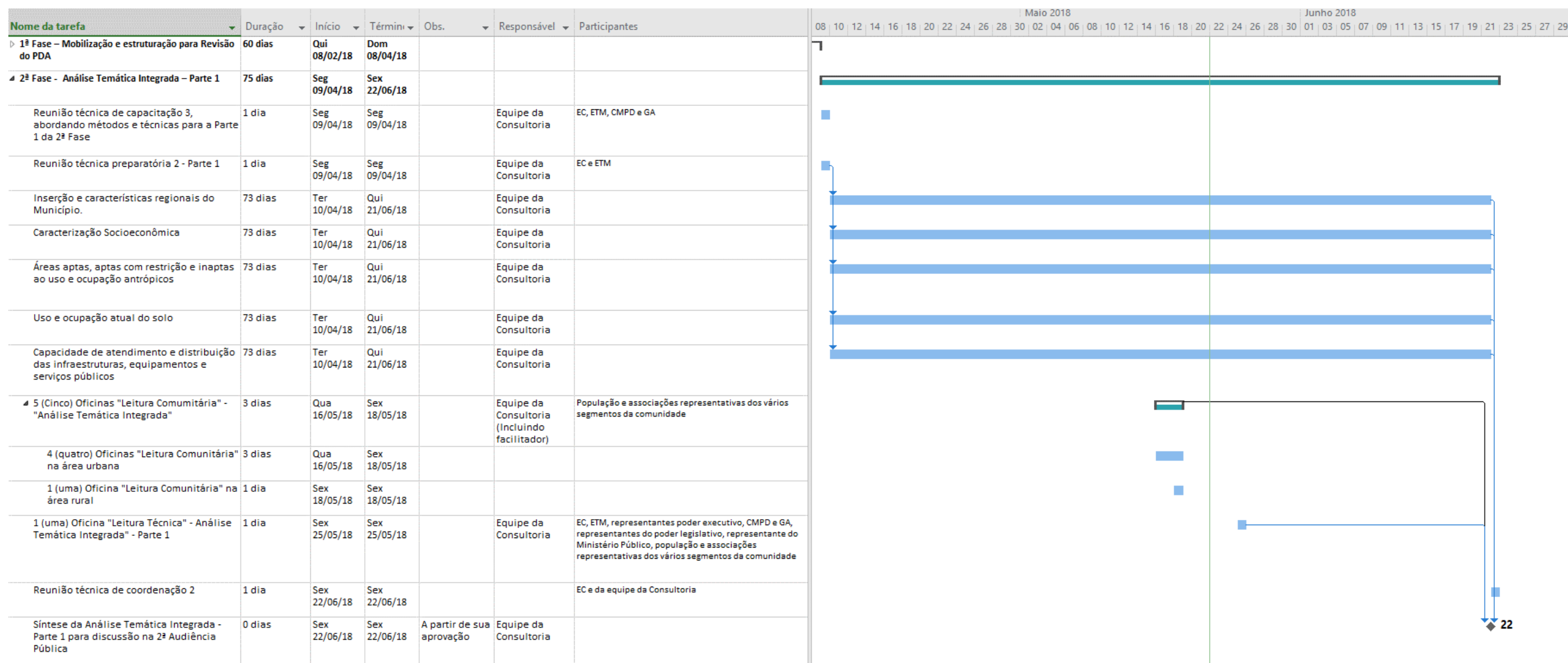
O Produto 5, último a ser entregue pela empresa URBTEC™, terá uma versão preliminar, abordando todos os quatro produtos, e também entregue com 15 dias de antecedência a Conferência da Revisão do Plano Diretor de Araucária “Pactuação do Plano Diretor de Araucária”. A versão final (consolidada) do Produto 5 será entregue após a reunião técnica de consolidação 5.

5 CRONOGRAMA FÍSICO E FLUXOGRAMA DAS ATIVIDADES

O cronograma para a Revisão do Plano Diretor do município de Araucária encontra-se descrito a seguir. O prazo máximo desse Plano é de trezentos e sessenta dias a contar da Ordem de Serviço, conforme previsto no Edital de Concorrência Pública nº 005/2017. Na sequência, é apresentada uma síntese de todos os eventos e atividades previstos para a revisão do Plano Diretor (ver Figura 13).

Nome da tarefa	Duração	Início	Término	Obs.	Responsável	Participantes	07	09	11	13	15	17	19	21	23	25	27	01	03	05	07	09	11	13	15	17	19	21	23	25	27	29	31	02	04	06	08	1
1ª Fase – Mobilização e estruturação para Revisão do PDA	60 dias	Qui 08/02/18	Dom 08/04/18																																			
Reunião técnica na assinatura do contrato de prestação de serviços	1 dia	Qui 08/02/18	Qui 08/02/18		Equipe de Coordenação	Equipe da Consultoria																																
Cronograma físico e Metodologia de Trabalho - versão preliminar	15 dias	Sex 09/02/18	Sex 23/02/18		Equipe da Consultoria																																	
Reunião técnica de capacitação 1	1 dia	Seg 26/02/18	Seg 26/02/18		Equipe da Consultoria	EC, ETM e CMPD																																
Reunião técnica Preparatória 1	1 dia	Seg 26/02/18	Seg 26/02/18		Equipe da Consultoria	EC e ETM																																
Planejamento e gestão urbana do município	40 dias	Seg 26/02/18	Sex 06/04/18		Equipe da Consultoria																																	
1 (uma) Oficina "Leitura Técnica" – "Avaliação do desempenho do planejamento e gestão urbana do município"	1 dia	Sex 09/03/18	Sex 09/03/18		Equipe da Consultoria	EC, ETM, representantes do poder executivo, membros do CMPD, representantes do poder legislativo e representante do Ministério Público																																
Síntese da "1ª Fase – Mobilização e estruturação para Revisão do PDA" para discussão na 1ª Audiência Pública	0 dias	Seg 12/03/18	Seg 12/03/18	A partir de sua aprovação	Equipe da Consultoria																																	
1ª Audiência Pública – "Convocação da população, associações representativas dos vários segmentos da comunidade, CMPD/GA e poder legislativo para participação do processo de Revisão do Plano Diretor de Araucária"	1 dia	Qua 28/03/18	Qua 28/03/18		Equipe da Consultoria (incluindo facilitador)	EC, ETM, representantes poder executivo, CMPD, representantes do poder legislativo, representante do Ministério Público, população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade;																																
Reunião técnica de capacitação 2	1 dia	Ter 03/04/18	Ter 03/04/18		Equipe da Consultoria	EC, ETM, CMPD e GA																																
Reunião técnica de consolidação 1	1 dia	Ter 03/04/18	Ter 03/04/18		Equipe da Consultoria	EC e ETM																																
Reunião de coordenação 1	1 dia	Sex 06/04/18	Sex 06/04/18			EC e da equipe da Consultoria																																
Entrega do Produto 1 - Mobilização e estruturação para Revisão do PDA	0 dias	Sex 06/04/18	Sex 06/04/18	A partir de sua aprovação	Equipe da Consultoria																																	



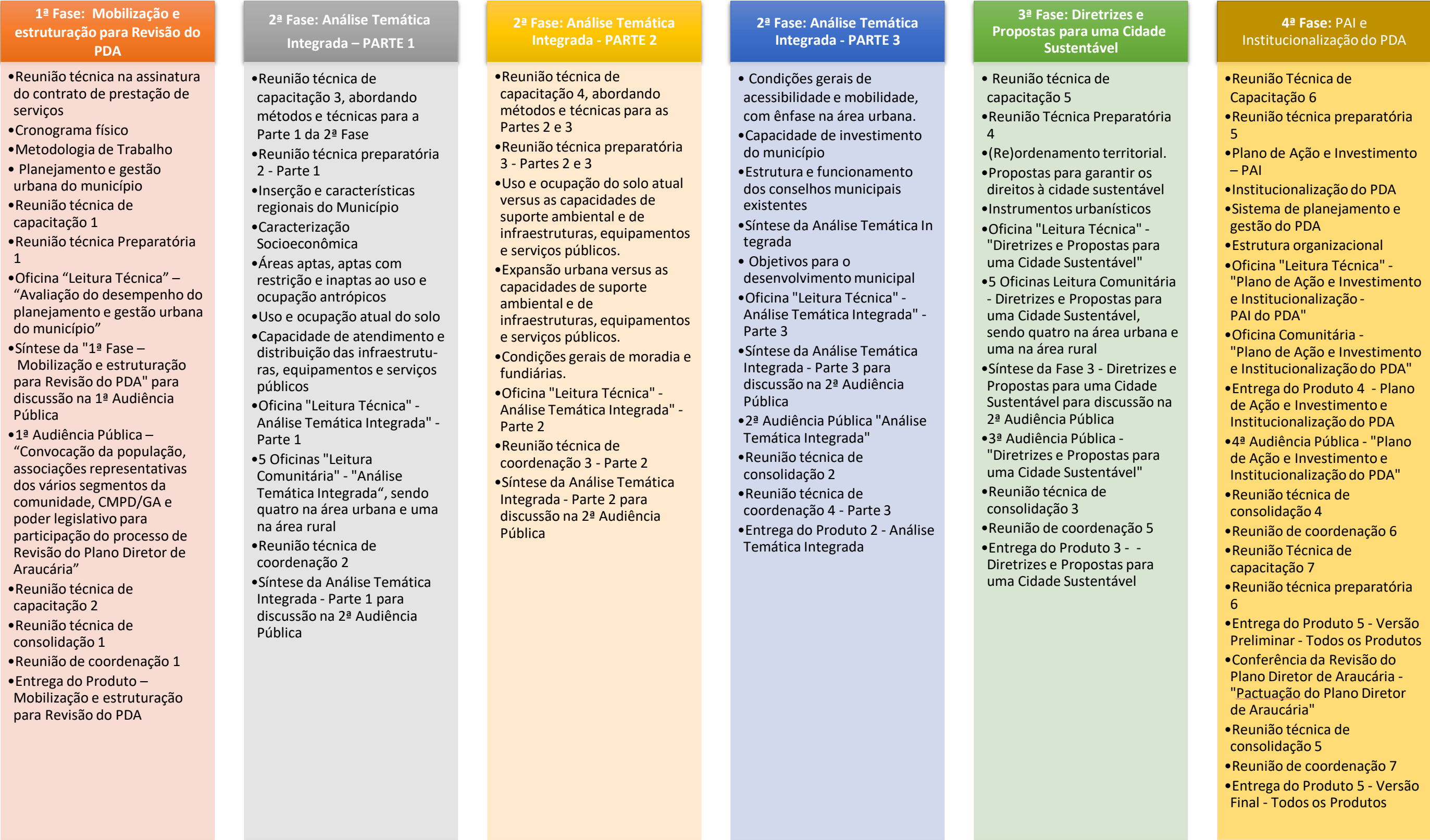


Nome da tarefa	Duração	Início	Término	Obs.	Responsável	Participantes	Julho 2018												Agosto 2018																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
							15	17	19	21	23	25	27	29	01	03	05	07	09	11	13	15	17	19	21	23	25	27	29	31	02	04	06	08																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
2ª Fase – Análise Temática Integrada - Parte 2	43 dias	Seg 25/06/18	Seg 06/08/18																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								

Nome da tarefa	Duração	Início	Término	Obs.	Responsável	Participantes	Outubro 2018												Novembro 2018																			
							19	21	23	25	27	29	01	03	05	07	09	11	13	15	17	19	21	23	25	27	29	31	02	04	06	08	10	12	14	16	18	20
3ª Fase – Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável	60 dias	Sex 21/09/18	Seg 19/11/18																																			
Reunião técnica de capacitação 5	1 dia	Seg 24/09/18	Seg 24/09/18		Equipe da Consultoria	EC, ETM, CMPD e GA																																
Reunião Técnica Preparatória 4	1 dia	Seg 24/09/18	Seg 24/09/18		Equipe da Consultoria	EC e ETM																																
1 (uma) Oficina "Leitura Técnica" - "Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável" (Re)ordenamento territorial.	1 dia	Seg 24/09/18	Seg 24/09/18		Equipe da Consultoria	EC, ETM, representantes do poder executivo, membros do CMPD, GA e representantes do poder legislativo (comissões temáticas),																																
Propostas para garantir os direitos à cidade sustentável	25 dias	Sex 21/09/18	Seg 15/10/18		Equipe da Consultoria																																	
Instrumentos urbanísticos	25 dias	Sex 21/09/18	Seg 15/10/18		Equipe da Consultoria																																	
5 (cinco) Oficinas Leitura Comunitária - Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável	3 dias	Seg 01/10/18	Qua 03/10/18		Equipe da Consultoria	População e associações representativas dos vários segmentos da comunidade																																
4 (quatro) Oficinas "Leitura Comunitária" na área urbana	3 dias	Seg 01/10/18	Qua 03/10/18																																			
1 (uma) Oficina "Leitura Comunitária" na área rural	1 dia	Qua 03/10/18	Qua 03/10/18																																			
Síntese da Fase 3 - Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável para discussão na 3ª Audiência Pública	25 dias	Sex 21/09/18	Seg 15/10/18	A partir de sua aprovação	Equipe da Consultoria																																	
Correção da Síntese da Fase 3 - Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável para discussão na 3ª Audiência Pública	4 dias	Seg 15/10/18	Qui 18/10/18		Prefeitura Municipal de Araucária																																	
Entrega e Publicação da Síntese da Fase 3 - Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável para discussão na 3ª Audiência Pública	5 dias	Qui 18/10/18	Seg 22/10/18	A partir de sua aprovação	Equipe da Consultoria e Prefeitura Municipal de Araucária																																	
3ª Audiência Pública - "Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável"	1 dia	Qua 07/11/18	Qua 07/11/18		Equipe da Consultoria (incluindo facilitador)	EC, ETM, representantes poder executivo, CMPD, GA, representantes do poder legislativo, representante do Ministério Público, população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade																																
Reunião técnica de consolidação 3	1 dia	Seg 12/11/18	Seg 12/11/18		Equipe da Consultoria	EC e ETM																																
Reunião de coordenação 5	1 dia	Seg 12/11/18	Seg 12/11/18			EC e da equipe da Consultoria																																
Entrega do Produto 3 - Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável	12 dias	Qui 08/11/18	Seg 19/11/18	A partir de sua aprovação	Equipe da Consultoria																																	

Nome da tarefa	Duração	Início	Término	Obs.	Responsável	Participantes	Dezembro 2018								Janeiro 2019							Fevereiro 2019				
							13	18	23	28	03	08	13	18	23	28	02	07	12	17	22	27	01	06	11	16
4ª Fase – Plano de Ação e Investimento - PAI e Institucionalização do PDA	104 dias	Qua 14/11/18	Seg 25/02/19																							
Reunião Técnica de Capacitação 6	1 dia	Qua 14/11/18	Qua 14/11/18		Equipe da Consultoria	EC, ETM, CMPD e GA																				
Reunião técnica preparatória 5	1 dia	Qua 19/12/18	Qua 19/12/18		Equipe da Consultoria	EC e ETM																				
1 (uma) Oficina "Leitura Técnica" - "Plano de Ação e Investimento e Institucionalização - PAI do PDA"	1 dia	Qua 14/11/18	Qua 14/11/18		Equipe da Consultoria	EC, ETM, representantes do poder executivo, membros do CMPD e GA e representantes do poder legislativo (comissoes tematicas)																				
1 (uma) Oficina Comunitária - "Plano de Ação e Investimento - PAI e Institucionalização do PDA"	1 dia	Qua 14/11/18	Qua 14/11/18		Equipe da Consultoria	População e associações representativas dos vários segmentos da comunidade																				
Plano de Ação e Investimento – PAI	13 dias	Qua 14/11/18	Seg 26/11/18		Equipe da Consultoria																					
Institucionalização do PDA	13 dias	Qua 14/11/18	Seg 26/11/18		Equipe da Consultoria																					
Sistema de planejamento e gestão do PDA	13 dias	Qua 14/11/18	Seg 26/11/18		Equipe da Consultoria																					
Estrutura organizacional	13 dias	Qua 14/11/18	Seg 26/11/18		Equipe da Consultoria																					
Síntese Produto 4 - Plano de Ação e Investimento - PAI e Institucionalização do PDA	13 dias	Qua 14/11/18	Seg 26/11/18	A partir de sua aprovação	Equipe da Consultoria																					
Correção do Produto 4 - Plano de Ação e Investimento - PAI e Institucionalização do PDA	4 dias	Seg 26/11/18	Qui 29/11/18		Prefeitura Municipal de Araucária																					
Entrega e Publicação do Produto 4 - Plano de Ação e Investimento - PAI e Institucionalização do PDA	5 dias	Qui 29/11/18	Seg 03/12/18	A partir de sua aprovação	Equipe da Consultoria e Prefeitura Municipal de Araucária																					
4ª Audiência Pública - "Plano de Ação e Investimento - PAI e Institucionalização do PDA"	1 dia	Qua 19/12/18	Qua 19/12/18		Equipe da Consultoria (incluindo facilitador)	EC, ETM, representantes poder executivo, CMPD, GA, representantes do poder legislativo, representante do Ministério Público, população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade																				
Reunião técnica de consolidação 4	1 dia	Sex 21/12/18	Sex 21/12/18		Equipe de Consultoria	EC e ETM																				
Reunião de coordenação 6	1 dia	Sex 21/12/18	Sex 21/12/18			EC e da equipe da Consultoria																				
Entrega Final Produto 4	14 dias	Qui 20/12/18	Qua 02/01/19																							
Reunião Técnica de capacitação 7	1 dia	Qua 14/11/18	Qua 14/11/18		Equipe da Consultoria	EC, ETM, CMPD e GA																				
Reunião técnica preparatória 6	1 dia	Seg 21/01/19	Seg 21/01/19		Equipe da Consultoria	EC e ETM																				
Entrega do Produto 5 - Versão Preliminar - Todos os Produtos	0 dias	Sex 04/01/19	Sex 04/01/19	A partir de sua aprovação	Equipe da Consultoria																					
Conferência da Revisão do Plano Diretor de Araucária - "Pactuação do Plano Diretor de Araucária"	1 dia	Sáb 26/01/19	Sáb 26/01/19		Equipe da Consultoria (incluindo facilitador)	EC, ETM, representantes do poder executivo, CMPD, GA, representantes do poder legislativo, representante do Ministério Público, população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade																				
Reunião técnica de consolidação 5	1 dia	Seg 18/02/19	Seg 18/02/19		Equipe de Consultoria	EC e ETM																				
Reunião de coordenação 7	1 dia	Seg 18/02/19	Seg 18/02/19			EC e da equipe da Consultoria																				
Entrega do Produto 5 - Versão Final - Todos os Produtos	29 dias	Seg 28/01/19	Seg 25/02/19	A partir de sua aprovação	Equipe de Consultoria																					

Figura 13: Etapas do processo de Revisão do Plano Diretor de Araucária



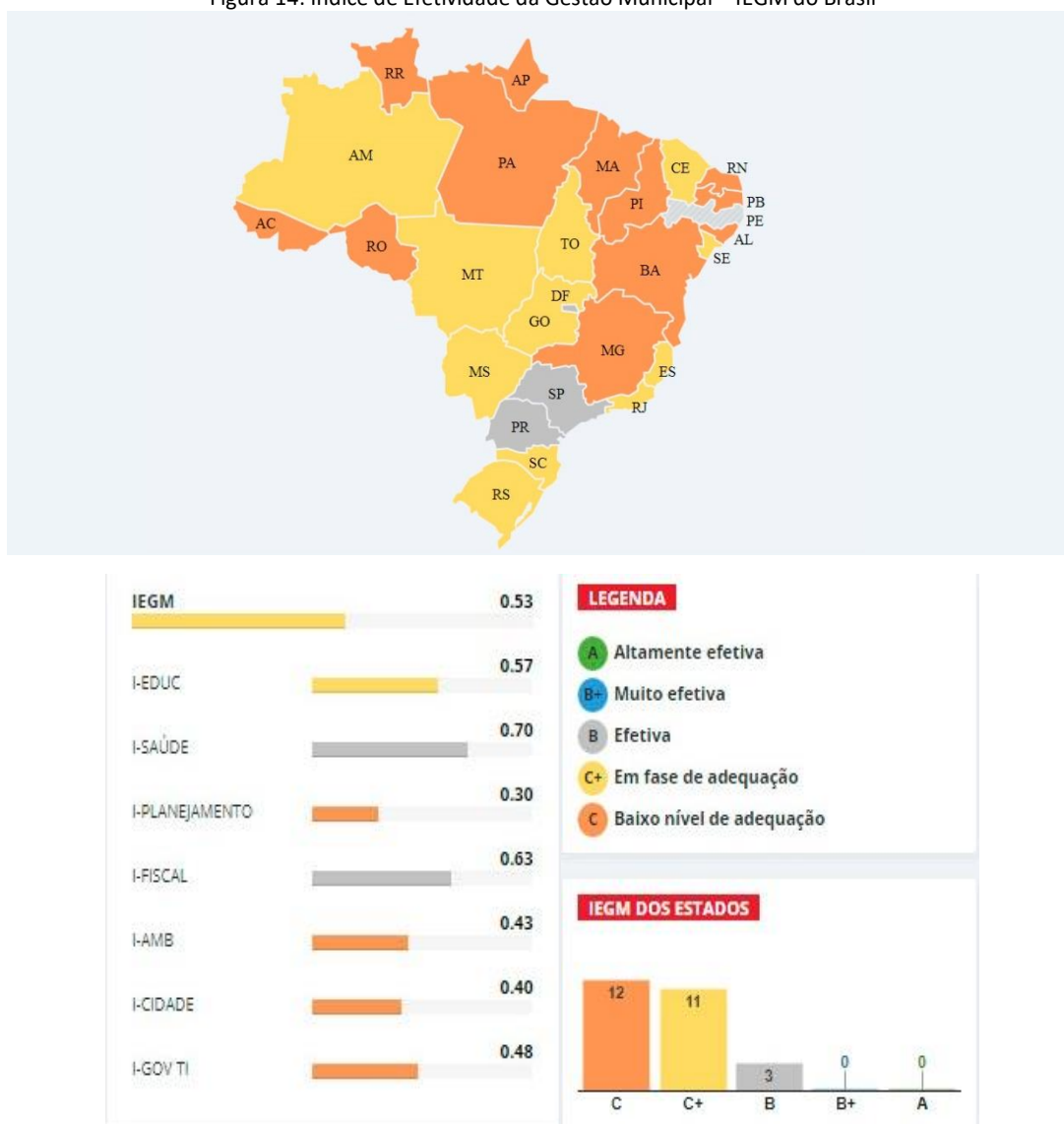
Fonte: URBTEC™ (2018).

6 PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA DE ARAUCÁRIA

Preliminarmente, é importante ressaltar a existência de várias possibilidades de análise da capacidade de gestão municipal, como por exemplo a adoção de indicadores já disponíveis. Uma das análises existentes para o município de Araucária é o Índice de Efetividade da Gestão Municipal - IEGM BRASIL do Instituto Rui Barbosa (IRB), uma ferramenta destinada a mensurar a eficácia das políticas públicas municipais, proporcionando múltiplas visões sobre a gestão municipal em sete dimensões do orçamento público, selecionadas a partir de sua posição estratégica no contexto das finanças públicas: Educação; Saúde; Planejamento; Gestão Fiscal; Meio Ambiente; Cidades Protegidas; e Governança em Tecnologia da Informação.

A Figura 14 mostra o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM), em uma escala de baixo nível de adequação à altamente efetiva, dos estados brasileiros. Nota-se a grande falta de efetividade, visto que 12 (doze) estados possuem baixo nível de adequação, 11 (onze) estão em fase de adequação e apenas 3 (três), sendo um deles o Paraná, possuem o IEGM efetivos.

Figura 14: Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM do Brasil



Fonte: Instituto Rui Barbosa (IRB - 2016)

Este tipo de avaliação permite uma visão ampla da condição do município, no contexto nacional e regional, da qualidade de seus gastos públicos, dos investimentos realizados, e da efetividade das políticas públicas.

A Figura 15 traz uma comparação dos índices atribuídos para o município de Araucária em relação, tanto a Curitiba, bem como a nível regional e nacional, a saber:

Figura 15: Comparação do Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM

Município	IEGM	i-Educ.	i-Saúde	i-Planej	i-Fiscal	i-Amb	i-Cidade	i-Gov-TI
Brasil	C+	C+	B	C	B	C	C	C
Paraná	B	B	B+	C	B+	C+	C+	C+
Curitiba	B+	B	B+	C	B+	A	A	B
Araucária	B	B	B	C	B	A	B	B

i-Educ/IEGM Brasil - ações da gestão pública municipal relativos à educação infantil e Ensino Fundamental, com foco em aspectos relacionados à infraestrutura escolar.

i-Saúde/ IEGM Brasil - resultado das ações da gestão Pública Municipal no atendimento à população

i-Planejamento/IEGM Brasil - consistência entre o que foi planejado e o efetivamente executado + coerência entre as metas físicas alcançadas e os recursos empregados

i-Fiscal/IEGM Brasil - gestão fiscal por meio da análise da execução financeira e orçamentária, da transparência da administração municipal e da obediência aos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

i-Amb/IEGM Brasil - resultado das ações relacionadas ao meio ambiente que impactam a qualidade dos serviços e a vida das pessoas - informações sobre resíduos sólidos, saneamento básico, educação ambiental, estrutura ambiental e conselho ambiental.

i-Cidade/IEGM Brasil - Proteção dos Cidadãos

i-Gov TI/IEGM Brasil - conhecimento e o uso dos recursos de Tecnologia da Informação em favor da sociedade.

Fonte: Instituto Rui Barbosa (IRB)

Por sua vez, o IBGE, em sua caracterização do Perfil dos Municípios Brasileiros², realiza uma Pesquisa de Informações Básicas Municipais e estrutura a organização de dados relativos aos seguintes temas: (I) Planejamento Urbano; (II) Recursos para a Gestão Municipal; (III) Terceirização e Informatização; e (IV) Gestão Ambiental. Cabe ressaltar que essa descrição foi elaborada para o município de Araucária em 2015 e os resultados expressam a existência ou não da legislação.

Segundo dados do IBGE, em 2015 o município possuía as legislações abaixo grifadas, em forma de leis específicas ou como parte integrante do Plano Diretor Municipal.

Tema I - Planejamento Urbano

Caracterização do órgão gestor do planejamento urbano no município

² Material disponível em:

https://munic.ibge.gov.br/sel_tema.php?periodo=2015&municipio=4101804&UF=41

1. Informações sobre o gestor
2. **Plano Diretor**
3. Demais instrumentos:
 - **Legislação sobre área e/ou zona especial de interesse social**
 - **Lei de perímetro urbano**
 - **Legislação sobre parcelamento do solo**
 - **Legislação sobre zoneamento ou uso e ocupação do solo**
 - **Legislação sobre solo criado ou outorga onerosa do direito de construir**
 - **Legislação sobre estudo de impacto de vizinhança**
 - **Código de obras**
 - Legislação sobre operação urbana consorciada
 - Legislação sobre regularização fundiária
 - Legislação sobre servidão administrativa
 - Legislação sobre tombamento
 - Legislação sobre unidade de conservação
 - Legislação sobre concessão de uso especial para fins de moradia
 - Legislação sobre usucapião especial de imóvel urbano
 - Legislação sobre direito de superfície
 - Legislação sobre a legitimação de posse
 - Legislação sobre estudo prévio de impacto ambiental
 - **Legislação sobre zona e/ou área de especial interesse**
 - Legislação sobre contribuição de melhoria
 - Legislação sobre zoneamento ambiental ou zoneamento ecológico-econômico

Em análise quantitativa o Município de Araucária possui o equivalente a 45% dos documentos listados pelo IBGE. Quanto a efetividade dessa legislação, isto é, a capacidade de atender as expectativas da população, a percepção dos técnicos locais será comentada mais a frente neste documento (resultado do questionário). Já a percepção da comunidade, bem como a da equipe técnica consultora, só serão possíveis após a execução e consolidação das próximas fases da revisão do Plano Diretor Municipal.

Tema II - Recursos para Gestão Municipal

1. Cadastro do IPTU e ISS
2. Taxas instituídas
3. Implantação de Empreendimentos
4. Arranjo produtivo local e Território de cidadania

Para estas questões os dados divulgados pelo IBGE³ demonstram que o município conta com os cadastros de IPTU, ISS e Planta Genérica de Valores informatizados, porém as atualizações dos dois primeiros itens são do ano de 1997 e do último de 1993.

Em relação as Taxas, dentre elas iluminação pública, coleta de lixo, incêndio ou combate a sinistro, limpeza urbana, poder de polícia e outros tipos de taxa, o município deixa apenas de cobrar a de limpeza urbana.

No que diz respeito a implantação de empreendimentos o único mecanismo utilizado, quando da realização do levantamento era a isenção de ISSQN, sendo beneficiados empreendimentos voltados a comércio e serviços.

Em 2015 o município de Araucária não contava com nenhum arranjo produtivo local. A leitura relativa a Território de cidadania não se aplica ao município, por este não se enquadrar no recorte determinado pelo Governo federal.

Tema III - Terceirização e Informatização

1. A prefeitura, no ano de 2014, contratou
2. Atividades terceirizadas, mesmo que parcialmente
3. Atividades informatizadas

No que diz respeito a este item, segundo o IBGE, a Prefeitura Municipal de Araucária não soube informar sobre contratações realizadas para diversas assessorias, informou a contratação mesmo que parcial de alguns serviços como coleta de resíduos e limpeza urbana, por exemplo, enquanto sobre as atividades informatizadas atendia a todos os itens, dentre eles cadastros e bancos de dados bem como controle da execução orçamentária e folha de pagamento.

³ IBGE. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/araucaria/pesquisa/1/21682>>.

Tema IV - Gestão Ambiental

1. Base cartográfica digitalizada
2. Sistema de Informação Geográfica
3. O município iniciou o processo de elaboração da Agenda 21 Local
4. O município realiza licenciamento ambiental
5. O município implantou o Cadastro Ambiental Rural - CAR

No que diz respeito à Gestão Ambiental os dados, do IBGE para 2015, demonstram que o Município respondeu positivamente a 60% dos itens, atende aos itens 1, 2 e 3. Cabe destacar, que o Licenciamento Ambiental, foi implantado em 2016 com a Portaria nº 152 de 25 de julho de 2016.

Estas informações, dentre outras sobre o Município, podem ser conferidas e analisadas detalhadamente em: <https://munic.ibge.gov.br/>

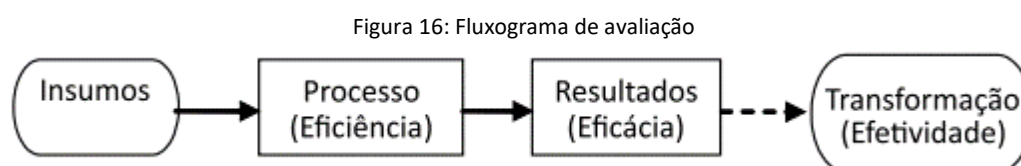
No que diz respeito a avaliação da gestão, o Município de Araucária pode contar ainda com o documento: INSTRUMENTO DE AUTOAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA – IAGP 250 Pontos - GUIA PRÁTICO DE APLICAÇÃO, do ano de 2016, do PROGRAMA NACIONAL DE GESTÃO PÚBLICA E DESBUROCRATIZAÇÃO – GESPÚBLICA, MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO.

Este documento, disponível em: <http://www.gespublica.gov.br/>, busca “orientar os avaliadores internos das organizações públicas brasileiras, nos processos de avaliação e melhoria da gestão e de elaboração e implementação de planos de melhoria da gestão” e, embora revogado a partir da publicação do Decreto 9.094/17, apesar de não estar sendo atualizado, serve para consultas ao material pertinente ao Programa, incluindo a biblioteca de documentos, listas de organizações dessas e outros.

A elaboração deste documento foi fundamentada considerando: Pensamento sistêmico; Aprendizado organizacional; Cultura da inovação; Liderança e constância de propósitos; Orientação por processos e informações; Visão de futuro; Geração de valor; Comprometimento com as pessoas; Foco no cidadão e na sociedade; Desenvolvimento

de parcerias; Responsabilidade social; Controle social; Gestão participativa; e Agilidade, podendo, portanto, colaborar efetivamente para a autogestão municipal.

A definição de um modelo proposto pelo próprio município para a avaliação e monitoramento das suas condições de planejamento e gestão também apresenta-se como alternativa, desde que levando sempre em conta a busca da efetividade, ilustrada aqui pelo esquema proposto por SANO. H.; MONTENEGRO FILHO, M. J. F. (2013):



Fonte: SANO. H.; MONTENEGRO FILHO, M. J. F. (2013)

Segundo estes autores, a Eficiência seria lida a partir da comparação com iniciativas similares ou com o planejado; a Eficácia pela verificação se as metas propostas foram atingidas; e a Efetividade pela vinculação das mudanças, caso tenham ocorrido as ações empreendidas.

No entendimento de que as análises externas aqui apresentadas, atendem sua função de compreensão do município no contexto nacional, porém, não são suficientes - e nem ao menos tangíveis, no que diz respeito a uma leitura que possibilite a indicação das ações necessárias, para uma melhor estruturação do município de Araucária, no que diz respeito ao planejamento e gestão; de que análises quantitativas voltadas ao levantamento da existência de departamentos e secretarias, bem como número de servidores e cargos, tanto quanto de equipamentos, não poderiam alcançar o objetivo de avaliar o planejamento e gestão locais; opta-se pela utilização de um questionário como metodologia.

A aplicação do questionário proposto pela consultora, elaborado com base em documentos formais e especificidades do próprio município de Araucária, busca, portanto, aproximar possíveis análises, da realidade local atual, utilizando-se para tanto, do ponto de vista do técnico municipal, elemento chave, como ator operante (e determinante) nos processos em questão.

A avaliação de desempenho do planejamento e gestão urbana, do município de Araucária, compreendeu três fases bem definidas que, embora sejam distintas uma da outra, estão diretamente relacionadas, a saber:

- a) Análise Legislativa, entendida como a análise e interpretação do Plano Diretor, Lei Complementar n.º 5 de 2006, bem como de toda legislação correlata ao tema;
- b) Elaboração e aplicação de questionário aos gestores públicos sobre os temas de competência de cada área;
- c) Análise dos dados colhidos no item anterior.

Preliminarmente à explanação sobre a avaliação de desempenho e suas fases, importante se faz tecermos algumas considerações sobre a metodologia utilizada nestas ações.

Para a organização do questionário e sua estratégia de aplicação, foi utilizado como base a leitura do Plano Diretor Municipal (Lei Complementar Nº 5/2006) e legislações complementares ao plano, a serem citadas no decorrer dos temas avaliados.

O quadro abaixo foi organizado com o intuito de permitir uma análise mais refinada sobre a competência dos setores da Prefeitura Municipal de Araucária, suas atribuições e áreas pertinentes, de acordo com a Lei nº 1547/2005, que permitiu um melhor direcionamento dos questionários, considerando, inclusive, a indicação da necessidade de ações conjuntas entre setores.

COMPETÊNCIAS POR SETOR

CAPÍTULOS		SEÇÕES	objetivos	ações estratégicas	competências						
			33								
I - DA POLÍTICA DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO			4	18							
II - DA POLÍTICA DE SISTEMA VIÁRIO			9	16							
III - DA POLÍTICA DE TRANSPORTE COLETIVO			5	7							
IV - DA POLÍTICA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA			2	4							
V - DA POLÍTICA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO			1	8							
VI - DA POLÍTICA DE DRENAGEM PLUVIAL			2	9							
VII - DA POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE			21								
I - DOS RESÍDUOS SÓLIDOS			9	15							
II - DO CONTROLE DA POLUIÇÃO AMBIENTAL			1	8							
III - DOS RECURSOS HÍDRICOS			2	6							
IV - DA COBERTURA VEGETAL			3	11							
V - DA QUALIDADE DO AR			3	10							
VIII - DA POLÍTICA DE HABITAÇÃO			2	11							
IX - DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			8								
I - DA DEMOCRATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL			7								
II - DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE			4								
III - DO IDOSO			2								
IV - DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS			3								
X - DA POLÍTICA DA SAÚDE			3	12							
XI - DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO			17								
I - EDUCAÇÃO INFANTIL			2								
II - DO ENSINO FUNDAMENTAL			8								
III - DA EDUCAÇÃO ESPECIAL			2								
IV - DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS			3								
V - DO ENSINO MÉDIO			4								
XII - DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E VALORIZAÇÃO CULTURAL			4	25							
XIII - DA POLÍTICA DE ESPORTE E LAZER			4	14							
I - DAS ÁREAS DE LAZER			2	6							
XIV - DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA			5	18							
XV - DA POLÍTICA ECONÔMICA			3	21							
I - DA AGROPECUÁRIA			3	16							
II - DA POLÍTICA DE TURISMO			3	8							
XVI - DA POLÍTICA DE ABASTECIMENTO PÚBLICO			9	11							
XVII - DA POLÍTICA DE FINANÇAS PÚBLICAS MUNICIPAIS			3	21							
XVIII - DA MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA			11	18							
			1								
INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO			12								
INSTRUMENTOS JURÍDICOS E URBANÍSTICOS			14								
INSTRUMENTOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA			3								
INSTRUMENTOS TRIBUTÁRIOS E FINANCEIROS			4								
INSTRUMENTOS JURÍDICOS ADMINISTRATIVOS			7								
INSTRUMENTOS DE DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO MUNICIPAL			8								
DO PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL			cria o conselho do plano diretor								
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS					SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER						
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL						
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO					SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA						
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E EMPREGO						
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO					SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO						
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO						
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE					SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS						
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES					COHAB						
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO					PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO						

Fonte: Plano Diretor Municipal de Araucária (2006) / Organizado por URBTEC™ (2018)

Além dos setores municipais, o questionário também foi disponibilizado para outras instituições, externas à estrutura da Prefeitura Municipal de Araucária, como a Associação Comercial, Ministério Público, a Câmara Municipal, dentre outras, o resultado porém (dois questionários respondidos) não foi suficiente para colaborar com a leitura aqui proposta.

A adesão ao questionário, pelos setores do município, encontra-se quantificada em formato de tabela, ver Figura 18.

Figura 18: Resultado de participação por setores

SETORES	RESP.
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	2
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	9
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO	6
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	5
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	7
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	7
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	4
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES	2
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	6
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	5
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	5
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	4
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E EMPREGO	3
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO	13
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	8
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS	3
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA	0
COHAB	7
TOTAL	96

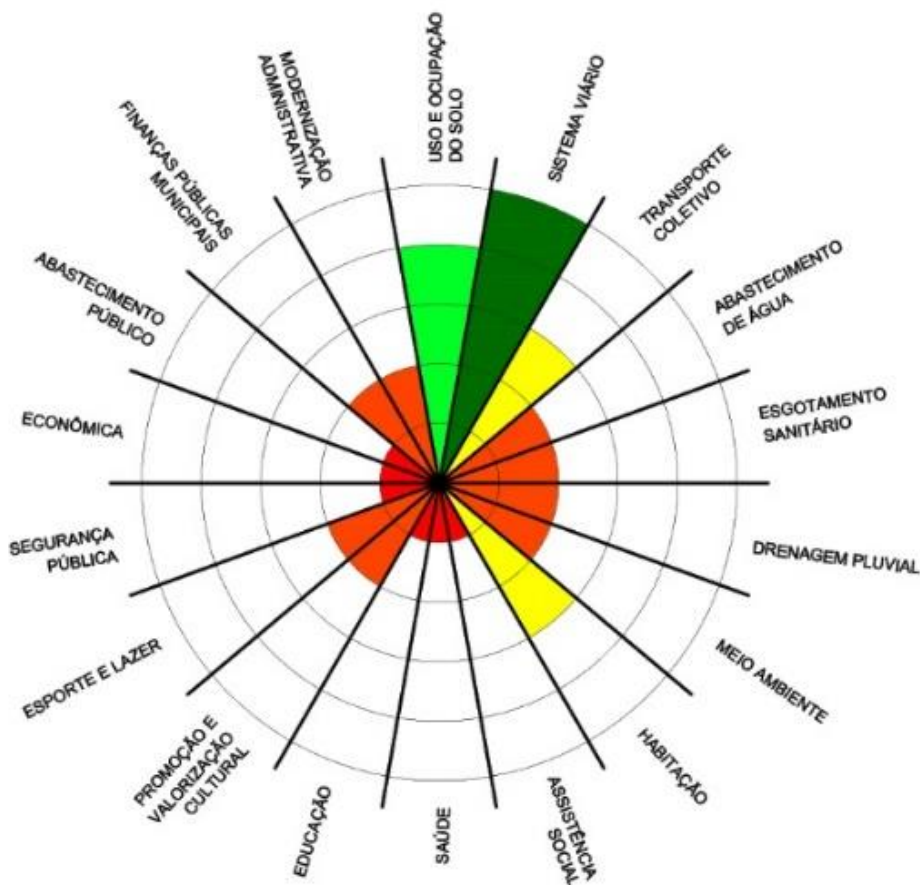
Fonte: URBTEC™ (2018)

Os 08 temas abordados versaram sobre os seguintes assuntos: Tema I - Objetivos, diretrizes e proposições do Plano Diretor de Araucária; Tema II - Implementação do Plano de Ação e Investimentos; Tema III - Regulamentação da Legislação Urbanística Vigente; Tema IV - Implementação dos instrumentos do Estatuto da Cidade; Tema V - Atividades de licenciamento e fiscalização do parcelamento do solo para fins urbanos, edificações e obras e localização e funcionamento das atividades econômicas, e ainda do cumprimento de demais posturas municipais; Tema VI - Sistema de planejamento e gestão do PDA vigente; Tema VII - Desempenho do Conselho Municipal do Plano Diretor – CMPD e Tema VIII - Provisão de infraestrutura e equipamentos e prestação de serviços públicos.

Apesar da disparidade de participação, como este questionário não objetivava identificar falhas pontuais e específicas em cada setor, mas sim apresentar um panorama geral da estrutura de planejamento e gestão da Prefeitura Municipal de Araucária, foi possível identificar os pontos comuns que demandam atenção por parte da gestão local.

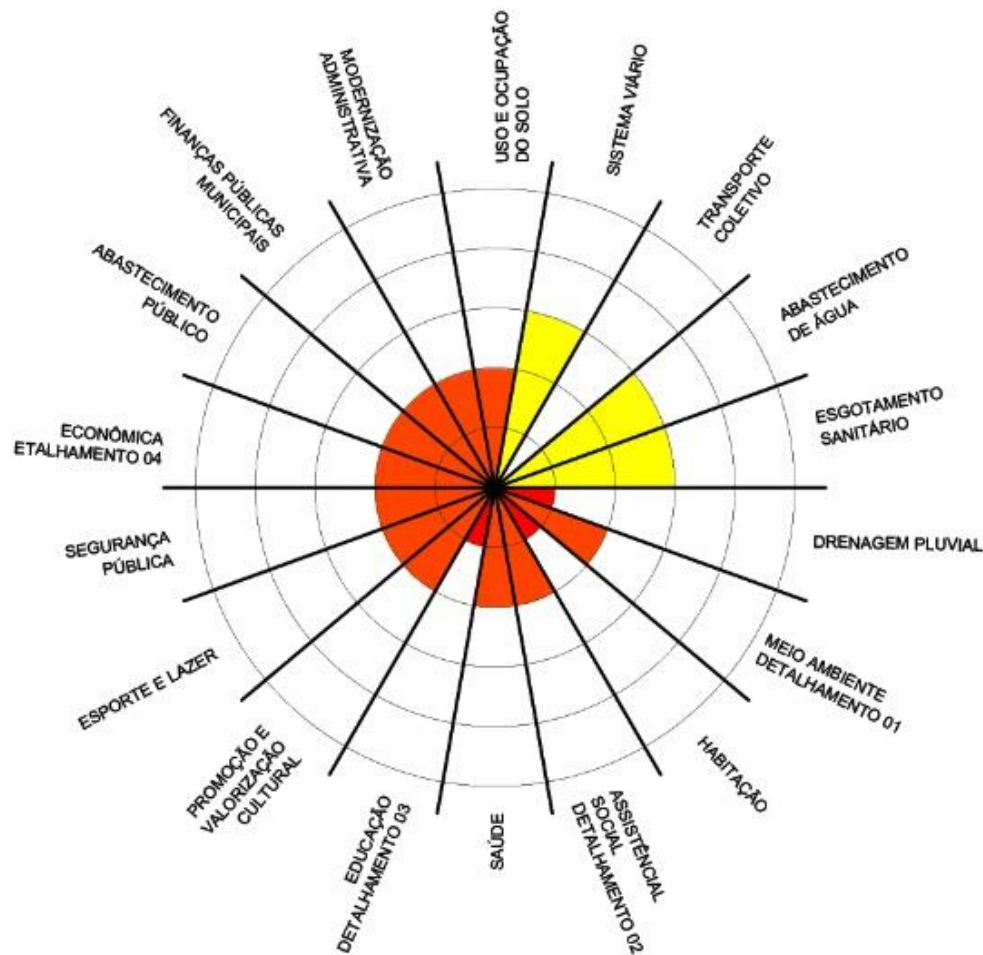
Esses dados, após tabulados, geraram gráficos circulares que permitem uma visualização mais clara e uma leitura específica, do conhecimento sobre os temas abordados, a efetividade das políticas setoriais adotadas e resultados de trabalhos em conjunto conforme ilustrado nas figuras 19, 20 e 21:

Figura 19: Secretaria Municipal de Planejamento – CONHECIMENTO: POLÍTICAS SETORIAIS



Fonte: URBTEC™ (2018)

Figura 20: Secretaria Municipal de Planejamento – EFETIVIDADE: POLÍTICAS SETORIAIS



Fonte: URBTEC™ (2018)

Figura 21: Secretaria Municipal de Planejamento – TRABALHO CONJUNTO: POLÍTICAS SETORIAIS



Fonte: URBTEC™ (2018)

Em um segundo momento estes dados foram reagrupados, de modo a permitir uma leitura mais abrangente sobre os temas versados, cujas avaliações obedeceriam a régua das 5 (cinco) graduações, que varia do “Não existente” (vermelho) ao “Excelente” (verde escuro), conforme apresentado no Quadro 1. Foi solicitado ao respondente que caso a nota atribuída a uma questão fosse inferior a 3 (três) – amarelo, laranja ou vermelho – fossem tecidas considerações, ficando as mesmas facultativas nos demais casos. Essas respostas foram compiladas e serão abordadas em momento oportuno, quando das análises dos resultados.

Os comentários das questões de baixa pontuação (na análise dos técnicos municipais respondentes) possibilitaram a elaboração de nuvens de TAGs, conforme

ilustramos a seguir, que permitem uma melhor visualização da percepção, por parte dos entrevistados, dos maiores problemas relacionados a cada um dos temas.

Figura 22: Questões Abertas – Nuvens de TAGs



Fonte: URBTEC™ (2018)

6.1 Tema I: Objetivos, diretrizes e proposições do Plano Diretor de Araucária

Os objetivos, diretrizes e proposições contidos no PDM são o cerne a ser consolidado pelos agentes públicos na busca do desenvolvimento de um município que busque atender às necessidades de seus munícipes. Desta forma, é determinante que este instrumento não se limite a uma carta genérica de “boas intenções”, deixando sua aplicabilidade a mercê da discricionariedade dos agentes políticos. Desta forma, é de suma importância que se estipule de forma clara, objetiva e detalhada, quais ações a serem tomadas para que se garanta a implementação do PDM.

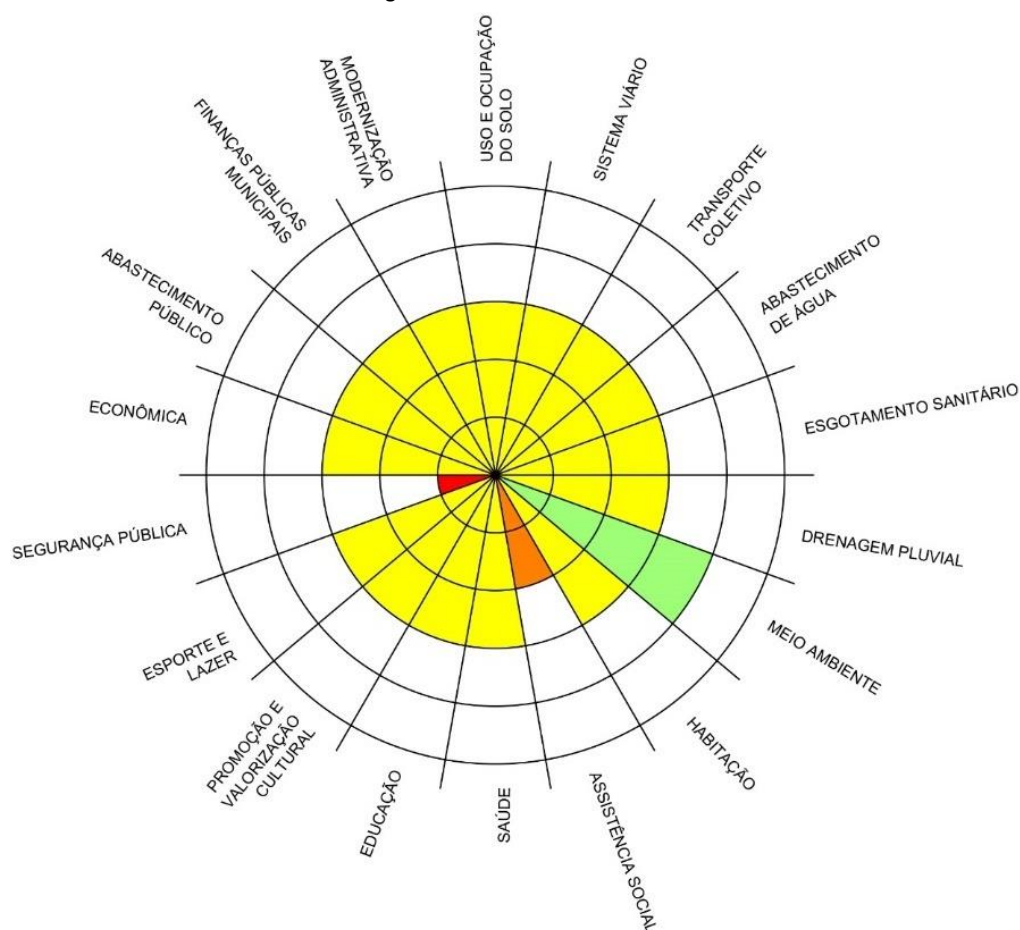
A dificuldade na construção de cenários e estratégias de intervenção, que traduzam o projeto da cidade que queremos, se mostra como um dos pontos cruciais da problemática do planejamento e gestão urbanos. Por isso, o PDM deve ser baseado em processos contínuos de negociação e de pactuação entre os diversos atores que

interagem sobre o território, objetivando uma maior efetividade das políticas a serem traçadas.

Desta forma, o questionário relativo ao TEMA 1 - Objetivos, diretrizes e proposições do Plano Diretor vigente em Araucária, foi abordado em dois blocos distintos. O primeiro versa sobre conhecimentos gerais dos temas relativos às políticas constantes do Plano Diretor Municipal vigente, bem como dos instrumentos de planejamento previstos em lei. O segundo trata de questões de competência específica de cada setor.

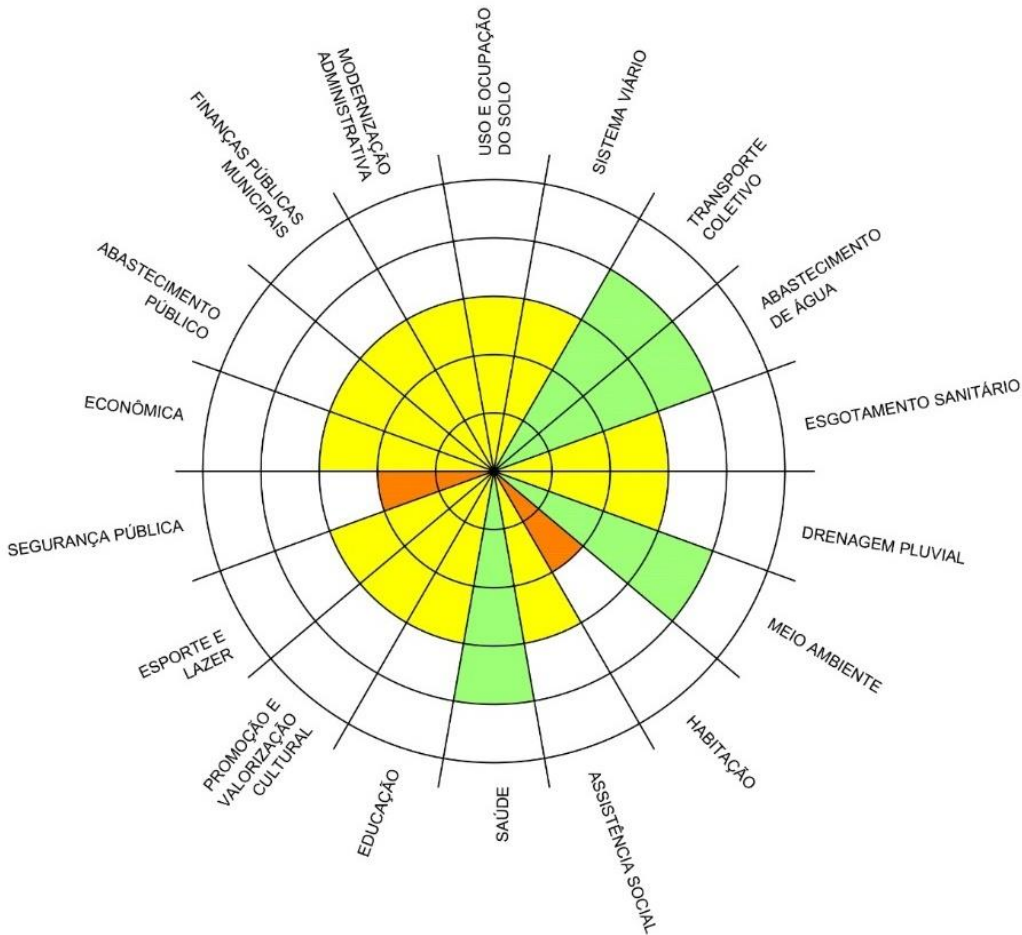
Para o TEMA 1, acima citado, foram gerados os gráficos a seguir, considerando Conhecimento, Efetividade e Trabalho em Equipe, que concentram resultados de diferentes setores para diferentes assuntos.

Figura 23: Conhecimento tema I



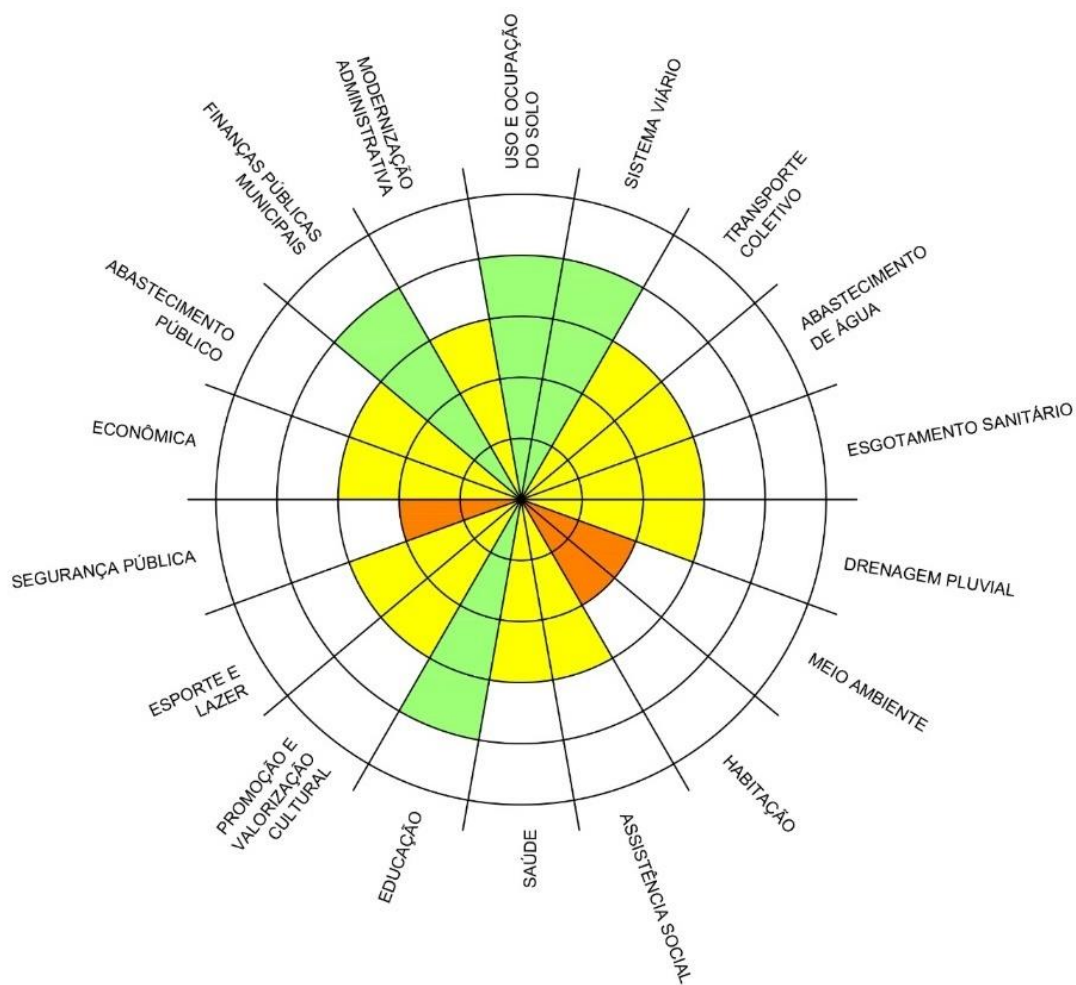
Fonte: URBTEC™ (2018)

Figura 24: Efetividade das políticas setoriais



Fonte: URBTEC™ (2018)

Figura 25: Trabalho em equipe – Políticas setoriais



Fonte: URBTEC™ (2018)

Da interpretação dos gráficos consolidados pode-se destacar a falta de interação entre as equipes técnicas dos setores municipais, percebida pelos entrevistados (predominância de cor amarela e laranja), o que pode comprometer o sucesso da gestão e da implantação das políticas públicas previstas no Plano Diretor. Sabe-se que o planejamento e a gestão urbana, para atingir sua efetividade e eficácia, dependem de uma soma de fatores, saberes e métodos, que somente são alcançados quando da reunião dos indivíduos, com diferentes formações profissionais, sob um foco determinado.

6.1.1 CONSIDERAÇÕES

Para melhor ilustrar os resultados obtidos em questionários, sobre o TEMA 01, foram analisadas, de forma sistemática, todas as observações trazidas em considerações (respostas abertas), as quais serviram de subsídios para avaliar a motivação da nota atribuída e transformada em gráfico com as maiores incidências de citações.

Figura 26: Nuvem de tags relacionada ao TEMA I



Fonte: URBTEC™ (2018)

No que tange as **Políticas de Uso e Ocupação do Solo** pode-se constatar, com base nas considerações apontadas pelos entrevistados, a ciência destes sobre a importância de um planejamento mais minucioso sobre o tema, bem como sobre a análise dos EIV's (Estudos de Impacto de Vizinhaça) de empreendimentos potencialmente impactantes.

Os entrevistados também apontaram o zoneamento atual como desatualizado para a demanda do município, sendo mencionado como causa impeditiva do desenvolvimento adequado deste, posto que a falta de regulamentação e a ausência de revisão, além de dificultar sua aplicabilidade, cria terreno fértil para interpretações

conflitantes em diversas situações, todas citadas pelos entrevistados, como por exemplo: nos casos das Zonas Residenciais - ZR's, que tornam mais difíceis as instalações de algumas atividades que poderiam funcionar em uma ZR de uso misto; o fato de não existir diferenciação de ZR, o que favorece o espraiamento da cidade ou, ainda, a situação onde a ZR não permite a instalação de escolas e outros equipamentos comunitários, em função do porte necessário. Ou seja, todas situações que indicam um aproveitamento deficitário do solo urbano.

Foram citados, também, questões relativas a ocupação do solo, com apontamentos específicos sobre a existência de construções irregulares, no meio urbano, bem como a ocupação e o fracionamento irregular do solo em áreas rurais, com áreas menores do que um módulo rural, gerando verdadeiras favelas em área rural.

Em síntese, das respostas obtidas, foi possível identificar a percepção de falta de efetividade. A legislação é considerada, pelos entrevistados, como sendo pouco conhecida e desatualizada visto que não acompanhou as mudanças do desenvolvimento da cidade.

No quesito **Política de Sistema Viário** ficou clara a percepção, por parte dos entrevistados, acerca da importância e do impacto desta política no planejamento da cidade, seja impedindo congestionamentos, facilitando fluxos ou ainda na otimização dos acessos ao município. É possível constatar uma preocupação, por parte de alguns dos respondentes, sobre o dimensionando das vias, em função dos usos e densidades de ocupação, relacionando a questão a potenciais estrangulamentos e filas, e a necessidade de adequação da infraestrutura às demandas.

Como possíveis dificuldades no setor há citação quanto as mudanças ocorridas em curto espaço de tempo no município, consideradas como ineficazes e inconsistentes com um bom planejamento do sistema, por parte dos entrevistados. Alguns respondentes apontam, ainda, a falta de clareza causada pela não implantação das diretrizes aprovadas na época de elaboração do Plano Diretor de 2006. O plano de mobilidade apresentado em 2017 também foi criticado pelas deficiências do diagnóstico e propostas de implantação, sob o ponto de vista dos entrevistados, sem uma análise

real da atual situação de mobilidade e do sistema viário do município, sendo descrito, por estes, como acanhado e com ausência de obra significativa, capaz de alterar a atual situação.

Por outro lado, houve indicações de boas perspectivas para a melhoria do sistema viário com a aprovação pela Câmara Municipal do plano de mobilidade (PlaMob). Há uma expectativa de que muitos dos problemas existentes sejam sanados, entre eles os relativos ao sistema viário. Sobre a **Política de Transporte Coletivo**, não foram abordadas considerações relativas ao tema.

Ao tratar da **Política de Abastecimento de Água** constata-se que mais de 90% do município é atendido por rede de abastecimento de água potável. No entanto, segundo os entrevistados, o Plano de Saneamento ainda não está sendo aplicado, com várias questões sem definição e investimentos que ainda não foram colocados na programação para execução.

As considerações tecidas pelos entrevistados indicam a inexistência de política pública que vise atender essa demanda na área rural, que atualmente conta com pouca, ou quase nenhuma, assistência nessa temática.

Críticas, inerentes a segurança hídrica, também foram apontadas: “apesar do município ser fornecedor de água, através de dois reservatórios, não tem uma mínima segurança hídrica devido à delegação do poder decisório à concessionária”. Há a preocupação de que concessionária não busque qualidade e universalidade no atendimento, sendo colocado por respondentes a existência de muitos pontos sem cobertura efetiva no município.

Sobre a **Política de Esgotamento Sanitário**, segundo os entrevistados, o sistema não atende todo o município, sendo que os mesmos indicam preocupação com o índice muito baixo de tratamento dos efluentes. Apontam para a falta de fiscalização para coibir as ligações clandestinas, a dificuldade em obter informações da concessionária. Destacam que as áreas de ocupações irregulares são um grande desafio para ampliação deste sistema. Nesse contexto, presume-se que a rede de coleta pública

ainda não alcança boa parte da população e os sistemas alternativos de tratamento (fossa séptica) são deficitários.

Há uma preocupação, por parte dos respondentes, com a desatualização do contrato de concessão, que na sua forma atual não traz metas significativas para a empresa exploradora do serviço, sendo inferiores às propostas no início do contrato.

Na questão da **Política de Drenagem Pluvial** os entrevistados apontaram para a inexistência de um mapeamento, de um planejamento do sistema de drenagem da cidade. Segundo estes, as políticas públicas neste setor são de caráter emergencial e pontual, solucionando os problemas conforme a demanda. Considerações apontam que muitas regiões ainda se encontram sem o devido atendimento e que ocorrem problemas de drenagem em diversos pontos da cidade, oriundos, muitas vezes, da alteração da taxa de permeabilidade, de forma discricionária, pelos empreendimentos imobiliários.

A questão da drenagem urbana foi abordada no Plano Municipal de Saneamento Básico, porém a questão do saneamento no município encontra-se segmentada nas atribuições das Secretarias: de Água e Esgoto (SMUR), de Resíduos Sólidos (SMMA) e de Drenagem (SMOP). A sugestão citada pelos aderentes ao questionário foi a criação de uma Superintendência de Saneamento Básico, para aglutinar todos esses serviços, reforçando a falta de integração das equipes da prefeitura nessa temática.

No que diz respeito à **Política de Meio Ambiente**, observa-se o apontamento para a questão da coleta e correta destinação do lixo. Os entrevistados apontam que apesar do sistema ser um dos melhores serviços prestados pelo município, pesquisa com a população demonstra que é necessário aprimorar a separação do lixo reciclável nas residências e procurar outras alternativas para os aterros sanitários.

Sobre a **Política de Resíduos Sólidos**, não foram apresentadas considerações relativas ao tema, apesar de inserida no Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB de Araucária por meio do Planejamento Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS.

Inerente às **Políticas de Controle da Poluição Ambiental** destaca-se, das considerações trazidas, que a fiscalização ambiental está mais estruturada e com menos interferências políticas.

Sobre a **Política de Recursos Hídricos**, verifica-se a percepção de que a mesma está em segundo plano no município. Foi apontada a carência de recursos para recuperação dos rios bem como para realizar um maior controle de bacias e das nascentes no município, fora a questão do baixo índice de tratamento dos efluentes, já apontada anteriormente, quando do questionamento sobre a Política de Esgotamento Sanitário.

Em relação à **Política de Cobertura Vegetal**, um ponto considerado preocupante, pelos entrevistados, ocorre com relação aos loteamentos mais antigos, localizados em áreas de preservação onde se encontram as matas ciliares em estado de vulnerabilidade, sendo alvo de constantes ocupações irregulares. O ponto positivo verificado nas respostas diz respeito ao plano de arborização urbana, atualizado em 2017, contemplando o programa para plantio de árvores no município.

No que se refere à **Política de Qualidade do Ar**, verificou-se, conforme relatos, que grande parte das empresas emissoras de poluentes atmosféricos, que estão estabelecidas no município, atuam sem respeitar os parâmetros mínimos de lançamento de poluentes, o que demonstra a necessidade de ações nessa questão.

Nos questionamentos sobre a **Política de Habitação** os entrevistados apontaram para o fato que, desde a execução do Plano de Habitação, não se veem mais ações efetivas para resolver o problema. As ações e programas encontram-se no Plano de Habitação que foi elaborado, mas ainda não aprovado pela Câmara de Vereadores. Segundo alguns entrevistados, a Cohab Araucária atuaria sem planejamento e sem objetivos específicos, não apresentando resultados significantes. A política habitacional foi considerada ruim em todas as faixas, desde as habitações sociais até habitações de médio/alto padrão, com poucos lançamentos voltados para as faixas mais pobres da população.

Há ainda apontamentos sugerindo a falta de aportes Municipais, Federais e Estaduais para os projetos, além do alto valor dos terrenos na área urbana e a especulação imobiliária que impediriam a aquisição de terrenos para a implantação de loteamentos populares. Seria interessante, segundo opiniões dos entrevistados, algum instrumento que garantisse aporte financeiro, como alguma porcentagem do IPTU, algum valor relacionado com a outorga onerosa e/ou como algum valor relacionado a compra de potencial construtivo.

Sobre a **Política de Assistência Social**, não foram abordadas considerações relativas ao tema.

Com relação as **Políticas de Democratização da Assistência Social**, restou claro, pela análise das considerações elaboradas pelos técnicos entrevistados, a não ocorrência, de maneira efetiva, de políticas neste sentido, pois profissionais que devem atuar na fiscalização e controle necessitariam de um maior conhecimento da área, além de autonomia, para efetuar um controle sem receio de posicionamento diante de outros gestores.

Demonstrou-se também a necessidade de organizar as informações com objetivo de criar mecanismos de atuação específica dentro das prerrogativas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Sobre a **Política de Assistência Social da Criança e do Adolescente**, **Política de Assistência Social do Idoso** e, sobre a **Política de Assistência Social dos Portadores de Necessidades Especiais**, não foram abordadas considerações específicas relativas aos temas.

No quesito **Políticas de Saúde**, as considerações trazidas demonstram um entendimento, por parte dos entrevistados, de prejuízo do município nos resultados obtidos neste setor, em virtude da demanda de moradores de outros municípios que buscam atendimento em Araucária, que oferece uma maior e melhor estrutura em comparação a outros municípios da Região Metropolitana de Curitiba.

As considerações obtidas demonstram que a Política da Saúde ainda é incipiente na visão dos entrevistados. Um exemplo citado é a inexistência de previsão, no Plano

Diretor, de assistência farmacêutica. Ainda, segundo relatado, o Plano Diretor define áreas de abrangência para atendimento de população no limite de 15.000 habitantes por unidade de saúde, no entanto apontam fortes discrepâncias no sistema, com unidades que atendem até 30.000 habitantes em prejuízo de outras que não atenderiam 5.000. Esse desequilíbrio pode apontar para a melhoria da distribuição das infraestruturas de serviços.

Como sugestão que contribua com o bom desempenho do planejamento e da gestão urbana do município foi mencionada, por entrevistados, a criação de um sistema integrado, cuja implantação poderia solucionar grande parte das dificuldades hoje existentes. Os respondentes sugeriram, ainda, a realização de uma revisão nos organogramas, bem como a implantação de Sistemas de Informação efetivos e integrados entre as diferentes Secretarias, o desenvolvimento da Gestão da Qualidade Municipal.

Foi citada a existência de graves problemas na obtenção e no gerenciamento dos dados e das informações, o que comprometeria a análise da situação, reduzindo a produtividade e prejudicando a construção de diagnósticos e definições de cenários, conforme relatado. Por isso, julga-se imprescindível que sejam incorporadas ferramentas para coleta e processamento de dados. Neste cenário, sugeriu-se a implantação de um Sistema de Garantia da Qualidade, vinculado diretamente ao Prefeito Municipal.

Sobre a **Política de Educação**, as respostas obtidas demonstram que a estrutura do município voltada à **Educação Infantil** não atenderia à demanda. São listados agentes motivadores deste panorama: “Ausência de um levantamento adequado sobre a capacidade de atendimento da estrutura em relação aos recursos humanos e ao espaço físico das unidades” e que “atualmente não há dados para planejamento o que gerou a atual falta de vagas no município”. Apontam ainda que a metodologia aplicada nas instituições ainda não estaria bem alinhada com a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Quando questionados sobre a **Política do Ensino Fundamental**, as respostas indicam que, apesar das instituições estarem relativamente bem estruturadas, estão carentes de aplicações técnicas voltadas às metodologias de trabalho, ou seja, existiria uma dificuldade em alinhar planos de trabalhos entre todas as instituições de ensino.

Sobre a **Política da Educação Especial**, não foram abordadas considerações relativas ao tema.

Sobre a **Política de Educação de Jovens e Adultos**, os técnicos constataram a necessidade desta ser mais intuitiva para conquistar interesses nesse grupo de alunos. Em que pese a existência do Plano Municipal de Educação, aprovado em 2015 e com revisão prevista para 10 anos, para algumas secretarias específicas há a percepção de necessidade de sua reformulação para melhorar a efetividade.

Na **Política de Educação do Ensino Médio**, a evasão escolar nesta etapa da Educação Básica ainda é considerada muito grande, e a oferta no período diurno não é suficiente para toda a população desta faixa etária, segundo comentários. Os entrevistados sugeriram que as políticas adotadas deveriam ter um enfoque na modernização e na qualidade de ensino, planejando investimentos na capacitação profissional dos professores e integração de tecnologia nas aulas.

Na questão inerente as **Políticas de Promoção e Valorização Cultural**, foi levantando, pelas considerações trazidas em questionário, informações sobre diversos programas relacionados à origem Polonesa.

Observa-se uma demanda por maior importância e maior valorização da cultura local. Ainda, foi citado o órgão de assistência para grupos vulneráveis (carentes, haitianos, poloneses, sírios, entre outros), como entidade significativa dentro das realizações relacionadas a essas políticas. Em contrapartida houve críticas em relação à estrutura disponível para o Departamento de Turismo, como falta de recursos financeiros e humanos para ampliar o atendimento.

Atendendo ao estímulo de fornecer sugestões de melhorias sempre que a pontuação do tema fosse baixa (entre amarelo e vermelho), houve a menção à valorização dos pontos turísticos do município, bem como a necessidade de mais

investimentos nos parques, mais segurança e lazer. Realização periódica de audiências públicas bem como a necessidade de investimentos em acessibilidade e melhorias de estruturas com mais manutenções preventivas em todos os espaços. Alguns entrevistados, inclusive, alegaram não reconhecer políticas públicas voltadas para a cultura no município, reforçando a necessidade de integração e disseminação do conhecimento na estrutura municipal.

Quando questionados sobre a **Política de Esporte e Lazer**, os técnicos relacionados ao tema constataram a deficiência dos espaços municipais voltados para o esporte e lazer. Segundo relatado, as áreas de lazer do município estão há muitos anos sem manutenção, implicando na falta de condições de uso de muitos desses espaços. São necessários novos investimentos na construção de novos locais destinados ao lazer e a recreação na cidade, de acordo com os entrevistados.

O questionário estimulou também ao seu público-alvo que apresentasse sugestões que contribuam com o bom desempenho no planejamento e na gestão urbana do município. Houve o destaque para a importância do desenvolvimento de ações voltadas ao grande público, no formato das ações globais, bem como a ampliação de áreas e eventos voltadas para a cultura e o lazer.

Sobre a **Política das Áreas de Lazer** e a **Política de Segurança Pública**, não foram abordadas considerações relativas aos temas.

Em relação à **Política Econômica** a opinião de alguns dos entrevistados é de que município tem dificuldade em transformar em benefícios para a população o orçamento que dispõe.

Sobre a **Política Econômica da Agropecuária** e sobre a **Política Econômica do Turismo**, não foram apontadas considerações relativas aos temas.

No que diz respeito à **Política de Abastecimento Público**, apontou-se para a necessidade de melhorar a ocupação do solo na área rural, além de melhorias na segurança e na infraestrutura, como a ampliação do acesso à internet. Outra sugestão para este tema foi a reabertura do Mercado Municipal.

No que se refere à **Política de Finanças Públicas Municipais**, os entrevistados teceram comentários no que tange as intenções das Secretarias e dos planos de ações estabelecidos não levarem em conta a política de finanças públicas, impossibilitando a sua efetividade. Enfatizaram, também, que as trocas constantes nos comandos das secretarias dificultam a padronização de alguns processos. Essa percepção indica a necessidade de sistematização e integração dos procedimentos nas secretarias municipais, tornando a gestão mais transparente e eficiente.

O questionário estimulou também ao seu público-alvo que apresentasse sugestões que contribuam para o bom desempenho no planejamento e na gestão urbana do município. Apresentou-se, como sugestão, o estabelecimento de planos de ação integrados, que contemplem a elaboração orçamentária e a execução financeira. Considerou-se, também, que esse alinhamento deve ocorrer em toda a prefeitura e não apenas entre os departamentos.

No que se refere à **Modernização Administrativa**, observou-se que o sistema de informação atual é considerado muito falho. As respostas indicaram que a secretaria atende às demandas do público, no entanto necessita, como prioridade, de um processo de modernização técnica e de processos. Foi sugerido um processo de modernização do sistema Financeiro – GIIG – para que fique mais eficiente e garanta a celeridade nos atos administrativos. Parcerias com as instituições educacionais, universidades e institutos que possam desenvolver atividades em parceria com a PMA, sobretudo abrindo vagas para estagiários em áreas específicas que fortalecem o desenvolvimento Municipal, como no caso da Tecnologia da Informação. Por fim, a sugestão de planejamento de políticas públicas que possam otimizar a assistência às famílias atingidas por desastres, dando agilidade de atendimento ao cidadão e para os próprios servidores da pasta.

A questão da **Política de Finanças Públicas Municipais** e seu resultado efetivo para o município também foi questionado, sendo alegado que o crescimento da Secretaria de Finanças ocorreu de maneira incoerente com a sua oferta, sendo necessária maior atenção para garantir o cumprimento das ações.

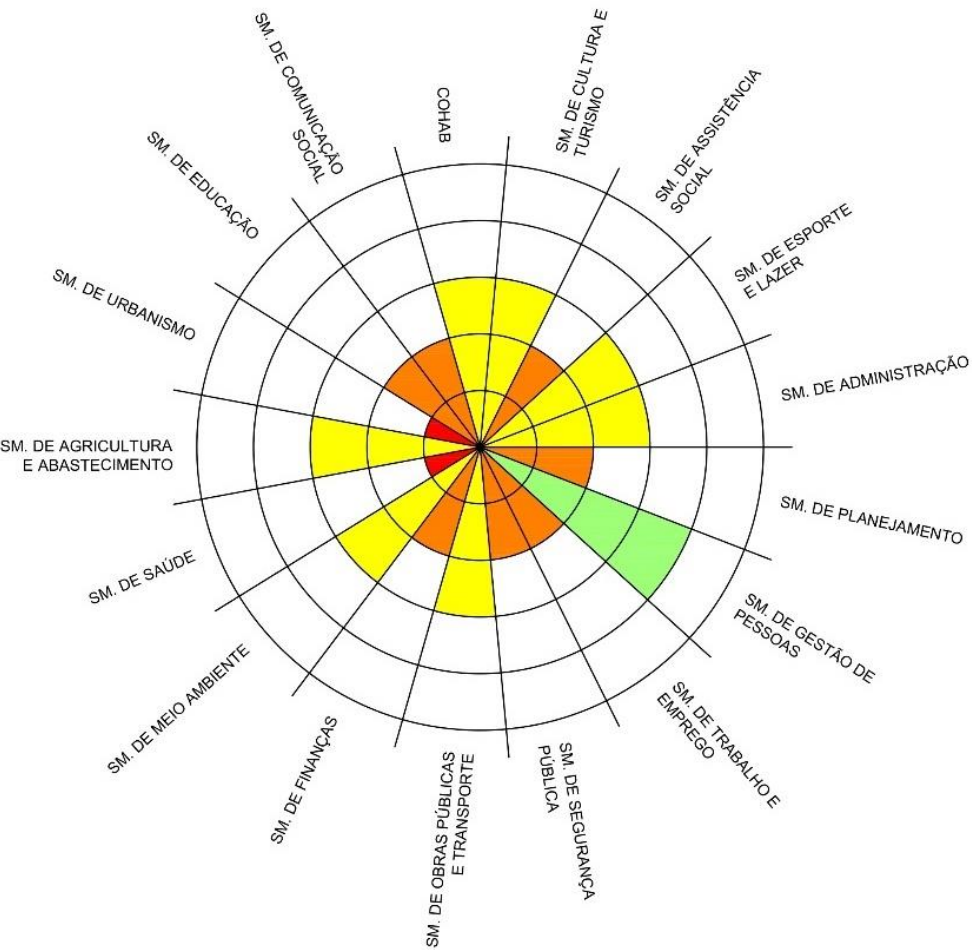
6.2 Tema II: Implementação do Plano de Ação e Investimentos

O Plano de Ações e Investimentos – PAI – além de indicar os principais programas e ações que deverão ser elaborados com base no Plano Diretor Municipal, viabiliza, também, a articulação do PDM através do planejamento orçamentário, consubstanciados no PPA (Plano Plurianual), na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e na LOA (Lei Orçamentária Anual). Desta forma, configura-se o PAI como um elemento de extrema importância dentro do processo de implementação e participação da gestão municipal, posto que possibilita as políticas e diretrizes de desenvolvimento estabelecidas pelo Plano Diretor serem concretizadas. No Estado do Paraná esta questão encontra-se normatizada pela Lei Estadual 15.229/2006, que dispõe sobre normas para execução do sistema das diretrizes e bases do planejamento e desenvolvimento estadual, nos termos do art. 141, da Constituição Estadual.

Isto posto, imperativo se faz atentarmos para o fato do município de Araucária possuir um Plano de Ação, desprovido de itens de investimento, o que descaracteriza um PAI – Plano de Ação e Investimento, nos termos da legislação paranaense. Tal constatação implica diretamente na não efetividade da execução do Plano de Ação. Importante destacarmos que esta afirmação se encontra relacionada nas questões abertas respondidas pelos entrevistados.

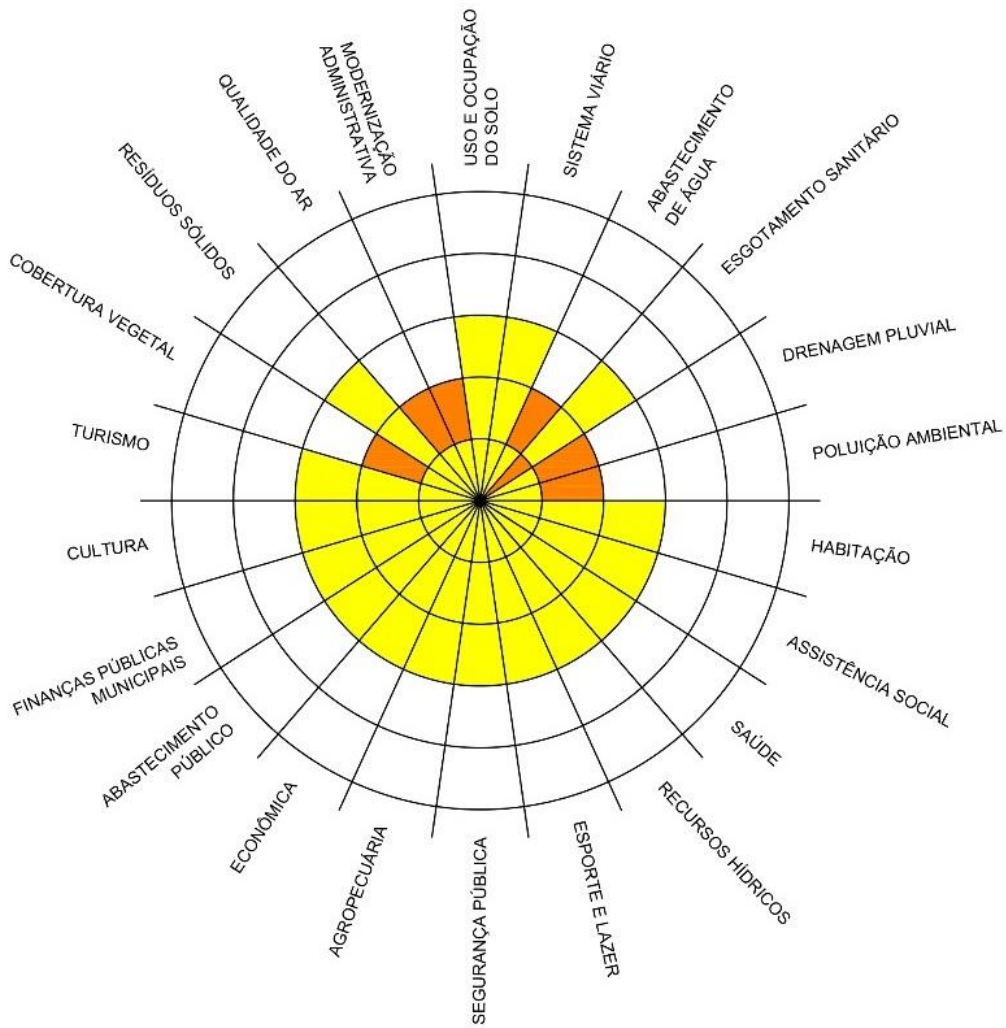
Nessa perspectiva, a implantação do plano de ações e investimentos, TEMA II do questionário aplicado, gerou 04 gráficos distintos, sendo o primeiro sobre o Conhecimento Geral, em relação ao tema; o segundo e terceiro são as resultantes das análises realizadas para os temas específicos separados pela competência de cada setor e o quarto gráfico está relacionado ao Trabalho em Equipe.

Figura 27: Conhecimento Tema II



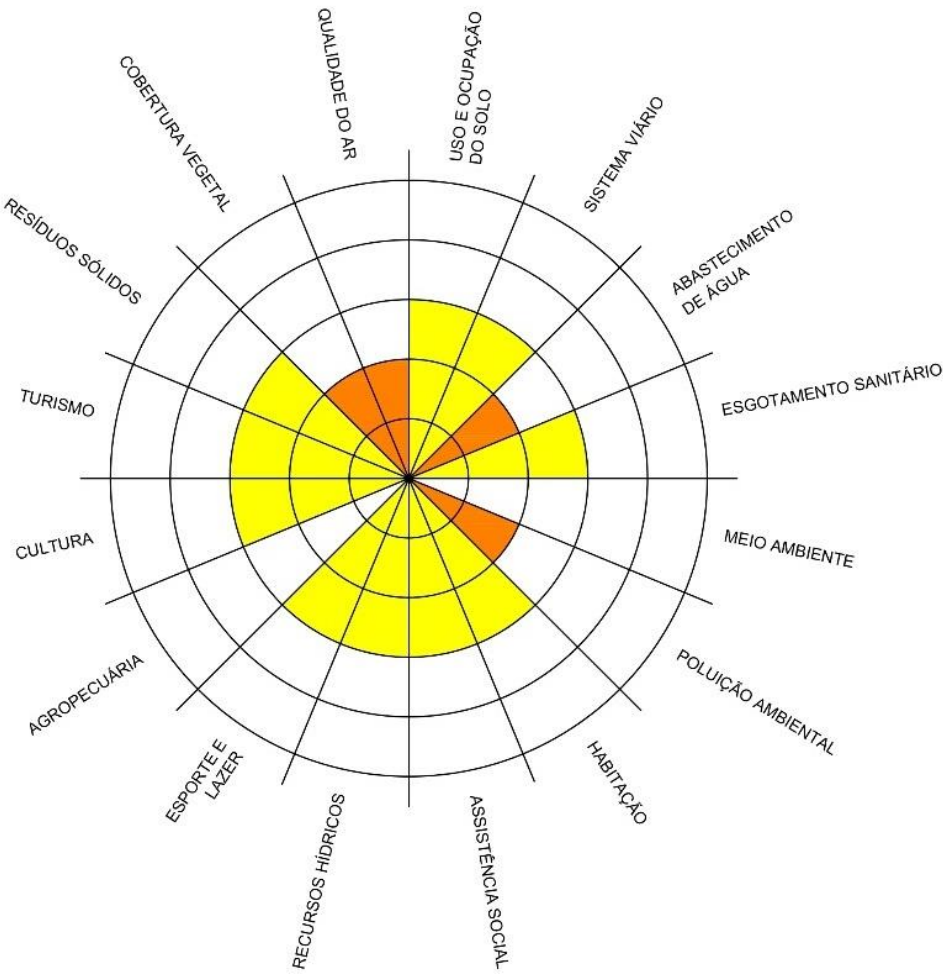
Fonte: URBTEC™ (2018)

Figura 28: Efetividade do plano de ação estratégica



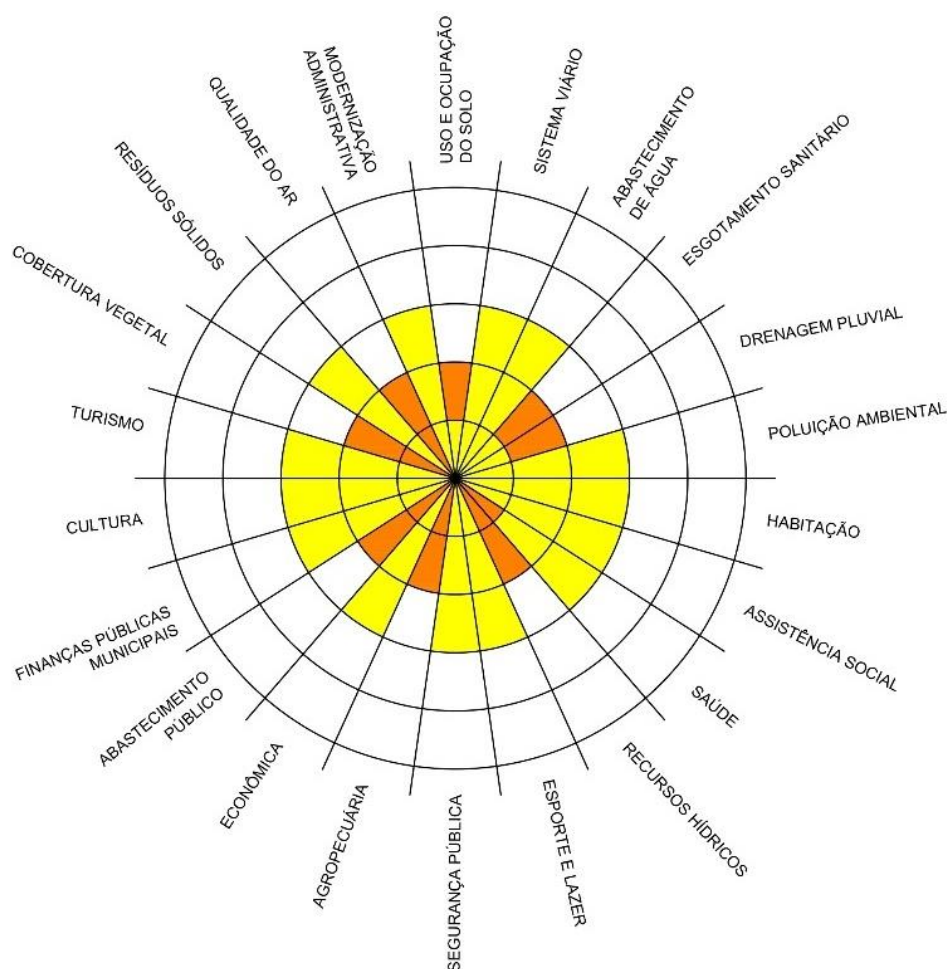
Fonte: URBTEC™ (2018)

Figura 29: Efetividade do plano de ação direta



Fonte: URBTEC™ (2018)

Figura 30: Trabalho em equipe – políticas setoriais



Fonte: URBTEC™ (2018)

Enquanto o gráfico referente ao conhecimento do tema indica discrepância entre as secretarias (variando do amarelo ao verde claro), os relativos a efetividade e trabalho em equipe refletem um entendimento mais uniforme de deficiência (cor amarela e laranja).

6.2.1 CONSIDERAÇÕES

Verificadas as considerações trazidas em respostas abertas, em termos gerais, percebe-se que os entrevistados demonstram conhecimento regular sobre o assunto,

apesar de alguns participantes apresentarem pouco ou quase nenhum conhecimento do termo PAI.

Entre as questões apresentadas, destaca-se a indicação da necessidade de implantar melhorias na estrutura de TI (Tecnologia de Informação), objetivando uma melhor integração das secretarias envolvidas bem como maior participação da comunidade com a divulgação das ações e criação de um banco de dados. Existe o entendimento da importância de uma correta e ágil divulgação das informações no sentido de pautar as atribuições no conhecimento do objetivo de desenvolvimento do município, assim como gerar uma maior discussão com a comunidade.

Segundo os entrevistados, além da estrutura deficitária, falta planejamento. Apontou-se que, não obstante as secretarias e departamentos possuírem planos, os mesmos não apresentam claramente suas metas, bem como a previsão orçamentária suficiente, posto que sempre ocorrem problemas emergenciais, drenando grande parte do dinheiro que deveria ser investido.

Como área deficitária em investimentos foi citado a Cultura, que após muito tempo sem investimentos, nesse momento passa a receber mais recursos financeiros.

Em termos de estrutura, alguns respondentes citam a necessidade da criação de equipes multidisciplinares, envolvendo inclusive a Central de Abastecimento, atuando efetivamente sob a supervisão de um órgão e um servidor como responsável por acompanhar o planejamento da gestão pública municipal, bem como a capacitação dos servidores efetivos e do quadro técnico do Poder Legislativo para assim melhor fiscalizar o cumprimento das ações.

Outra necessidade descrita, por parte dos entrevistados, é a de propostas que facilitem o crescimento econômico e estrutural do município e proteja áreas de preservação, com destaque principalmente na área de habitação, por um lado para classe de baixa renda e por outro no sentido de aumento do potencial construtivo com a implementação de edifícios mais altos de alta renda, comercial ou habitacional. Aumentar o número de pavimentos e modificar parâmetros para empreendimentos de interesse social, trariam novos investimentos no setor, segundo o entendimento dos

entrevistados. Também se colocou a expectativa de ter a Cohab como responsável pelo Plano de Ação referente a Habitação e a destinação de recurso fixo no orçamento para possibilitar o atendimento às famílias de baixa renda.

Aumentar o percentual de residências com esgotamento sanitário na zona Urbana e promover a conscientização dos moradores da zona Rural sobre a importância e necessidade de tal prática, também foram sugestões trazidas pelos entrevistados. Para a zona rural, segundo entrevistados, existem métodos simples de purificação da água e que poderiam, com um baixo custo, serem implantados.

Figura 31: Nuvem de tags relacionada ao Tema II



Fonte: URBTEC™ (2018)

6.3 Tema III: Regulamentação da Legislação Urbanística Vigente

De forma geral, a Legislação Urbana é constituída, basicamente, do Plano Diretor; da Lei de Parcelamento do Solo para Fins Urbanos; da Lei do Perímetro Urbano e da Expansão Urbana; Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano (Zoneamento); Lei do Sistema Viário; Código de Obras e Código de Posturas.

No Município de Araucária foi verificado a existência das leis abaixo listadas, fato positivo no que diz respeito a uma gestão municipal adequada.

- Lei do Plano Diretor (LEI COMPLEMENTAR Nº 5/2006);
- Lei do Sistema Viário (LEI Nº 2161/2010);
- Lei de Parcelamento do Solo para Fins Urbanos (LEI Nº 2162/2010);
- Lei do Perímetro Urbano (LEI Nº 2162/2010);
- Lei do Zoneamento e Uso e Ocupação do Solo (LEI Nº 2160/2010);
- Lei de Código de Obras, Edificações e Posturas (LEI Nº 2159/2010).

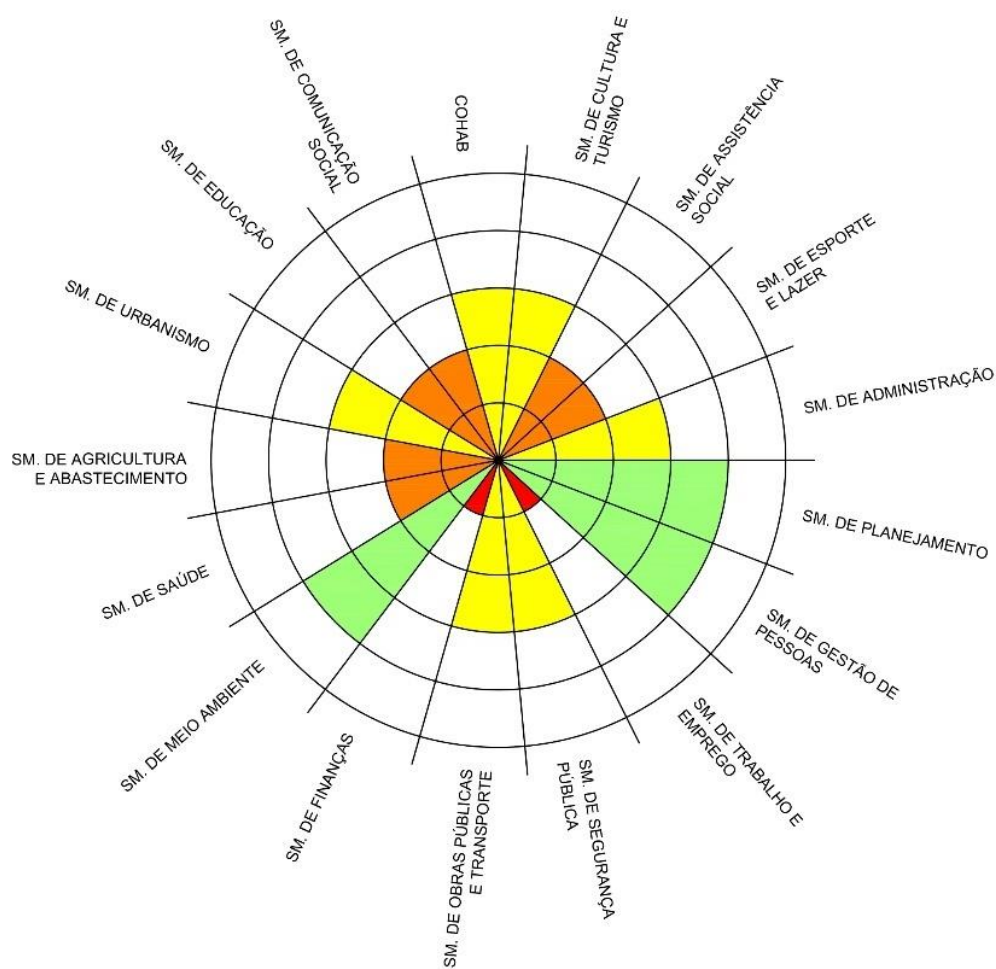
No entanto, as legislações acima citadas podem sofrer influências de outras normas e/ou estarem relacionadas às legislações outras, que poderão ser incorporadas a esta lista, como, por exemplo, a Constituição Federal, a Lei Orgânica Municipal, toda a legislação federal e estadual pertinentes, inclusive as específicas sobre meio ambiente, as resoluções, sejam do Conselho Nacional das Cidades – CONCIDADES sejam a do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.

Desta forma, definiu a Constituição do Estado do Paraná, de 1989, em seu Capítulo II, onde trata da Política Urbana (art. 150 e seguintes), que esta seria “executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tendo por objetivo ordenar o desenvolvimento das funções da cidade e garantir o bem-estar dos seus habitantes.”

Adiante, define em seu artigo 152, pautada na função social da propriedade urbana, que o Plano Diretor, instrumento básico da política de desenvolvimento econômico e social e de expansão urbana, deverá conter: normas relativas ao desenvolvimento urbano; políticas de orientação da formulação de planos setoriais; critérios de parcelamento, uso e ocupação do solo e zoneamento, prevendo áreas destinadas a moradias populares, com garantias de acesso aos locais de trabalho, serviço e lazer; proteção ambiental; ordenação de usos, atividades e funções de interesse zonal.

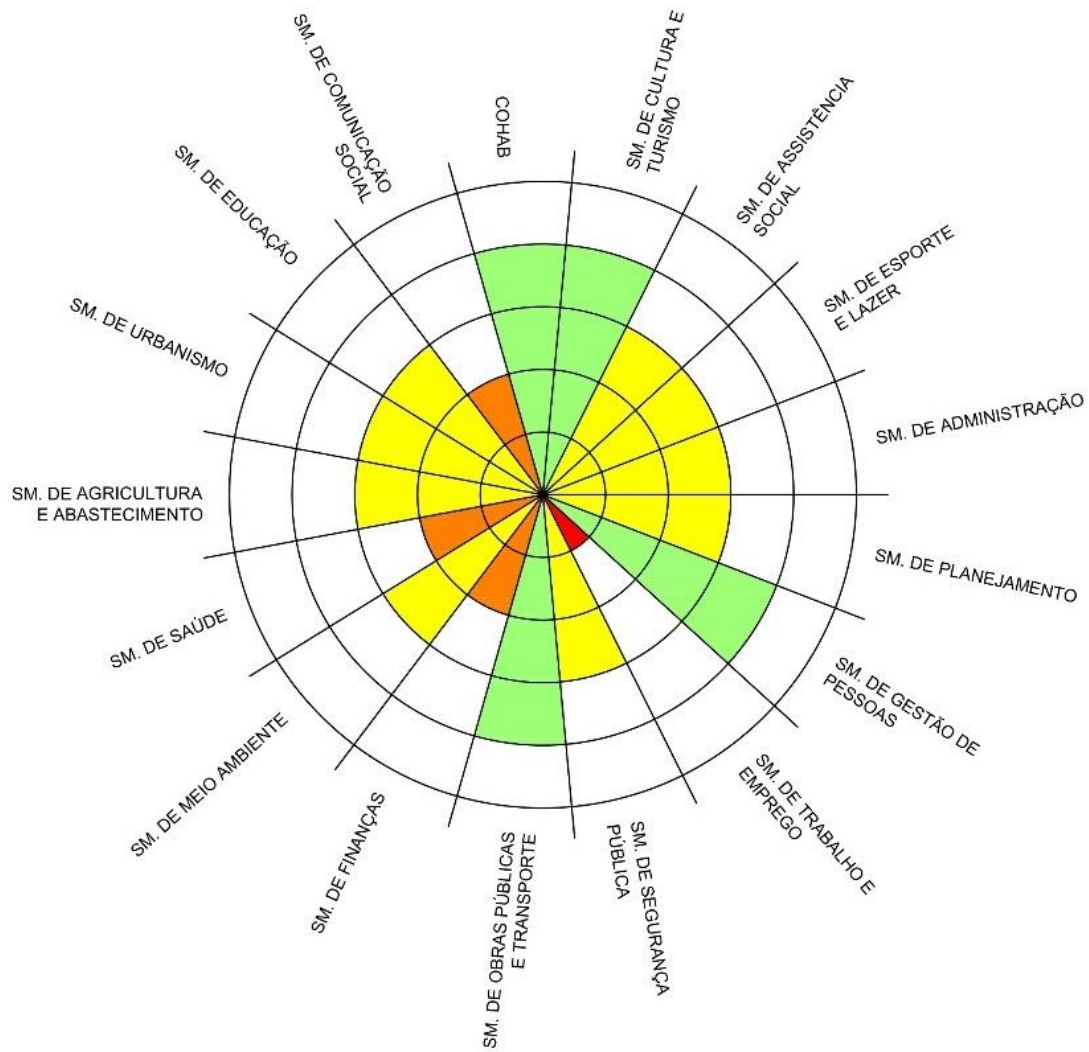
O questionário relativo ao TEMA III foi organizado em cinco pontos, a saber: o nível de conhecimento dos técnicos sobre o tema; o conhecimento dos técnicos com relação a aplicabilidade desta legislação; e a visão desses técnicos relativa a efetividade do processo e das Secretarias municipais no desenvolvimento dessas ações conjuntas. Da análise dos dados foram gerados 05 gráficos:

Figura 32: Conhecimento – Regulamentação da legislação urbanística vigente



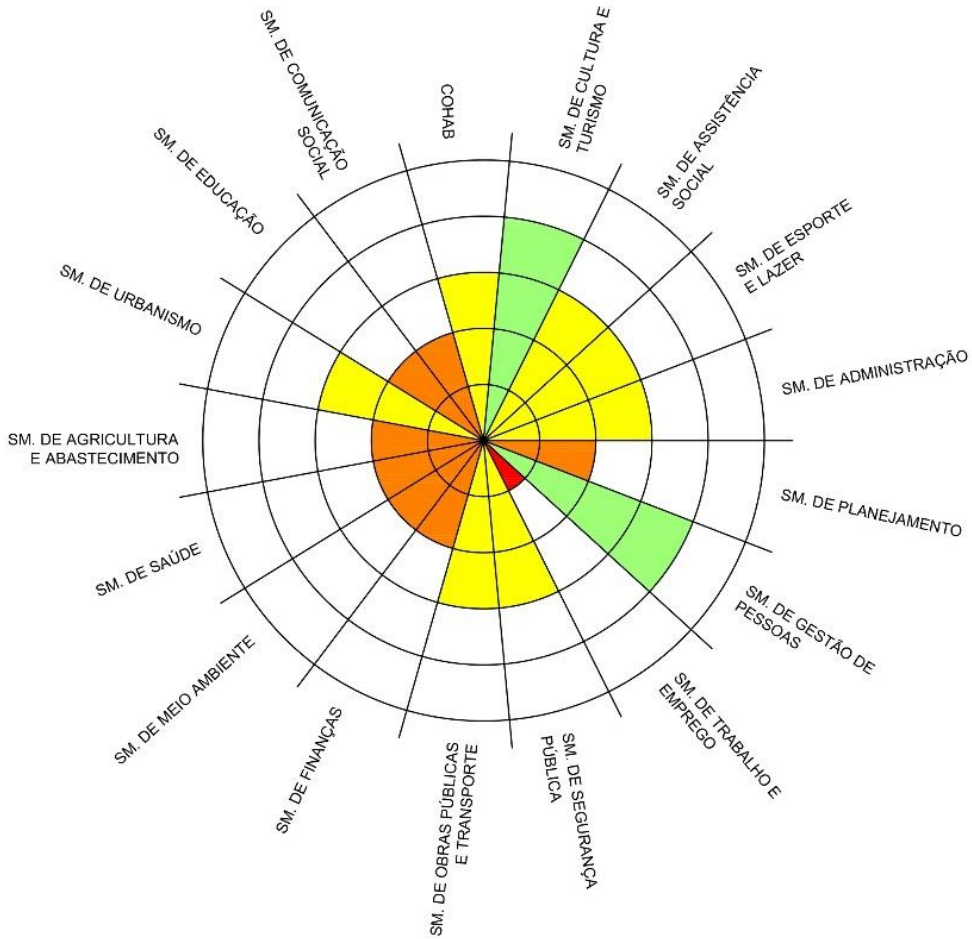
Fonte: URBTEC™ (2018)

Figura 33: Aplicabilidade da legislação urbanística vigente



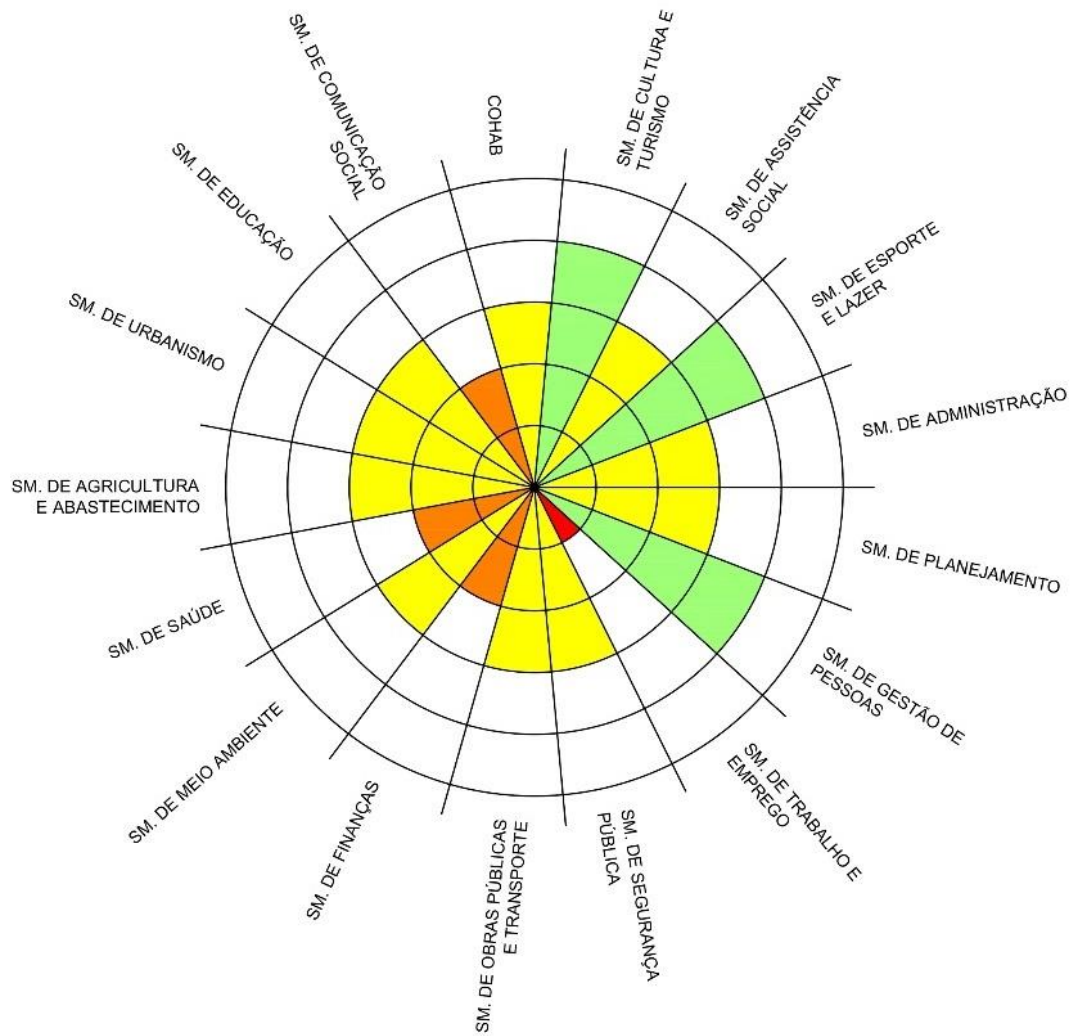
Fonte: URBTEC™ (2018)

Figura 34: Efetividade das ferramentas de gestão para a regulamentação da legislação urbanística vigente



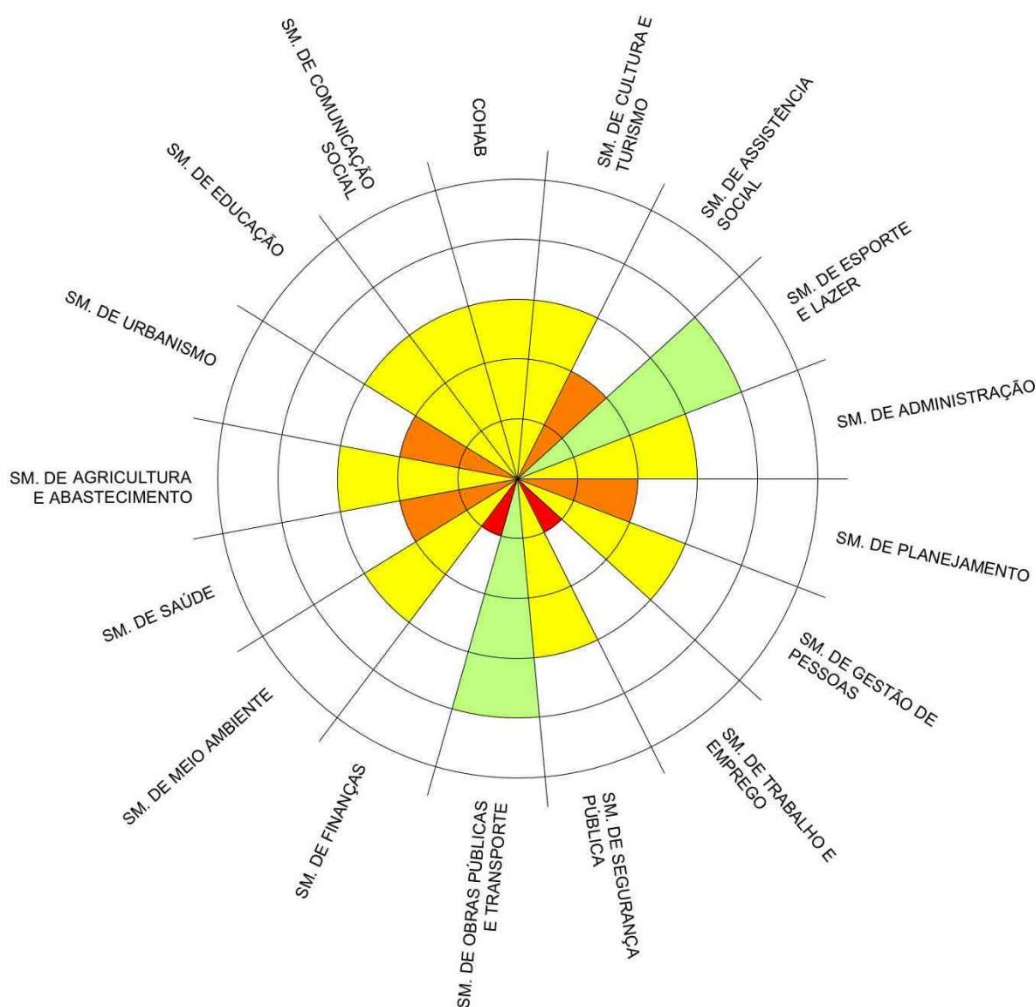
Fonte: URBTEC™ (2018)

Figura 35: Eficiência da legislação urbanística vigente



Fonte: URBTEC™ (2018)

Figura 36: Trabalho em equipe



Fonte: URBTEC™ (2018)

A leitura dos gráficos explicita a discrepância entre as secretarias no que diz respeito a conhecimento, efetividade, aplicabilidade, eficiência e trabalho em equipe, variando do vermelho ao verde claro.

Mesmo considerando que a legislação urbanística é uma questão mais inerente à determinadas secretarias do que outras, devido à multiplicidade das questões urbanas e suas demandas, uma maior uniformidade no conhecimento de suas diretrizes no município faz-se desejada.

6.3.1 CONSIDERAÇÕES

Analizadas as sugestões trazidas pelos entrevistados em questionário, extrai-se que, referente as áreas rurais, há apontamentos da falta de instrumentos normativos acerca do tema, bem como encontra-se prejudicada e ineficiente a divulgação destes atos nestas localidades. Percebe-se a ciência dos entrevistados sobre a ineficácia da norma vigente por ser desatualizada, não estando em consonância com as reais necessidades do município, limitando a expansão de projetos na área urbana. Percebe-se ainda alguns pontos normativos previstos ainda não regulamentados.

Apontam para a falta de propostas que contemplem a população de ocupações irregulares bem como os casos omissos em lei que carecem de regulamentação, além do excesso de burocracia, em especial os prazos para análise que são considerados demasiadamente longos o que atrapalha sobremaneira a efetividade do instrumento normativo.

Registrou-se relatos de que falta regulamentação específica por áreas, na visão dos entrevistados. A institucionalização e formalização tornariam a aplicação menos confusa, evitando a duplicidade de interpretações e otimizando sua eficácia, além das trocas de gestão, que têm interpretações peculiares, gerando alterações ineficientes e gerando mais dúvidas e dificultando a continuidade dos programas e trabalhos estabelecidos.

Quando questionados acerca da **Aplicabilidade da Legislação Urbanística Vigente**, verifica-se um problema estrutural, ressaltando a falta de fiscais e técnicos.

Também é elencada a falta de instrumentos que fortaleçam as medidas de promoção da melhoria nas condições de vida da população mais vulnerável. Houve a citação de estudos específicos onde indica-se que a pobreza mata mais do que doenças e agravos conhecidos, como a hipertensão e diabetes, fundamentando a importância dos determinantes sociais no processo saúde-doença.

Há relatos apontando para a situação de que a legislação urbanística do Município muitas vezes não se torna aplicável em virtude de interesses específicos que

Os excessos de exigências, “de recuos” como exemplo trazido em consideração, também foram citados como causa prejudicial à aplicabilidade uma vez que “impedem investidores de construir prédios comerciais no município”.

Figura 37: Nuvem de *tags* relacionada ao Tema III



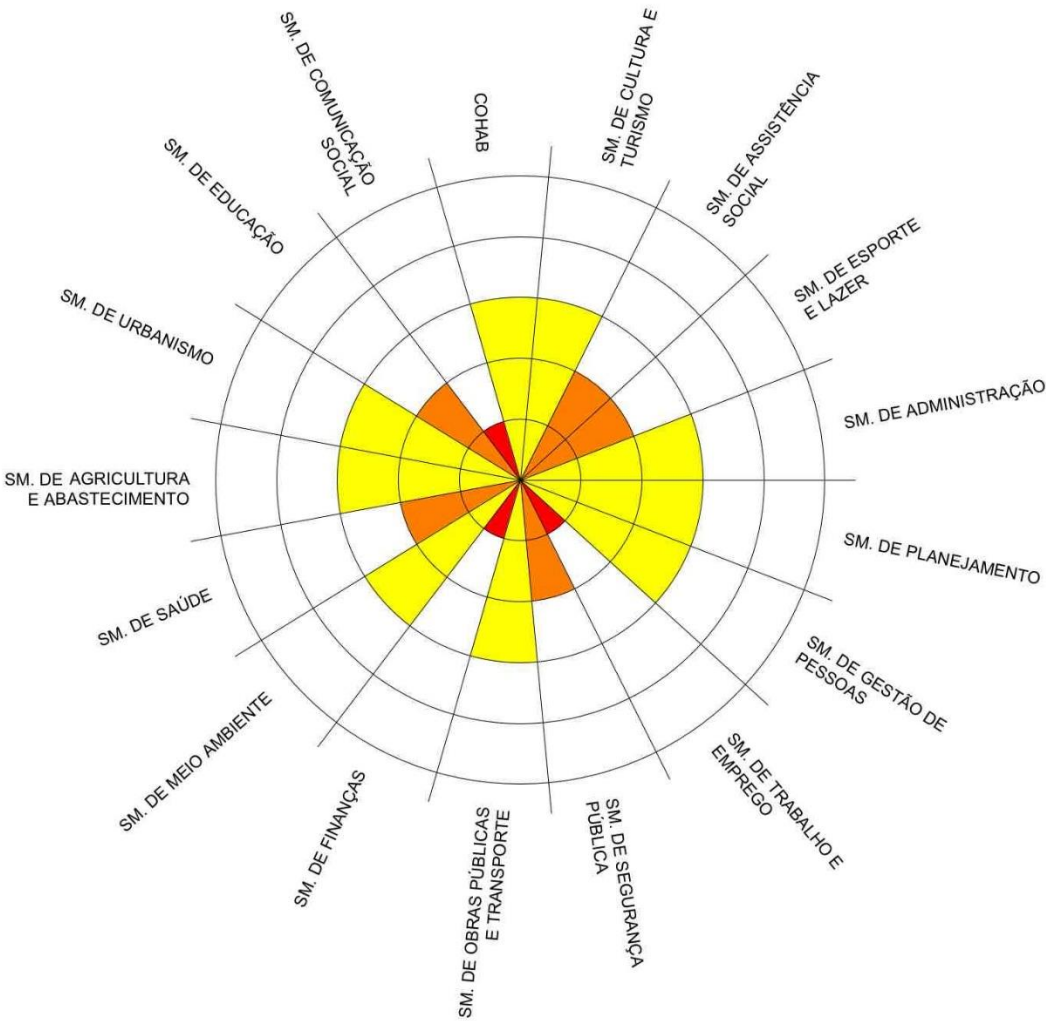
URBTEC™
Planejamento Engenharia Consultoria

6.4 Tema IV: Implementação dos instrumentos do Estatuto da Cidade

Com o advento da Lei Federal n. 10.257 de 2001 houve, na grande parte dos municípios brasileiros, a necessidade de adequação aos novos parâmetros estabelecidos na referida norma, na revisão e/ou elaboração dos planos diretores, o que exige de seus operadores um conhecimento mais significativo dos instrumentos trazidos por este Estatuto.

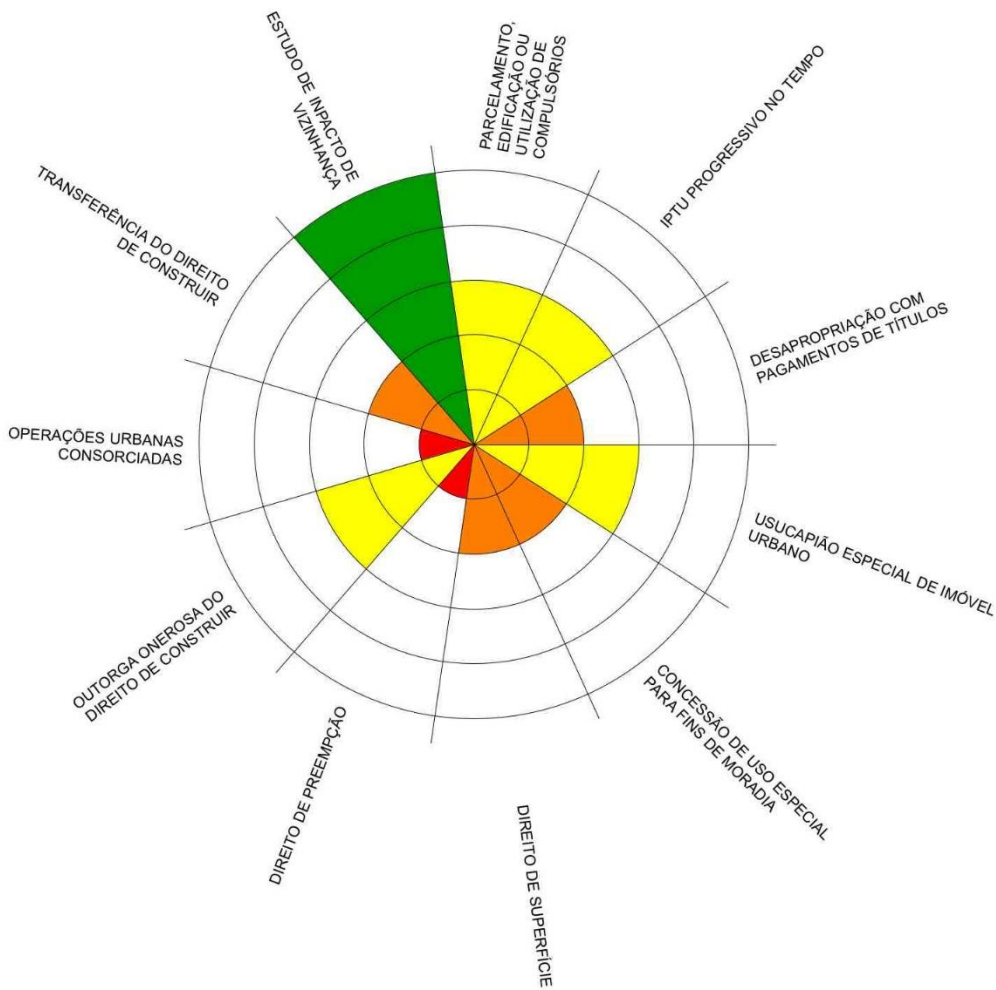
Os resultados dos questionários relativo ao TEMA IV, foram organizados em três gráficos: o primeiro, que trata do conhecimento geral do tema relativo aos instrumentos do EC, em leitura comparativa; sendo o segundo e terceiro uma análise relativa com as questões de regulamentação e aplicação dos instrumentos do EC:

Figura 38: Conhecimento dos instrumentos do Estatuto da Cidade



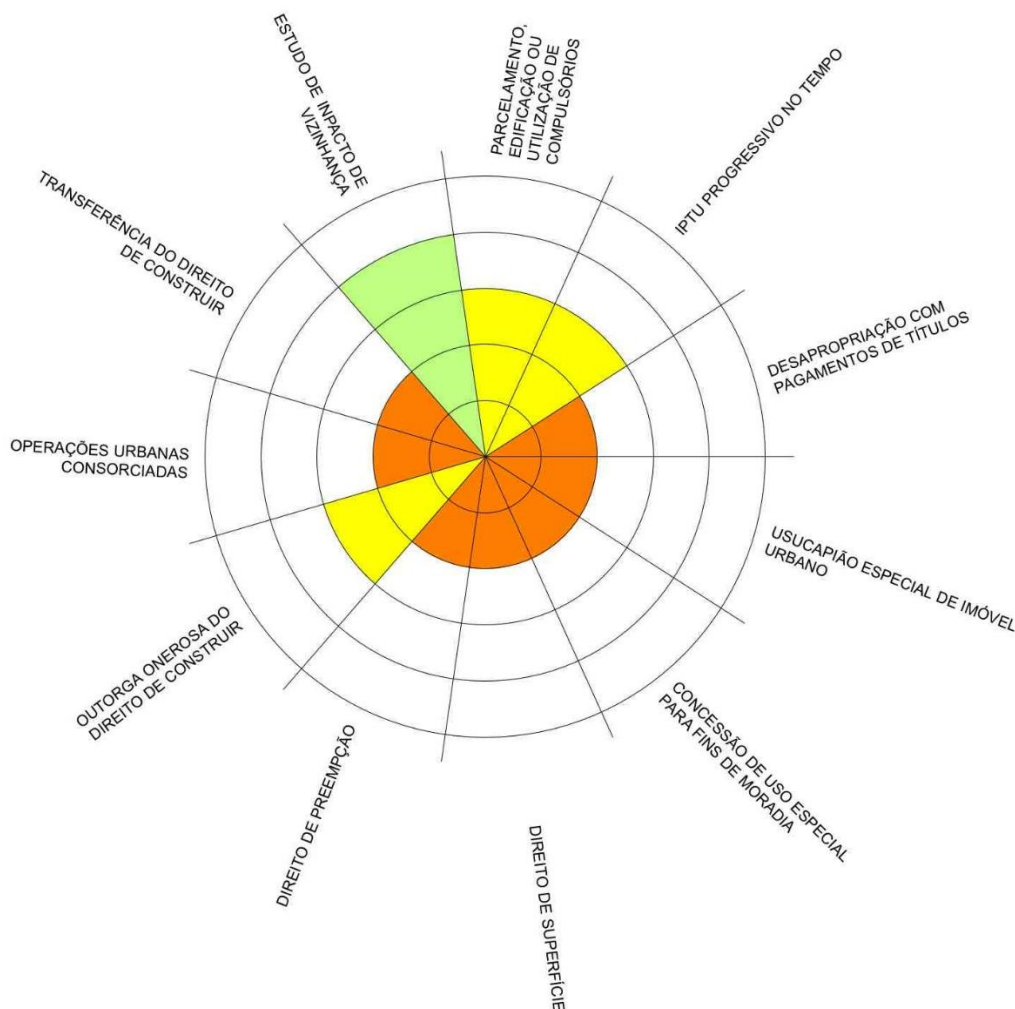
Fonte: URBTEC™ (2018)

Figura 39: Conhecimento (regulamentação) instrumentos do Estatuto da Cidade – geral secretarias



Fonte: URBTEC™ (2018)

Figura 40: Aplicação instrumentos do Estatuto da Cidade – geral secretarias



Fonte: URBTEC™ (2018)

A análise dos gráficos relativos aos Instrumentos do Estatuto da Cidade apresenta uma situação peculiar e que chama a atenção: o conhecimento dos técnicos sobre os instrumentos existentes teve sua avaliação classificada como ruim, de forma geral, em contraponto foram apontados resultados positivos quanto a sua aplicação. No entanto, é importante salientar que estes instrumentos, em sua maioria, não estão regulamentados no município de Araucária, como listado a seguir.

- Instrumentos Urbanísticos encontrados e/ou citados em Leis ou Decretos:

- Parcelamento, Edificação ou Utilização de Compulsórios – Citado na Lei N° 2.160/2010 – “Dispõe sobre o zoneamento, o uso e a ocupação do solo do Município de Araucária e dá outras providências”.
- IPTU Progressivo no Tempo – Citado na Lei N° 2.160/2010 – “Dispõe sobre o zoneamento, o uso e a ocupação do solo do Município de Araucária e dá outras providências”.
- Usucapião Especial de Imóvel Urbano – Citado na Lei N° 2.485/2012 – “Dispõe sobre as Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, e dá outras providências”.
- Outorga Onerosa no Direito de Construir – Lei N° 3.168/2017 – “Regulamenta o Instrumento Urbanístico da Outorga Onerosa do Direito de Construir, previsto nos artigos 81, inciso V, e 105 a 110, da Lei Complementar Municipal N° 005, de 06 de outubro de 2006, que institui o Plano Diretor, conforme especifica”.
- Estudo de Impacto de Vizinhança – Decreto N° 31.767/2018 – “Nomeia membros para a Comissão de Avaliação de Estudos de Impacto de Vizinhança.”
- Não há Lei em vigor.

Instrumentos Urbanísticos não encontrados e/ou citados em Leis ou Decretos:

- Desapropriação com Pagamento em Títulos.
 - Concessão de Uso Especial para fins de Moradia.
 - Direito de Superfície.
 - Direito de Preempção.
 - Operações Urbanas Consorciadas.
 - Transferência no Direito de Construir.
- Resoluções do CMPD:
As resoluções do Conselho Municipal do Plano Diretor estão apresentadas no Quadro 4, a seguir.

Quadro 4: Resoluções do Conselho Municipal do Plano Diretor

RESOLUÇÃO	ASSUNTO
Resolução 001/2009	Estabelece parâmetros de Uso e Ocupação do solo para habitações coletivas em série, transversais ao alinhamento predial, geminadas ou não e que exijam ou não abertura de corredor de acesso.
Resolução 001/2010	Estabelece parâmetros de Uso e Ocupação do Solo para a Área de Interesse Social - AIS 21 de Outubro.
Resolução 001/2011	Define número de vagas de estacionamento e dimensões de pátio de manobras para empreendimentos e instalações industriais.
Resolução 002/2011	Estabelece parâmetros construtivos para as AIS (áreas de interesse social) conforme especificado.
Resolução 003/2011	Estabelece as orientações para elaboração e apresentação de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) .
Resolução 004/2011	Estabelece parâmetros de uso e ocupação do solo para lotes com área inferior a 2.000,00m ² (dois mil metros quadrados) na Zona Industrial (ZI) de Araucária, conforme especificado.
Resolução 005/2011	Esclarece quanto à data de referência para aplicação da legislação integrante do Plano Diretor – Leis nº 2.159/2010, nº 2.160/2010, nº 2.161/2010, nº 2.162/2010 e nº 2.163/2010
Resolução 006/2011	Trata consultas e anuências para o parcelamento, uso e ocupação do solo urbano do Município de Araucária junto a órgãos estaduais e federais.
Resolução 007/2011	Regulamenta o instrumento das Conferências Públicas Municipais do Plano Diretor.
Resolução 008/2011	Define parâmetros para emissão do Certificado de Vistoria de Conclusão de Obra Parcial – CVCO-P .
Resolução 009/2011	Complementa a Resolução nº 002/2011 do CMPD, referente à definição de parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo em Áreas de Interesse Social (AIS).
Resolução 010/2011	Estabelece parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo da Área de Interesse Social (AIS) localizada no imóvel urbano sob Matrícula nº 30.069, de 28 de maio de 2001.
Resolução 011/2011	Estabelece parâmetros de uso e ocupação do solo para as áreas rurais do Município de Araucária.
Resolução 012/2011	Estabelece parâmetros de uso e ocupação do solo para estabelecimentos de culto religioso
Resolução 001/2012	Estabelece parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo das Áreas de Interesse Social (AIS) localizadas nos imóveis urbano sob Matrículas nº 38.347, nº 38.349, nº 38.351, nº 38.353, de 21 de dezembro de 2009.
Resolução 002/2012	Estabelece o fluxo de ações e os procedimentos de apresentação, avaliação e aprovação de Estudos de Impacto de Vizinhança (EIV) .
Resolução 003/2012	Estabelece parâmetros construtivos para as AIS (áreas de interesse social, conforme especificado).
Resolução 004/2012	Estabelece a classificação dos usos e ocupação do solo para comércio e serviço de bairro.
Resolução 005/2012	Complementa a Resolução nº 01/2010, que estabelece parâmetros de Uso e Ocupação do Solo para a Área de Interesse Social - AIS 21 de Outubro.
Resolução 001/2015	Institui o fórum de discussão preparatória à revisão do Plano Diretor de Araucária em 2015.
Resolução 002/2015	Cria a zona Setor de Serviços 2 (SS2) e estabelece parâmetros de uso e ocupação do solo para a mesma, conforme especificado.

RESOLUÇÃO	ASSUNTO
Resolução 003/2015	Estabelece parâmetros de uso e ocupação do solo para lotes com área inferior a 1.000,00m ² (mil metros quadrados) no Setor de Serviço de Araucária, Conforme especificado.
Resolução 004/2015	Considera extintos os mandatos de Conselheiros do CMPD , conforme especifica.
Resolução 005/2015	Revoga resoluções do CMPD , conforme especifica.
Resolução 001/2016	Considera extintos os mandatos de Conselheiros do CMPD , conforme especifica.
Resolução 002/2016	Esclarece entendimento sobre o §7º do Art. 8º do Decreto nº 23.267/2009, conforme especifica.
Resolução 003/2016	Estabelece parâmetros para justificativa de faltas dos conselheiros, conforme especifica.
Resolução 004/2016	Considera extinto o mandato de Conselheiro do CMPD , conforme especifica.
Resolução 005/2016	Considera extinto o mandato de Conselheiro do CMPD , conforme especifica.
Resolução 006/2016	“Regulamenta os critérios de aplicação do parâmetro de Taxa de Permeabilidade , definido na Lei Municipal Nº 2.160/10, bem como assuntos correlatos necessários à sua aplicação e dá outras providências.”
Resolução 007/2016	Considera extintos os mandatos de Conselheiros do CMPD , conforme especifica.
Resolução 008/2016	Revoga resoluções do CMPD , conforme especifica
Resolução 001/2017	Considera extintos os mandatos de Conselheiros do CMPD , conforme especifica.
Resolução 002/2017	Considera extintos os mandatos de Conselheiros do CMPD , conforme especifica.
Resolução 003/2017	Cria a zona Setor de Serviços 2 (SS2) e estabelece parâmetros de uso e ocupação do solo para a mesma, conforme especificado.

Fonte: Prefeitura Municipal de Araucária⁴.

6.4.1 CONSIDERAÇÕES

Analizadas as considerações trazidas em questionário sobre o TEMA IV, tendo como base as manifestações dos técnicos entrevistados, sobre o possível motivo, ou motivos, da nota atribuída, aponta-se que nos temas aderentes ao questionário, a maioria das respostas indicam o desconhecimento sobre o tema.

Indica-se a necessidade de uma participação maior da sociedade; o incentivo à novas empresas, oferecendo aos munícipes algumas contrapartidas; mais visibilidade

⁴ Disponível em <http://www.araucaria.pr.gov.br/portal/pagina.php?pagid=48>

Ainda, houve menção sobre a implantação do IPTU progressivo de modo a contribuir com o desempenho do planejamento e a gestão urbana do município, dando função aos imóveis paralisados no quadro urbano e possibilitando reduzir o preço elevado da terra, causado, segundo os entrevistados, pela especulação imobiliária.

Figura 41: Nuvem de *tags* relacionada ao Tema IV



URBTEC™
Planejamento Engenharia Consultoria

6.5 Tema V: Atividades de licenciamento e fiscalização do parcelamento do solo para fins urbanos, edificações e obras e localização e funcionamento das atividades econômicas, e ainda do cumprimento de demais posturas municipais

No que diz respeito à Fiscalização de projetos, obras e edificações, o Município de Araucária conta com a Lei nº 3228/2017 Art. 29, que determina:

É de competência da Secretaria Municipal de Urbanismo, composta pelas Superintendências de Urbanismo, Serviços Públicos e de Transporte Coletivo, as seguintes atribuições: a programação, a coordenação e a execução da política urbanística, do trânsito, transporte coletivo, transporte escolar, táxi e fretamento em geral e a execução orçamentária de sua área,

I - Superintendência de Urbanismo: programação, a coordenação e a execução da política urbanística o cumprimento do Plano Diretor e a obediência do Código de Posturas e Obras, da ocupação e uso do solo; a fiscalização e a aprovação dos loteamentos; o exame, a **aprovação e a fiscalização de projetos de obras e edificações**; a fixação das diretrizes e políticas de tráfego urbano; a expedição de atos de autorização, **permissão ou concessão de uso e parcelamento do solo**; o fornecimento e controle da numeração predial; a identificação dos logradouros públicos; a atualização do sistema cartográfico municipal; as atividades inerentes a coibir as construções e loteamentos clandestinos; a racionalização e manutenção atualizada do cadastro predial do Município; o gerenciamento da política de publicidade nos logradouros e bens públicos.

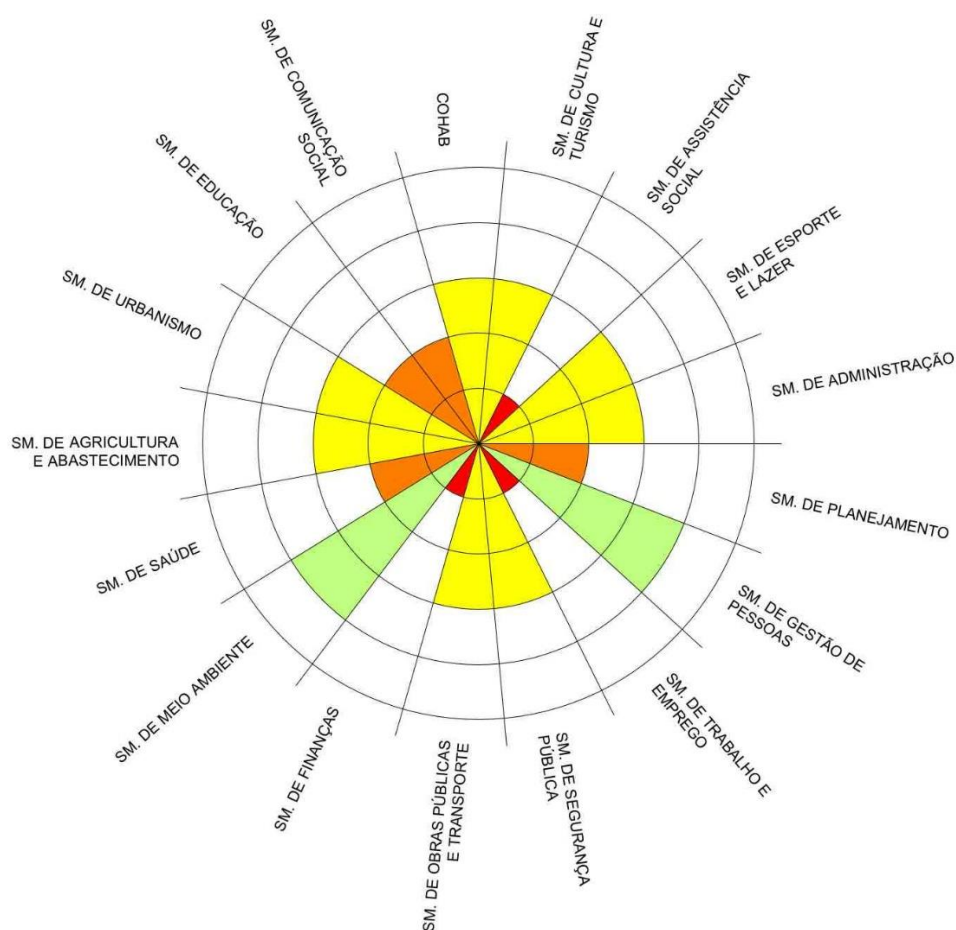
As Posturas Municipais decorrem do poder de polícia do Município, o controle preventivo que este exerce sobre o uso e sobre a ocupação do solo urbano, por meio do processo de licenciamento, principalmente no que tange ao parcelamento e à atividade edilícia.

As atividades de licenciamento e fiscalização, de modo geral, visam disciplinar as questões referentes aos usos do edifício, ao funcionamento de estabelecimentos, e ao estabelecimento de limitações administrativas que adequam o uso de determinada propriedade urbana (para as mais variadas atividades) ao cumprimento de sua função social.

O questionário relativo ao TEMA V foi organizado em dois blocos: o primeiro trata de uma análise comparativa sobre o conhecimento geral do tema para todos os setores; o segundo avalia a percepção dos técnicos relativa a cinco atividades distintas, a saber: (i) concessão de alvarás de construção; (ii) concessão de alvarás de localização de usos e atividades urbanas; (iii) execução de planos, programas, projetos, obras e serviços referentes às edificações; (iv) urbanização das áreas; e (v) parcelamento do solo, no que diz respeito a efetividade e trabalho em equipe.

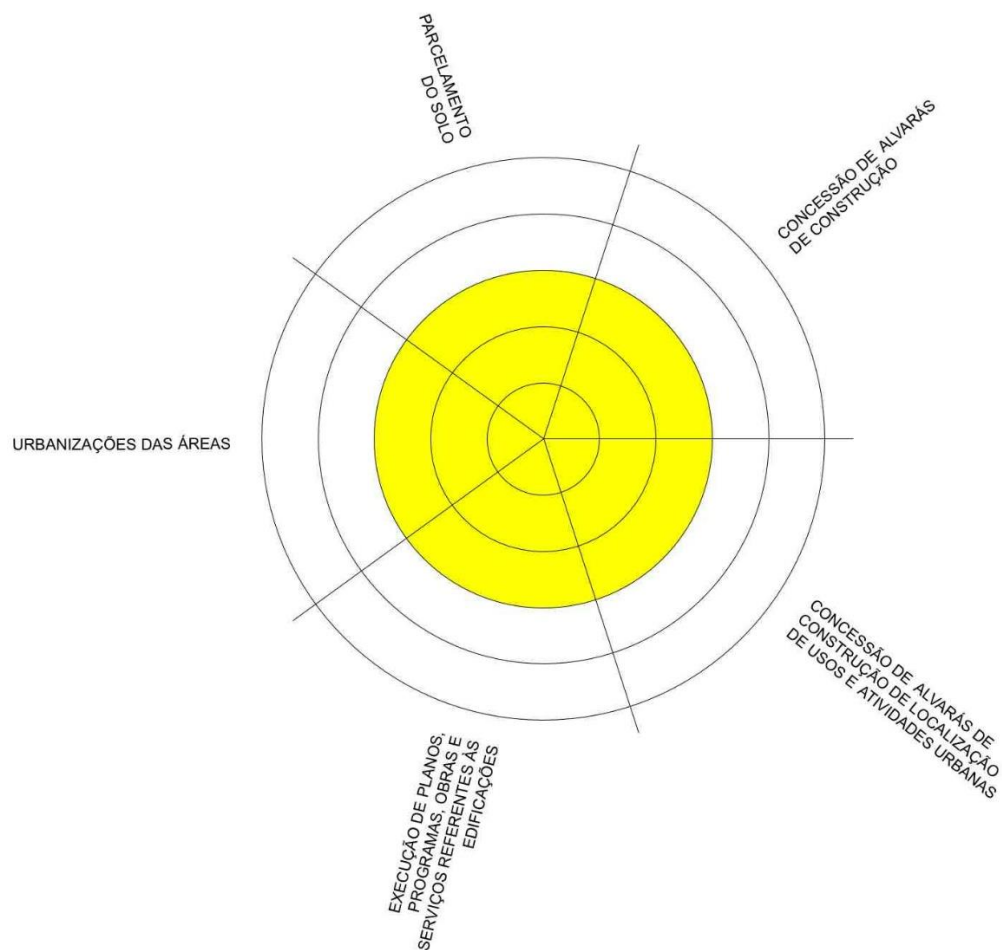
Foram gerados 03 gráficos, dos quais pode ser identificado como elemento de destaque, a homogeneidade da percepção dos técnicos com relação a efetividade e trabalho em equipe.

Figura 42: Conhecimento – Atividades de licenciamento e fiscalização do zoneamento urbano



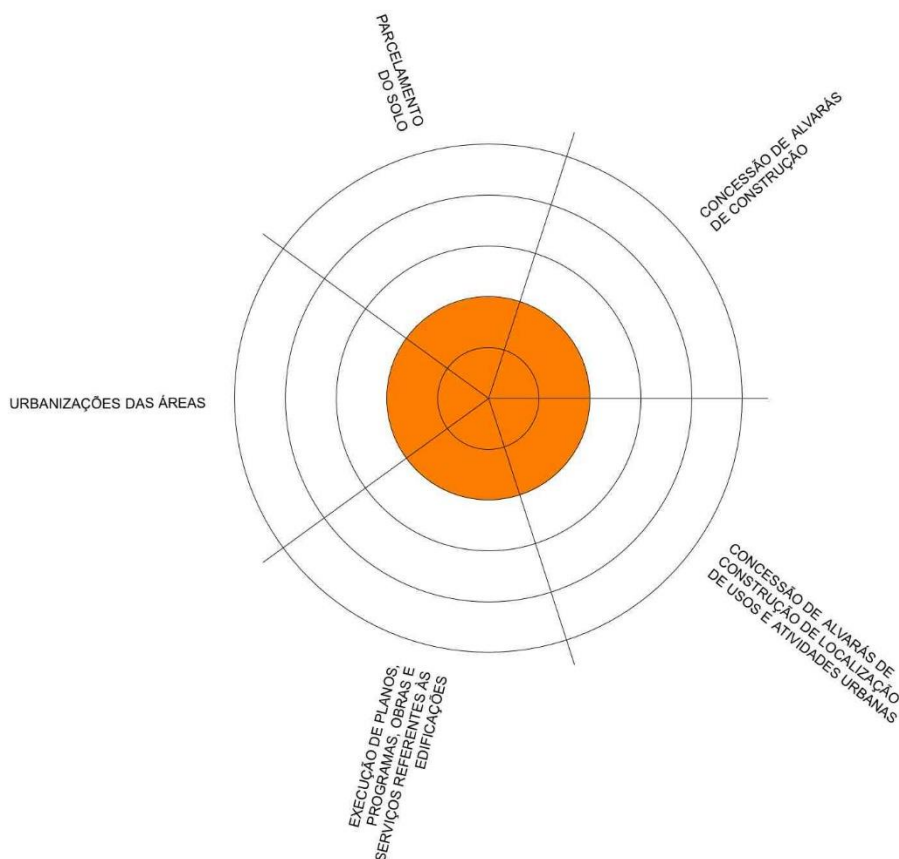
Fonte: URBTEC™ (2018)

Figura 43: Efetividade



Fonte: URBTEC™ (2018)

Figura 44: Trabalho em equipe



Fonte: URBTEC™ (2018)

6.5.1 CONSIDERAÇÕES

As proposições trazidas em questionário sobre o TEMA V, são apresentadas, de forma sintetizada, com intuito de assinalar os resultados obtidos. As situações expostas são frutos das análises das considerações, tecidas pelos entrevistados, sobre o motivo, ou motivos, da nota atribuída:

De forma geral, os respondentes apontam a situação nas áreas rurais, onde, possivelmente, as atividades de licenciamento e fiscalização não estão ocorrendo de forma regular.

Sobre o quesito **Concessão de Alvarás de Construção**, indicam a necessidade de maior agilidade, mais fiscalizações e menor burocracia. O problema da burocracia foi

citado também em relação à execução de planos, programas, projetos, obras e serviços referentes às edificações, tornando-se uma constante nessa pesquisa. Neste item, segundo as considerações, a emissão dos alvarás de construção não observa a situação atual dos imóveis. Entrevistados exemplificam citando a emissão de alvarás para construções já realizadas e a fiscalização quanto ao cumprimento das normas de projetos aprovados.

Ainda apontam para “a enorme negligência” na percepção de alguns respondentes, ocorrida no Município sobre esses problemas, com a identificação de um grande passivo de imóveis irregulares, o que sugere a necessidade de adoção de uma política consistente que vise um programa de regularização de imóveis.

Não obstante às falhas acima mencionadas, as respostas demonstram que o rito do alvará de construção está menos burocrático e mais objetivo. Mesmo assim, segundo esses mesmos entrevistados, ainda existem no município uma quantidade significativa de imóveis sem qualquer regulamentação.

A demora na tramitação resultaria em constantes reclamações por parte dos munícipes. Alguns entrevistados, aderentes ao questionário, afirmaram que até 2017 o alvará de funcionamento era emitido não observando o alvará de construção e a situação atual das construções. A Regulamentação foi considerada extremamente confusa, os comentários dos participantes apontam que os usos e atividades não seguem os critérios necessários e que vários imóveis seriam liberados para atividades comerciais sem alvará.

Quanto à **Execução de Planos, Programas, Projetos, Obras e Serviços Referentes às Edificações**, foram indicadas, pelos entrevistados, várias observações sobre a seletividade das exigências impostas pelo poder público.

Sobre o **Parcelamento do Solo**, observa-se a insatisfação oriunda da demora nas aprovações de loteamentos. Verificou-se, pelas considerações trazidas em questionário, que a regulamentação existente é efetiva. No entanto, destacou-se o fato de existir uma quantidade significativa de parcelamentos ilegais no quadro urbano e na zona rural do município.

Figura 45: Nuvem de *tags* relacionada ao Tema V

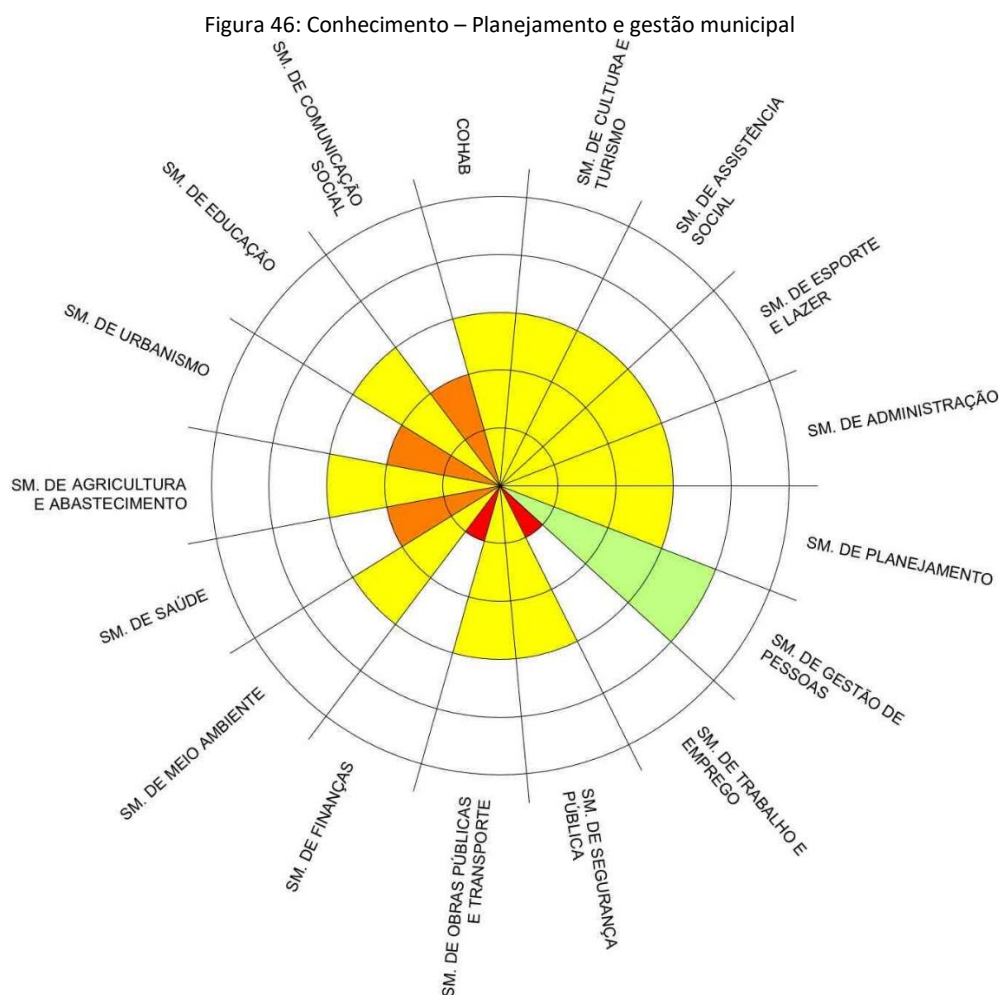


6.6 Tema VI: Sistema de planejamento e gestão do PDA vigente

Para demonstrar as informações trazidas em questionário, os resultados relativos ao TEMA VI foram organizados em dois gráficos: o primeiro avalia o conhecimento geral em relação ao tema; o segundo avalia a efetividade dos

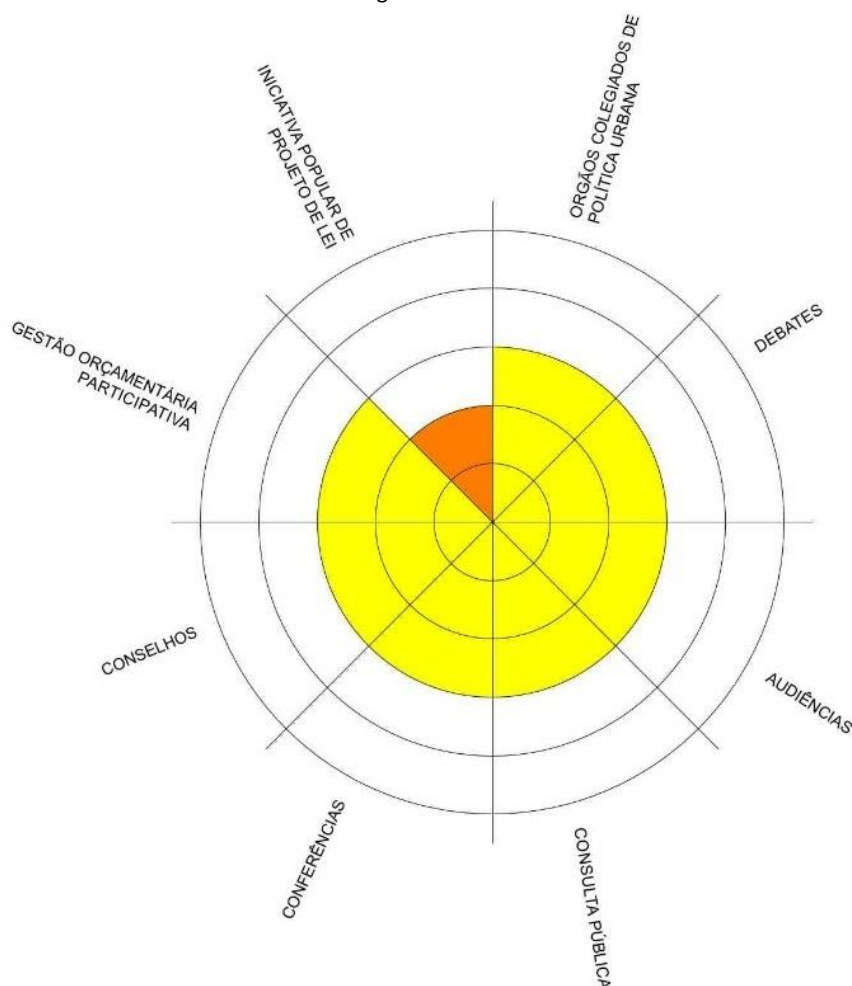
instrumentos de democratização da gestão municipal: órgãos colegiados de política urbana, debates, audiências, consultas públicas, conferências, conselhos, gestão orçamentária participativa, e iniciativa popular de projeto de lei.

Da leitura dos gráficos abaixo pode-se destacar a homogeneidade da percepção dos técnicos em relação a efetividade de aplicação dos instrumentos de democratização, a saber:



Fonte: URBTEC™ (2018)

Figura 47: Efetividade



Fonte: URBTEC™ (2018)

6.6.1 CONSIDERAÇÕES

As considerações trazidas em questionário sobre o TEMA VI, são analisadas e expostas, de forma sintetizada, com intuito de melhor ilustrar os resultados obtidos. Importante lembrar que as situações abaixo expostas são frutos das análises das considerações, tecidas pelos entrevistados, sobre o motivo, ou motivos, da nota atribuída:

Das considerações tecidas pelos aderentes ao questionário, são extraídos questionamentos sobre a implantação efetiva no município de alguns instrumentos de

democratização da gestão municipal. Neste tema, apontou-se para a necessidade de mais órgãos que opinem no meio rural, citando a regulamentação recente do COMDERA, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Araucária, como um ponto positivo.

Segundo os pesquisados, a realização de Conferências, quando ocorrem, não têm a divulgação apropriada e o espaço onde são realizadas não comporta a participação ampla da sociedade, como o Anfiteatro e o Plenário da Câmara. Não existe no município, segundo relatos, um local apropriado para eventos com mais de 100 participantes.

Apontam que o modelo para a realização de **Audiências** não é claro para a população. Sobre a realização de **Conferências**, apesar de reconhecida a importância das mesmas, comentou-se que poucas têm foco efetivo no debate de ideias.

No que diz respeito aos conselhos, apesar de sua existência, não há a percepção de efetividade nestes, pois, quando existentes, as discussões políticas impossibilitariam outras que visem o crescimento e desenvolvimento da área em questão, de acordo com a realidade financeira do tema específico.

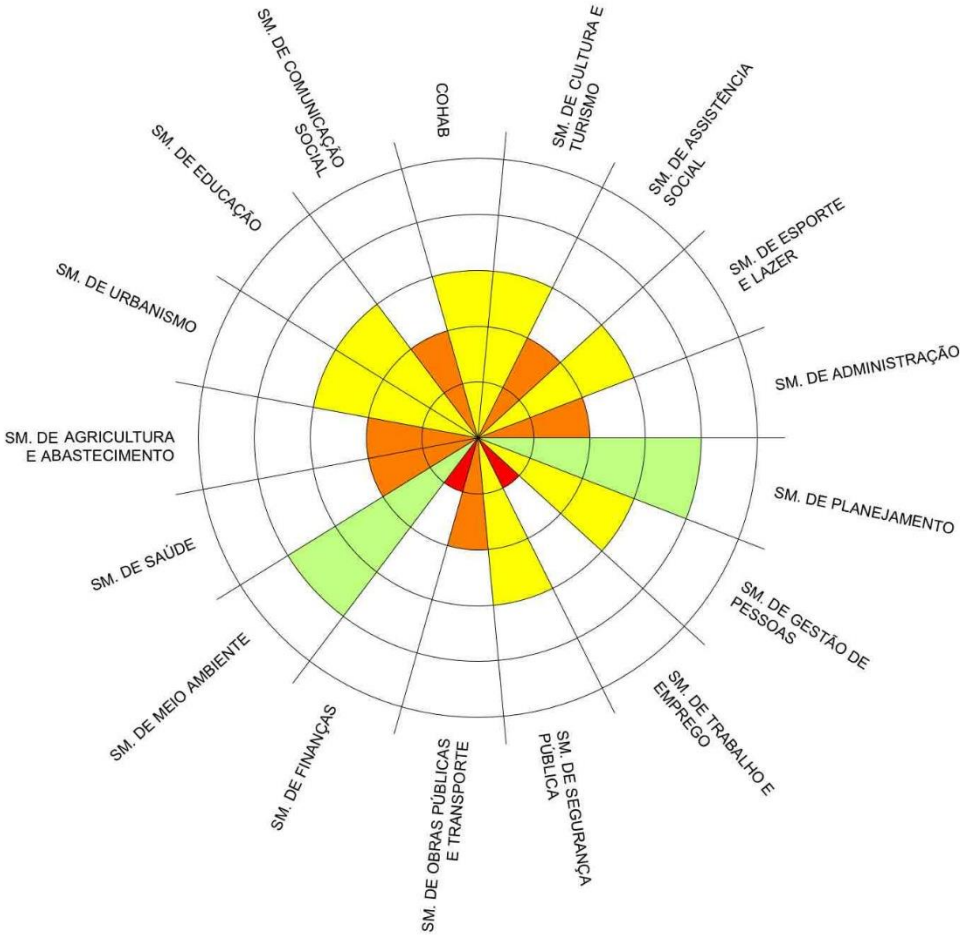
Há observações acerca da ineficiência dos **Instrumentos de Democratização** apontando como causa a falta de participação da sociedade civil e radicalidade dos participantes. Sobre os **Conselhos**, entrevistados disseram conhecer a existência dos mesmos, porém relatam a percepção de que os mesmos não conseguem ser efetivos.

Sobre os **Órgãos Colegiados de Política Urbana**, os entrevistados afirmaram desconhecer tal entidade.

6.7 Tema VII: Desempenho do Conselho Municipal do Plano Diretor – CMPD

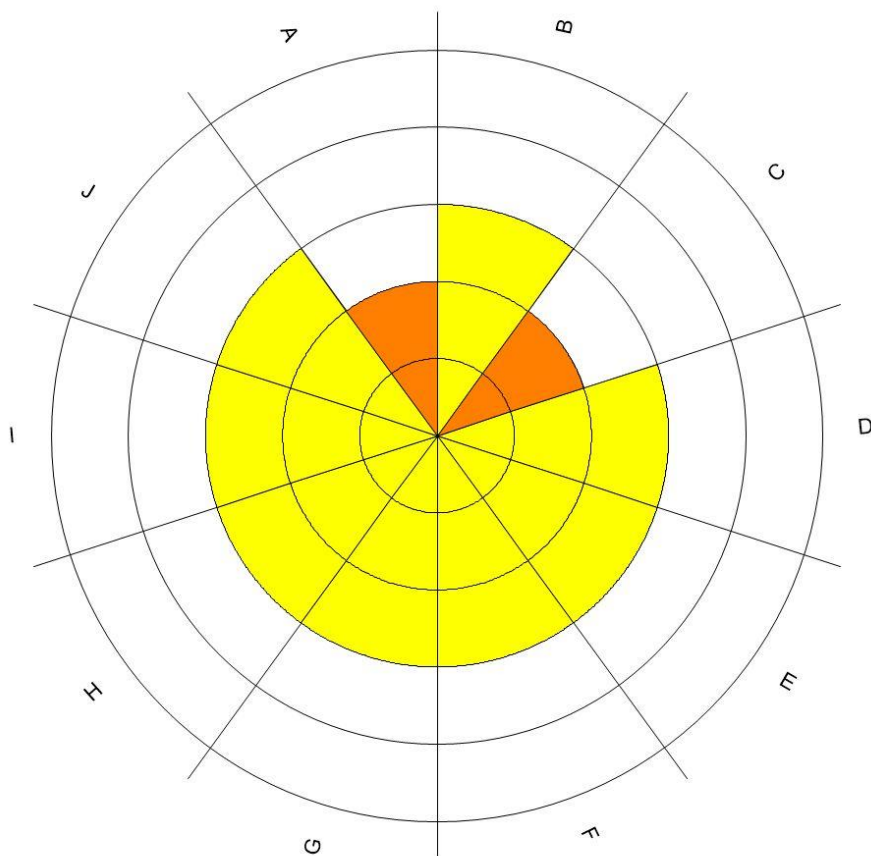
Considerando sua relevância, o questionário relativo ao TEMA VII resultou em 04 gráficos, distribuídos da seguinte forma: o conhecimento geral dos técnicos sobre o desempenho do CMPD; a efetividade do CMPD em suas competências; a participação dos representantes da sociedade civil e participação do poder executivo, conforme ilustrado abaixo.

Figura 49: Conhecimento – Desempenho do CMPD



Fonte: URBTEC™ (2018)

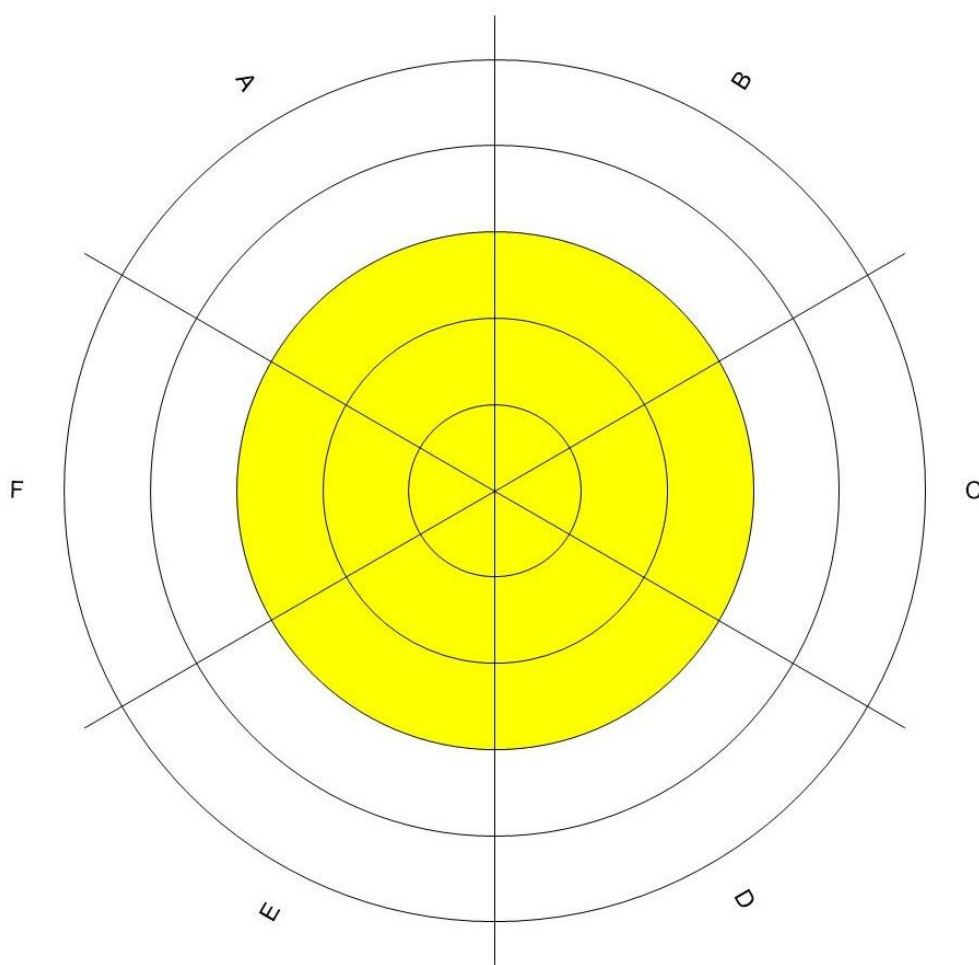
Figura 50: Efetividade do conselho municipal do plano diretor



- A) Qual o nível da elaboração do regime interno?
- B) Qual o nível de acompanhamento do CMPD sobre a implantação do plano diretor, analisando e deliberando sobre questões relativas à sua aplicação?
- C) Qual o nível de acompanhamento anual do CMPD sobre os indicadores de controle social como o IDEB, expectativa de vida, renda per capita e GINI?
- D) Qual o nível de acompanhamento e promoção do CMPD sobre o processo de atualização permanente do plano diretor, através da proposição de alterações?
- E) No seu entendimento, o conselho emite parecer sobre projetos de lei de interesse da política territorial, antes de seu encaminhamento para o processo de aprovação pela câmara municipal?
- F) Qual o nível de acompanhamento e aprovação do CMPD sobre a regulamentação legal e a implantação dos instrumentos de política municipal e de democratização da gestão?
- G) Qual nível de proposição de diretrizes, aprovação de termos de referência, acompanhamento e fiscalização da implantação e aplicação dos planos setoriais (territorial, institucional, ambiental, social, econômico, infraestrutura e serviços) o CMPD está realizando?
- H) Qual o nível de acompanhamento do CMPD sobre a elaboração dos projetos de lei que regulamentam o plano diretor, deliberando sobre o seu conteúdo?
- I) Qual o nível de convocação de audiências públicas?
- J) Qual o nível da elaboração do regime interno?

Fonte: URBTEC™ (2018)

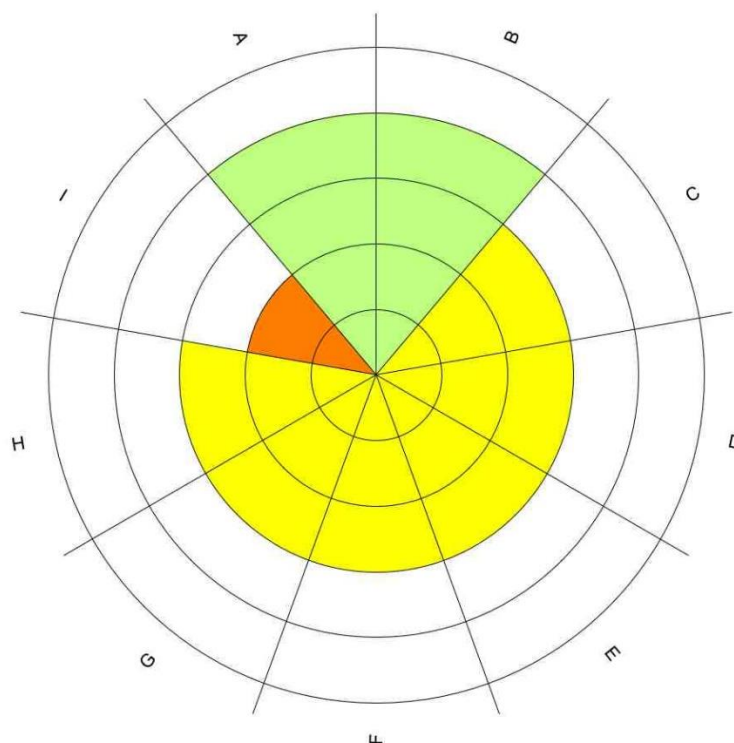
Figura 51: Efetividade por participação – Representantes da sociedade civil



- A) Associações de Bairros
- B) Associações de Classes
- C) Organizações não Governamentais
- D) Conselhos Municipais
- E) Delegados das Regionais Rurais
- F) Delegados das Regionais Urbanas

Fonte: URBTEC™ (2018)

Figura 52: Efetividade por participação – Representantes do poder executivo



- A) Secretaria de Planejamento
- B) Órgão Gestor do Plano Diretor
- C) Secretaria de Urbanismo
- D) Secretaria Municipal de Meio Ambiente
- E) Secretaria Municipal de Agricultura
- F) Secretaria Municipal de Saúde
- G) Secretaria Municipal de Finanças
- H) Secretaria Municipal de Educação
- I) Companhia de Desenvolvimento de Araucária

Fonte: URBTEC™ (2018)

Da leitura dos gráficos referentes a efetividade, destaca-se a homogeneidade da percepção dos técnicos, principalmente no quesito participação da sociedade civil. Esse resultado pode indicar que experiências participativas devam ser remodeladas para garantir maior participação.

complementares do plano diretor e afins, com a participação dos órgãos públicos e da sociedade civil organizada, os técnicos respondentes manifestaram pouco conhecimento sobre sua atuação.

Constam apontamentos para a necessidade de um foco maior no planejamento do município com objetivo de estimular a instalação de novas empresas. Há críticas que o município está apoiado na instalação/operação da REPAR - Petrobras, sem desenvolver políticas que atraiam novas empresas. Constatase a falta de publicidade, mencionada como necessária para uma melhor divulgação sobre a finalidade do conselho, bem como de seus trabalhos e discussões, embora existam opiniões que apontam para uma melhora no acompanhamento, com um grupo permanente de assessoria.

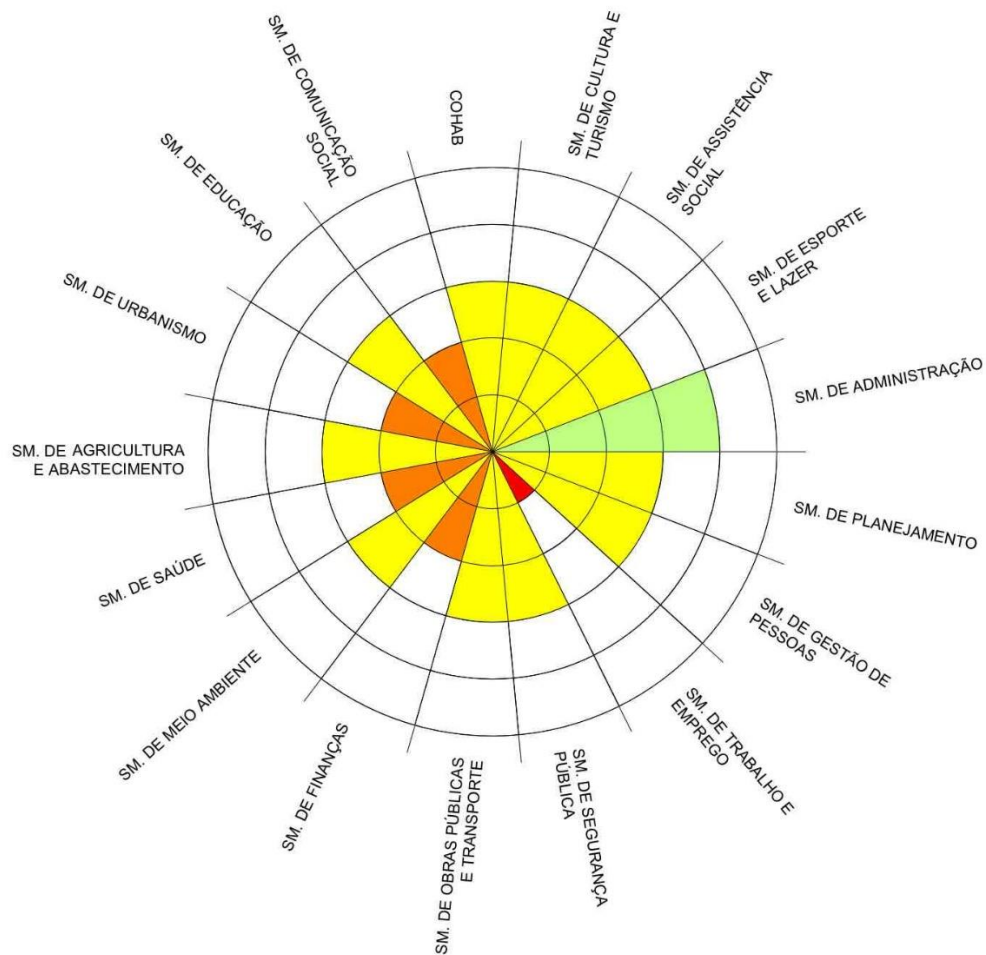
Em relação à **participação da sociedade civil** a consideração é de que sua atuação é fraca. Há a indicação por entrevistados de que representantes eleitos não comparecem em reuniões convocadas. Alguns entrevistados entendem que o poder executivo, não considera o CMPD como órgão legítimo de deliberação nas questões que envolvem novos Projetos de Lei, chegando a questionar as resoluções emitidas pelo Conselho.

6.8 Tema VIII: Provisão de infraestrutura e equipamentos e prestação de serviços públicos

A infraestrutura e os serviços em rede têm papel central na criação de novas oportunidades urbano e regional, interferindo sobre o ambiente natural e o construído. Os serviços de infraestrutura urbana e os equipamentos públicos são tão determinantes da estrutura das cidades quanto o sistema viário ou o uso do solo. As questões da qualidade e da quantidade dos serviços urbanos é fundamental estar associada a densidade demográfica.

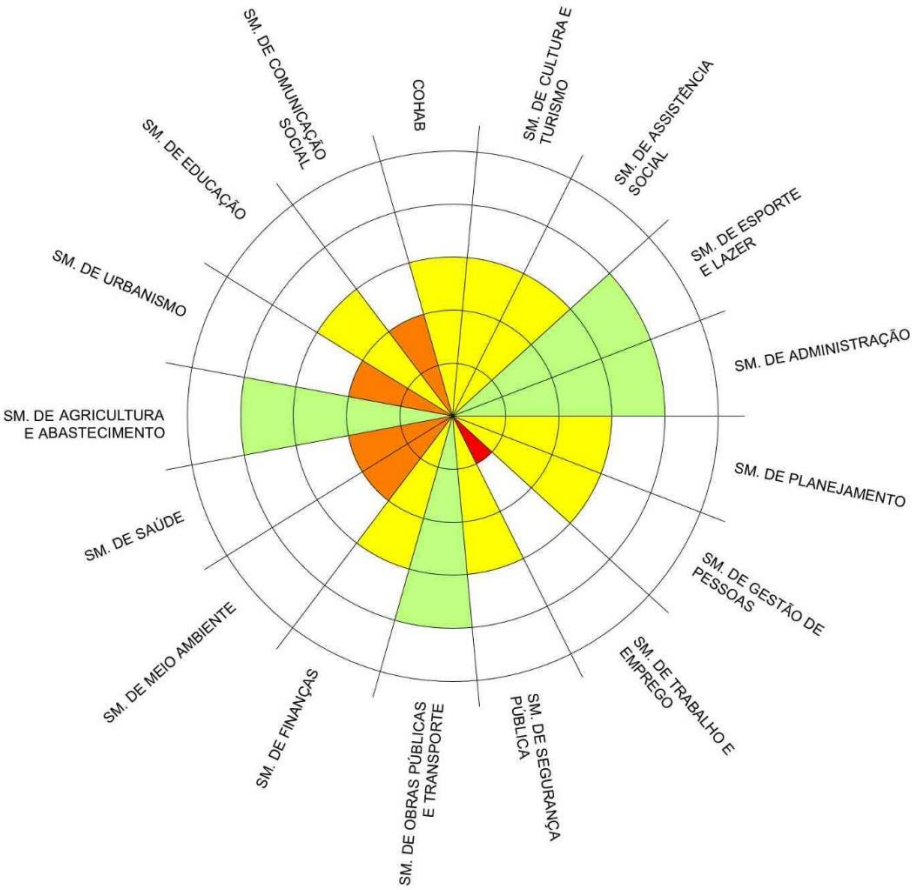
Para a sua análise foi elaborado e aplicado o questionário relativo ao TEMA VIII, seus produtos resultando em 06 (seis) gráficos, separados em dois grupos: Conhecimento e Efetividade, a saber:

Figura 54: Conhecimento - Provisão de infraestrutura



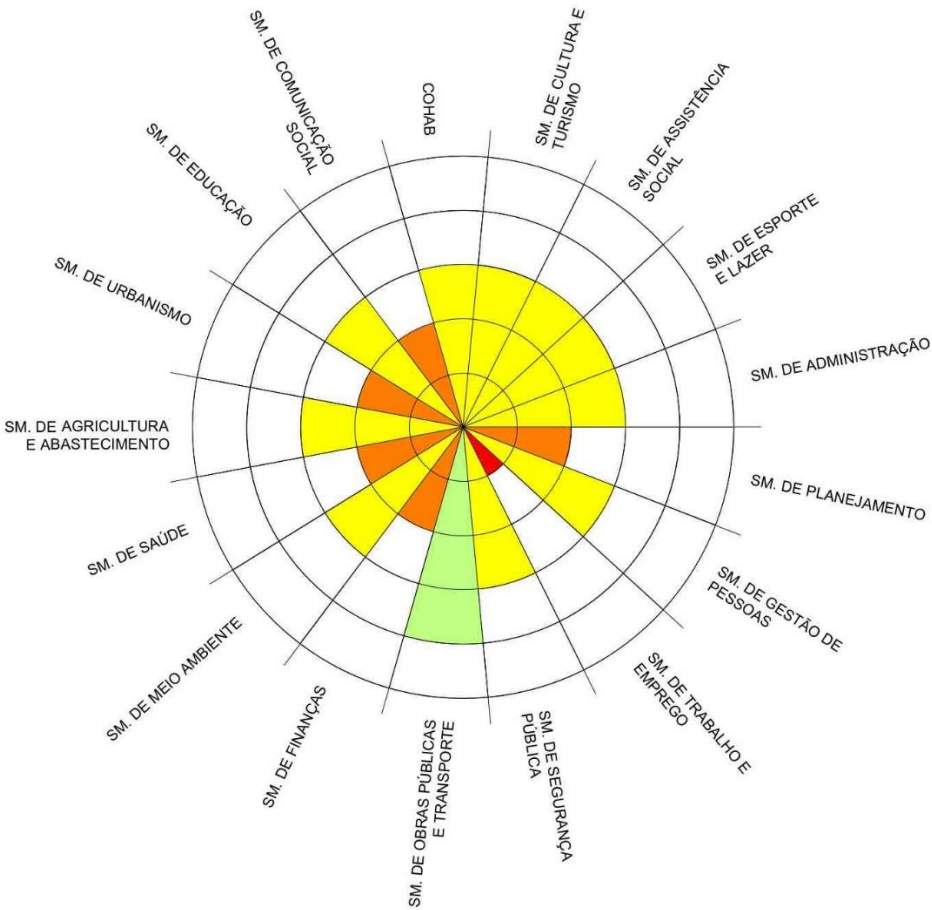
Fonte: URBTEC™ (2018)

Figura 55: Conhecimento do nível de implementação - Provisão de infraestrutura



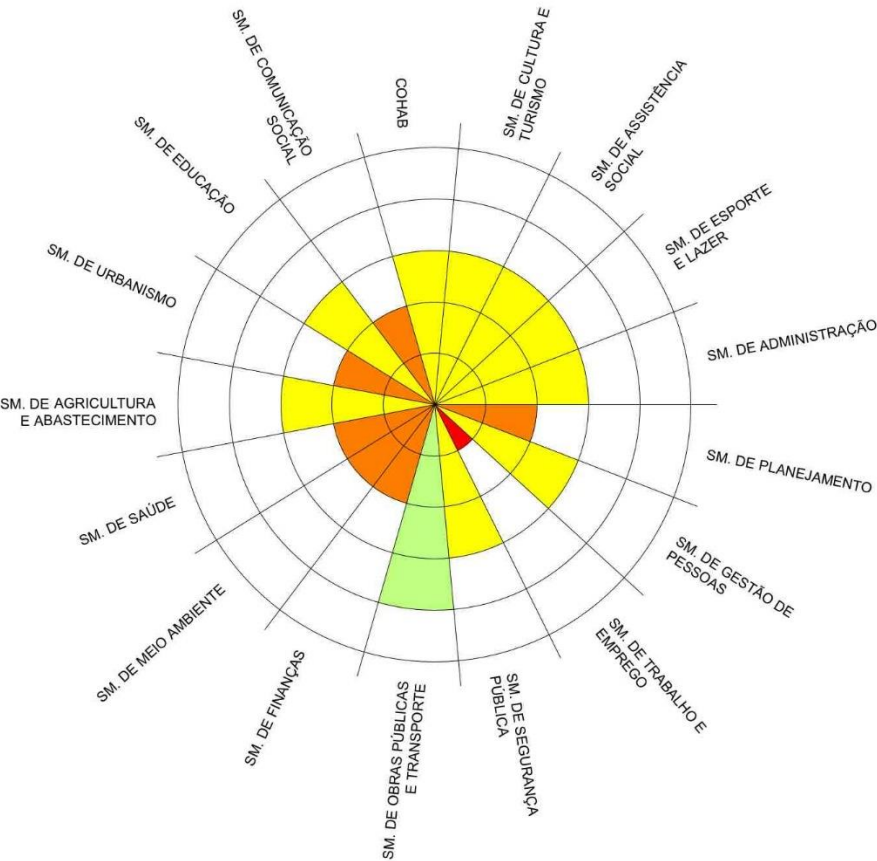
Fonte: URBTEC™ (2018)

Figura 56: Conhecimento - Provisão de equipamentos



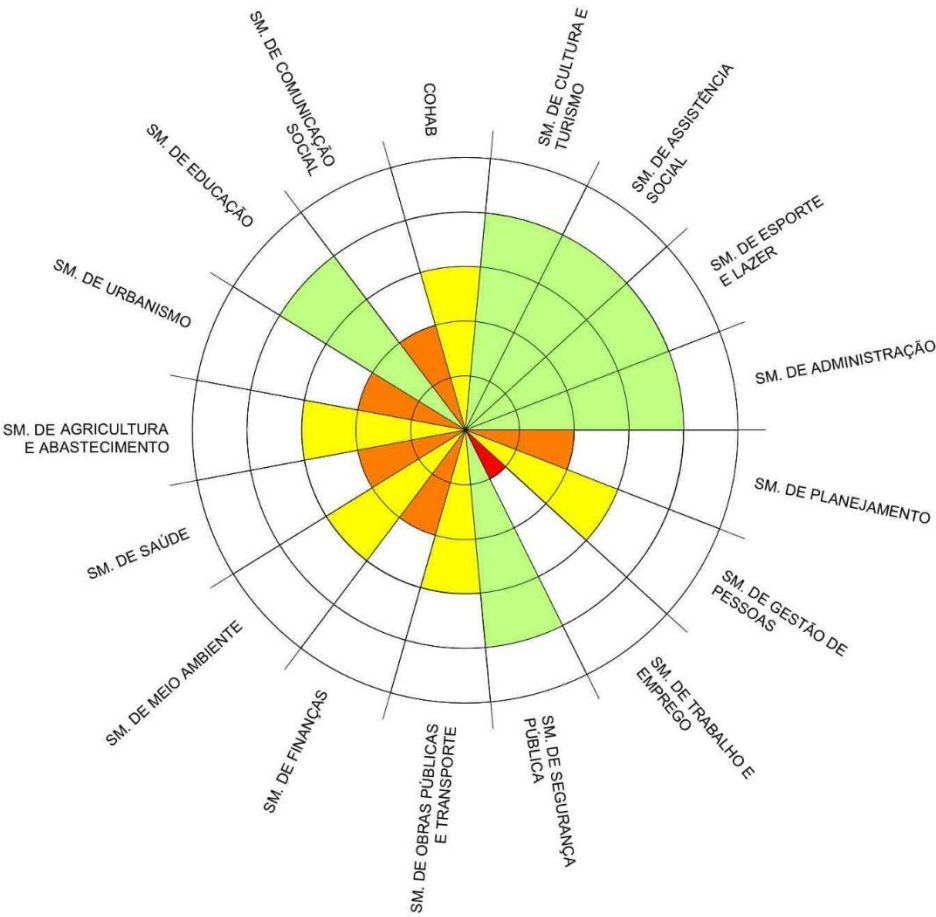
Fonte: URBTEC™ (2018)

Figura 57: Conhecimento do nível de implementação - Provisão de equipamentos



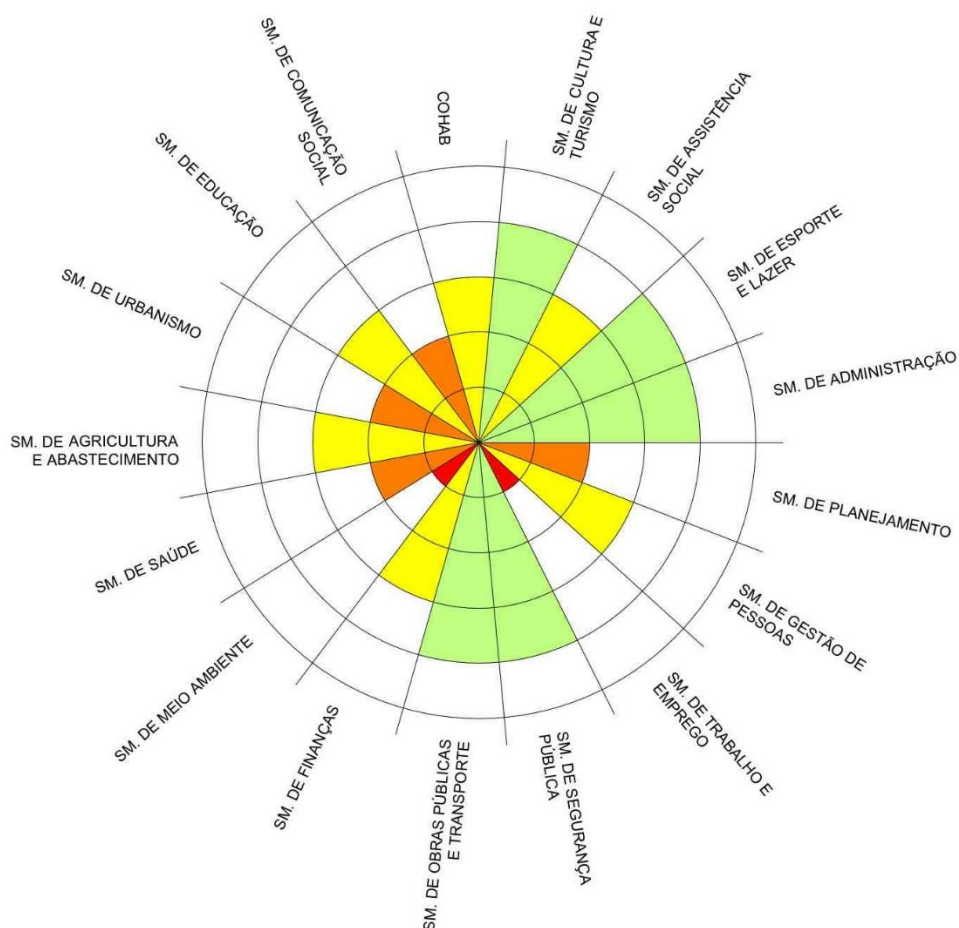
Fonte: URBTEC™ (2018)

Figura 58: Conhecimento - Prestação de serviços públicos



Fonte: URBTEC™ (2018)

Figura 59: Conhecimento do nível de implementação - Prestação de serviços públicos



Fonte: URBTEC™ (2018)

6.8.1 CONSIDERAÇÕES

As considerações trazidas em questionário sobre o TEMA VIII foram organizadas e analisadas de forma sintetizada, para interpretação dos resultados obtidos. As situações expostas a seguir são frutos das análises das considerações, tecidas pelos entrevistados, sobre o possível motivo, ou motivos, da nota atribuída.

O questionário solicitou avaliações sobre em que nível as medidas de equipamentos mencionadas na legislação orçamentária para o período de 2018 a 2022 estão sendo implantadas no município. Em geral, a informação obtida sugere que estão

sendo respeitados os orçamentos das secretarias. Há informações que atualmente estão sendo reestruturados e regulamentados todos os programas existentes.

São apontados investimentos em algumas áreas, principalmente a rural e educação, com a construção de escolas e CMEIs. Alertou-se, porém, para a falta de vários equipamentos importantes à Educação, especialmente de informática.

Não obstante o acima mencionado, alguns entrevistados demonstraram desconhecimento das metas de seus setores.

Figura 60: Nuvem de tags relacionada ao Tema VIII



Fonte: URBTEC™ (2018)

6.9 Conclusão

A Avaliação do desempenho do planejamento e gestão urbana do município de Araucária foi estruturada de forma a identificar a percepção do próprio corpo técnico municipal, sendo viabilizada portanto após a análise dos resultados do questionário aplicado, descrito acima por temas e disponibilizado no anexo deste documento.

A aplicação dos questionários permitiu perceber, de forma geral, que os técnicos da Prefeitura Municipal de Araucária respondentes, dentro de suas respectivas áreas, consideram o seu conhecimento dos temas pertinentes ao planejamento e gestão do município apenas médio, apesar de uma percepção um pouco melhorada em relação à efetividade de suas ações no que diz respeito a cada tema. Em relação ao trabalho em conjunto entre os setores de competência em comum, fica evidenciada a deficiência geral.

Como em qualquer estrutura voltada ao planejamento e gestão municipal, a qualificação dos técnicos nos temas pertinentes, a adoção de indicadores internos que possibilitem um monitoramento contínuo e a prática de avaliações e diagnósticos das condições da estrutura e efetividade das ações municipais, se fazem necessárias e determinantes para um planejamento adequado e uma gestão eficaz.

Reforça-se aqui o caráter de percepção da realidade do planejamento e gestão municipais no sentido de indicar, tanto à consultora quanto aos gestores locais, neste momento da Revisão do PDM, dificuldades, necessidades e acertos, de forma a possibilitar o desenho de diretrizes de planejamento e gestão para o município de Araucária. Ressalta-se ainda que o decorrer dos trabalhos de revisão do PDM oportunizarão maiores e melhores debates a este respeito, complementando e refinando as questões aqui apontadas, de forma a culminar em proposições voltadas a um planejamento e gestão adequados ao desejo de um município sustentável e eficiente, condizente com as expectativas de seus cidadãos.

